



E-BOOK

TCE SP 2017

**AGENTE DE FISCALIZAÇÃO
(ADMINISTRAÇÃO)**

PROVA COMENTADA

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal!

É com imensa satisfação que apresentamos o e-book da prova do TCE-SP 2017 comentada! Desta vez, para o cargo de Agente de Fiscalização (Administração).

Como, ao longo de sua preparação, é fundamental que vocês resolvam diversas questões de concursos passados, sabemos que este material será de grande utilidade. Nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta de estudo para deixá-los mais perto de sua aprovação.

Aproveitem muito este material! Bons estudos!

Equipe Estratégia Concursos



SUMÁRIO

PORTUGUÊS	4
RACIOCÍNIO LÓGICO	34
INFORMÁTICA	55
ADMINISTRAÇÃO	68



Estratégia
Concursos

PORTUGUÊS

Leia trecho da canção de Gilberto Gil, *Andar com Fé*, para responder às questões de números 01 a 03.

Andá com fé eu vou

Que a fé não costuma faiá

Certo ou errado até

A fé vai onde quer que eu vá Ô-ô

A pé ou de avião

Mesmo a quem não tem fé A fé costuma acompanhar Ô-ô

Pelo sim, pelo não

(http://www.gilbertogil.com.br/sec_musica_2017.php)

1. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Assinale a alternativa cuja frase, redigida com base nos versos “Mesmo a quem não tem fé / A fé costuma acompanhar”, está em conformidade com a norma-padrão.

- A) Se tem pessoas sem fé, mesmo assim esta costuma acompanhar elas.
- B) Podem haver pessoas sem fé, e mesmo assim a fé costuma acompanhar-lhes.
- C) Se têm pessoas sem fé, esta, mesmo assim, tem acompanhado-as.
- D) Mesmo as pessoas que não têm fé costuma ter esta acompanhando-lhes.
- E) Há pessoas que não têm fé; mesmo assim, a fé costuma acompanhá-las.

Comentário:

Vamos analisar cada alternativa:

A) "Se tem pessoas sem fé, mesmo assim esta costuma acompanhar elas."

ERRADO. O verbo "tem" está no singular, mas o sujeito "pessoas" é plural. A forma correta seria "têm pessoas". Além disso, o uso de "elas" está inadequado; a norma-padrão exige o pronome oblíquo "as" ("acompanhá-las").

Forma correta: "Se têm pessoas sem fé, mesmo assim esta costuma acompanhá-las."

B) "Podem haver pessoas sem fé, e mesmo assim a fé costuma acompanhar-lhes."

ERRADO. O verbo "**haver**", no sentido de existir, é impessoal, e por isso permanece no singular, independentemente de outros termos da frase. O verbo auxiliar "**podem**", ao ser usado com um verbo impessoal, também deve permanecer no singular, ficando "**pode haver pessoas**". Além disso, o pronome "**lhes**" está incorretamente empregado, pois o complemento direto "**pessoas**" exige o pronome "**as**" ("**acompanhá-las**").

Forma correta: "*Pode haver pessoas sem fé, e mesmo assim a fé costuma acompanhá-las.*"

C) "Se têm pessoas sem fé, esta, mesmo assim, tem acompanhado-as."

ERRADO. A colocação pronominal "**acompanhado-as**" está incorreta, porque não se usa ênclise com verbos no particípio.

Forma correta: "*Se têm pessoas sem fé, esta, mesmo assim, tem as acompanhado.*"

D) "Mesmo as pessoas que não têm fé costuma ter esta acompanhando-lhes."

ERRADO. O verbo "**costuma**" está no singular, mas o sujeito "**as pessoas**" exige que o verbo esteja no plural ("**costumam ter**"). Além disso, o pronome "**lhes**" está incorreto, pois o complemento direto "**as pessoas**" exige o pronome oblíquo "**as**".

Forma correta: "*Mesmo as pessoas que não têm fé costumam ter esta acompanhando-as.*"

E) "Há pessoas que não têm fé; mesmo assim, a fé costuma acompanhá-las."

CERTO. A frase está gramaticalmente correta. O verbo "**há**" é impessoal e está adequadamente conjugado no singular. O verbo "**têm**" concorda com o sujeito plural "**pessoas**". O pronome "**acompanhá-las**" está correto, referindo-se ao complemento direto "**pessoas**".

Gabarito: E.

2. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Assinale a alternativa em que se apresentam, respectivamente, os sentidos dos termos destacados em "Mesmo a quem não tem fé" e "Que a fé não costuma faiá", acompanhados de seus equivalentes entre parênteses.

- A) inclusão (Até) e explicação (Pois).
- B) afirmação (Realmente) e conclusão (Portanto).
- C) oposição (Mas) e restrição (Cuja).
- D) conclusão (Assim) e oposição (Mas).
- E) condição (Se) e consequência (Tanto que).

Comentário:

A alternativa **A** está correta, porque identifica corretamente os sentidos dos termos destacados na frase e apresenta equivalentes adequados que preservam o sentido original ao serem substituídos.

Em “**Mesmo a quem não tem fé**”, o termo “**Mesmo**” indica **inclusão**, abrangendo até mesmo aqueles que não possuem fé, sem exclusões. Substituindo, a frase ficaria: “**Até a quem não tem fé**”, mantendo o sentido inclusivo.

Em “**Que a fé não costuma faiá**”, o termo “**Que**” expressa uma relação de **explicação**, justificando a ideia de que a fé sempre acompanha. Substituindo, a frase ficaria: “**Pois a fé não costuma faiá**”, reforçando o caráter explicativo.

Vejamos cada opção:

A) "Inclusão (Até) e explicação (Pois)."

CERTO. Substituições: “**Até a quem não tem fé**” e “**Pois a fé não costuma faiá**” preservam os sentidos originais.

B) "Afirmação (Realmente) e conclusão (Portanto)."

ERRADO. “**Mesmo**” não indica afirmação, mas inclusão, e “**Que**” não apresenta uma ideia conclusiva, mas explicativa.

C) "Oposição (Mas) e restrição (Cuja)."

ERRADO. “**Mesmo**” não indica oposição, e “**Que**” não estabelece uma relação de restrição. Substituir resultaria em frases incoerentes no contexto.

D) "Conclusão (Assim) e oposição (Mas)."

ERRADO. “**Mesmo**” não expressa conclusão, e “**Que**” não tem sentido de oposição. As substituições não fariam sentido no texto.

E) "Condição (Se) e consequência (Tanto que)."

ERRADO. “**Mesmo**” não indica condição, e “**Que**” não expressa uma consequência. As substituições também resultariam em um desvio do significado original.

Gabarito: A.

3. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Leia a tira.

(C.J. Politicopatas. *Folha de S.Paulo*, 15.10.2017)

A leitura comparativa entre a tira e a canção de Gilberto Gil permite concluir que os dois textos

- A) apresentam o mesmo sentido em relação à fé: embora pareça que seja infalível, na verdade, ela não livra ninguém dos problemas.
- B) mostram a fé como forma infalível de superar situações adversas e difíceis da vida, até mesmo para quem não a tem.
- C) convergem quanto à fé no sentido de que ela seguramente resolve os problemas da vida de quem crê ou não.
- D) mostram diferentes percepções quanto à fé: a canção diz que ela ajuda até quem não a tem, ao contrário da tira, que a questiona.
- E) trazem percepções antagônicas da fé, ficando claro, na tira, que a crença destrói as situações de má sorte.

Comentário:

A alternativa **D** está correta, porque identifica a diferença de percepções em relação à fé apresentadas na tira e na canção de Gilberto Gil. A canção enaltece a fé como algo positivo e benéfico, mesmo para aqueles que não acreditam, ao afirmar que "a fé costuma acompanhar" até quem não a possui. Já na tira, a mulher demonstra confiança em suas orações para resolver problemas, mas o homem ironiza a eficácia delas, chamando-as de "urucubaca", termo que associa suas orações a azar ou má sorte, indicando um tom cético e questionador.

Analisemos cada opção:

A) "Apresentam o mesmo sentido em relação à fé: embora pareça que seja infalível, na verdade, ela não livra ninguém dos problemas."

ERRADO. A canção não questiona a eficácia da fé; pelo contrário, ela a valoriza como algo que sempre acompanha e beneficia as pessoas. A tira, por outro lado, critica a fé de forma irônica, mostrando ceticismo.

B) b) "Mostram a fé como forma infalível de superar situações adversas e difíceis da vida, até mesmo para quem não a tem."

ERRADO. Apenas a canção sugere que a fé tem esse papel positivo, enquanto a tira apresenta uma visão irônica e cética.

C) c) "Convergem quanto à fé no sentido de que ela seguramente resolve os problemas da vida de quem crê ou não."

ERRADO. A tira não sugere que a fé resolve problemas; ao contrário, faz uma crítica irônica à ideia de que orações poderiam trazer mudanças significativas.

D) d) "**Mostram diferentes percepções quanto à fé: a canção diz que ela ajuda até quem não a tem, ao contrário da tira, que a questiona.**"

CERTO. A canção valoriza a fé como algo universal e positivo, enquanto a tira a coloca sob questionamento e ironiza sua eficácia.

E) e) "Trazem percepções antagônicas da fé, ficando claro, na tira, que a crença destrói as situações de má sorte."

ERRADO. Embora a tira questione a eficácia da fé, ela não sugere que a crença "destrói as situações de má sorte". Pelo contrário, o termo "urucubaca" implica que as orações da mulher trazem azar, reforçando a crítica e o ceticismo.

Gabarito: D.

Leia o texto para responder às questões de números 04 a 10.

A eletricidade produzida a partir da luz do sol, ou energia fotovoltaica, aparece como a grande estrela do relatório “Renováveis 2017 – Análise e Previsões para 2022”, da Agência Internacional de Energia (AIE). E a maior responsável por isso, mais uma vez, é a China.

A geração solar foi a que mais cresceu entre as energias renováveis, alcançando quase a metade (45%) dos 165 gigawatts de capacidade adicionada em 2016, excluídas fontes de origem fóssil (carvão, petróleo e gás natural) e nuclear.

O Brasil instalou 7,8 GW de renováveis no ano passado – de um total de 9,5 GW no país –, repartidos entre usinas hidrelétricas (5,2 GW) e eólicas (2,6 GW). Mantém uma das matrizes de geração mais limpas, mas contribui com menos de 5% do crescimento verde mundial.

Já a China responde por 40% da capacidade renovável adicionada em 2016, e a maior parte disso provém da energia solar. O governo de Pequim incentiva essa fonte limpa na tentativa de minorar a poluição do ar gerada por termelétricas a carvão, grave problema de saúde pública e inquietação social.

Sob esse estímulo, o país asiático já representa 50% da demanda global por painéis fotovoltaicos e manufatura 60% desses equipamentos.

Salta aos olhos a irrelevância do Brasil no que respeita à energia solar fotovoltaica. Algumas grandes centrais começam a ser instaladas, mas o investimento nacional na mais dinâmica fonte alternativa é desprezível, em termos mundiais.

O país só se destaca, no relatório da AIE, na seara das fontes renováveis para o setor de transporte. Embora o noticiário se concentre na voga dos veículos elétricos, o estudo ressalta que os biocombustíveis – como etanol e biodiesel – permanecerão como opções mais viáveis.

Sim, o Brasil conta com a matriz elétrica mais limpa entre nações de grande porte e liderança incontestada em álcool combustível. O futuro, no entanto, é solar.

(Editorial. Império do sol. Folha de S.Paulo, 10.10.2017. Adaptado)

4. (VUNESP / TCE-SP / 2017) De acordo com o texto, o papel do Brasil no cenário mundial da energia solar fotovoltaica é

- A) bastante destacado, uma vez que o país tem perseguido índices de investimento apenas superados por nações desenvolvidas que são referência na área.
- B) justamente reconhecido, porque o país possui uma das matrizes de geração de energias mais limpas e se destacou, no relatório da AIE, na seara das fontes renováveis.
- C) pouco importante, apesar de o país ter um investimento na área que o coloca em situação vantajosa quando comparado aos demais países.
- D) insignificante, com baixos investimentos nessa fonte energética do futuro, por ainda privilegiar outras matrizes de geração de energia limpa.
- E) inexpressivo, acompanhado pela questionável matriz energética do país, que insiste em investir em álcool combustível, que não corresponde às demandas do futuro.

Comentário:

A alternativa **D** está correta, porque reflete adequadamente o papel do Brasil no cenário mundial da energia solar fotovoltaica, conforme descrito no texto. O país é considerado insignificante nessa área devido ao baixo investimento, mesmo sendo essa uma fonte energética promissora. O texto destaca que o Brasil continua privilegiando outras matrizes de energia limpa, como hidrelétricas e biocombustíveis, enquanto o futuro aponta para a energia solar como uma das mais dinâmicas fontes alternativas.

Analisemos cada opção:

- A) "Bastante destacado, uma vez que o país tem perseguido índices de investimento apenas superados por nações desenvolvidas que são referência na área."

ERRADO. O texto deixa claro que o investimento do Brasil em energia solar é desprezível em termos mundiais, não sendo suficiente para colocá-lo em destaque no cenário global.

- B) "Justamente reconhecido, porque o país possui uma das matrizes de geração de energias mais limpas e se destacou, no relatório da AIE, na seara das fontes renováveis."

ERRADO. Embora o Brasil possua uma matriz de geração limpa e destaque-se na área de biocombustíveis, o texto enfatiza que sua contribuição para o crescimento da energia solar é irrelevante, o que não configura um reconhecimento positivo no relatório.

C) "Pouco importante, apesar de o país ter um investimento na área que o coloca em situação vantajosa quando comparado aos demais países."

ERRADO. O texto não sugere que o Brasil tenha vantagem em relação a outros países no investimento em energia solar; pelo contrário, afirma que esse investimento é baixo e insuficiente.

D) "Insignificante, com baixos investimentos nessa fonte energética do futuro, por ainda privilegiar outras matrizes de geração de energia limpa."

CERTO. O texto classifica o investimento do Brasil em energia solar como insignificante, e destaca que o país continua privilegiando outras fontes, como hidrelétricas e biocombustíveis, enquanto o futuro aponta para o crescimento da energia solar.

E) "Inexpressivo, acompanhado pela questionável matriz energética do país, que insiste em investir em álcool combustível, que não corresponde às demandas do futuro."

ERRADO. Apesar da ênfase do texto no futuro promissor da energia solar, ele também ressalta a liderança do Brasil no uso de biocombustíveis como etanol, considerados viáveis para o setor de transporte. A matriz energética do país não é descrita como "questionável", mas como limpa e eficiente.

Gabarito: D.

5. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Observe as duas passagens do texto:•

O governo de Pequim incentiva essa fonte limpa na tentativa de minorar a poluição do ar gerada por termelétricas a carvão... (4º parágrafo)

• Sob esse estímulo, o país asiático já representa 50% da demanda global por painéis fotovoltaicos e manufatura 60% desses equipamentos. (5º parágrafo)

Analisando-se as informações, conclui-se que as do 5º parágrafo representam

- A) ressalva com dados que desqualificam o fato mencionado no parágrafo anterior, o qual sugere que as termelétricas poluem o ar.
- B) consequência do que se apresenta no parágrafo anterior, que define as termelétricas a carvão como uma das causas da poluição do ar.

- C) oposição ao contido no parágrafo anterior, que afirma serem as termelétricas a carvão a causa exclusiva da poluição do ar.
- D) hipótese para superar a situação apresentada no parágrafo anterior, que afirma ser possível a poluição do ar a partir das termelétricas.
- E) comparação entre os fatos mencionados no parágrafo anterior, que aponta a problemática da poluição do ar.

Comentário:

A alternativa B está correta, porque as informações do 5º parágrafo representam uma consequência direta do incentivo do governo de Pequim à energia solar fotovoltaica, mencionado no 4º parágrafo. No trecho "O governo de Pequim incentiva essa fonte limpa na tentativa de minorar a poluição do ar gerada por termelétricas a carvão", o texto explica a motivação para promover a energia solar: reduzir a poluição causada por termelétricas. Já no 5º parágrafo, ao afirmar que "o país asiático já representa 50% da demanda global por painéis fotovoltaicos e manufatura 60% desses equipamentos", evidencia-se o impacto prático desse incentivo, consolidando a China como líder mundial no setor de energia solar.

Analisemos cada opção:

- A) "Ressalva com dados que desqualificam o fato mencionado no parágrafo anterior, o qual sugere que as termelétricas poluem o ar."

ERRADO. Não há ressalva ou desqualificação entre os parágrafos. Pelo contrário, o 5º parágrafo complementa a ideia do anterior, mostrando o resultado positivo do incentivo à energia solar.

- B) "Consequência do que se apresenta no parágrafo anterior, que define as termelétricas a carvão como uma das causas da poluição do ar."

CERTO. O 5º parágrafo apresenta os resultados do incentivo à energia solar, que foi destacado no 4º parágrafo como uma forma de combater a poluição causada pelas termelétricas a carvão.

- C) "Oposição ao contido no parágrafo anterior, que afirma serem as termelétricas a carvão a causa exclusiva da poluição do ar."

ERRADO. Não há oposição entre os parágrafos. O texto não afirma que as termelétricas são a causa **exclusiva** da poluição do ar, apenas destaca que são uma das principais causas, justificando o incentivo à energia solar.

D) "Hipótese para superar a situação apresentada no parágrafo anterior, que afirma ser possível a poluição do ar a partir das termelétricas."

ERRADO. O 5º parágrafo não apresenta uma hipótese, mas sim os resultados concretos do incentivo à energia solar. Além disso, o texto não sugere "possibilidade" de poluição pelas termelétricas, mas a confirma como um problema real.

E) "Comparação entre os fatos mencionados no parágrafo anterior, que aponta a problemática da poluição do ar."

ERRADO. Não há uma comparação direta entre os parágrafos. O texto do 5º parágrafo expande a ideia do anterior ao apresentar os resultados do incentivo à energia solar, sem comparar diretamente os dois fatos.

Gabarito: B.

6. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Nas passagens "aparece como a grande estrela do relatório" (1º parágrafo), "Já a China responde por 40% da capacidade renovável" (4º parágrafo) e "na tentativa de minorar a poluição do ar" (4º parágrafo), os termos em destaque significam, correta e respectivamente:

- A) influência; retribui; incentivar.
- B) figura; equivale a; amenizar.
- C) destaque; é responsável por; diminuir.
- D) insígnia; é produtora de; relativizar.
- E) atração; corresponde a; extinguir.

Comentário:

Os termos destacados nas passagens significam de forma precisa no contexto do texto: **destaque**, **é responsável por** e **diminuir**.

"Aparece como a grande estrela do relatório": o termo "estrela" é empregado em sentido figurado para indicar algo de grande **destaque** ou importância no relatório mencionado.

"Já a China responde por 40% da capacidade renovável": a expressão "responde por" significa **é responsável por**, indicando a participação ativa da China na capacidade de energia renovável adicionada.

"Na tentativa de minorar a poluição do ar": o termo "minorar" significa **diminuir** ou reduzir, referindo-se à ação de tentar reduzir a poluição atmosférica.

Analisemos cada opção:

A) "Influência; retribui; incentivar."

ERRADO. "Estrela" não se refere a influência, mas a destaque; "responde por" não significa "retribui", e "minorar" não é sinônimo de "incentivar".

B) "Figura; equivale a; amenizar."

ERRADO. Embora "amenizar" possa se aproximar de "minorar", "estrela" não se refere a uma figura literal, e "responde por" não significa "equivale a".

C) "Destaque; é responsável por; diminuir."

CERTO. Essa alternativa traduz corretamente os termos destacados no contexto do texto. "Estrela" corresponde a "destaque", "responde por" a "é responsável por", e "minorar" a "diminuir".

D) "Insígnia; é produtora de; relativizar."

ERRADO. "Insígnia" não reflete o sentido figurado de "estrela", e "relativizar" não é sinônimo de "minorar". Além disso, "é produtora de" não corresponde a "responde por".

E) "Atração; corresponde a; extinguir."

ERRADO. "Estrela" não significa "atração" no contexto, e "minorar" não significa "extinguir" – o texto menciona a redução da poluição, não sua eliminação.

Gabarito: C.

7. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Assinale a alternativa em que a vírgula está empregada de acordo com a norma-padrão.

- A) Mais uma vez a China foi, a responsável, por colocar a energia fotovoltaica no papel de estrela conforme mostra o relatório "Renováveis 2017 – Análise e Previsões para 2022".
- B) Mais uma vez, a China, foi a responsável por colocar a energia fotovoltaica no papel de estrela conforme mostra o relatório "Renováveis 2017 – Análise e Previsões para 2022".
- C) A China mais uma vez foi a responsável, por colocar a energia fotovoltaica no papel de estrela, conforme mostra o relatório "Renováveis 2017 – Análise e Previsões para 2022".
- D) A China, foi a responsável, mais uma vez, por colocar a energia fotovoltaica no papel de estrela, conforme mostra o relatório "Renováveis 2017 – Análise e Previsões para 2022".

- E) A China, mais uma vez, foi a responsável por colocar a energia fotovoltaica no papel de estrela, conforme mostra o relatório “Renováveis 2017 – Análise e Previsões para 2022”.

Comentário:

A questão cobra o uso correto da vírgula.

Analisemos cada opção:

- A) "Mais uma vez a China foi, a responsável, por colocar a energia fotovoltaica no papel de estrela conforme mostra o relatório “Renováveis 2017 – Análise e Previsões para 2022”."

ERRADA. A vírgula após "foi" separa o verbo do complemento "a responsável", o que está **incorreto** de acordo com a norma-padrão. Além disso, a vírgula após "a responsável" separa o nome do complemento nominal "por colocar a energia fotovoltaica", o que também é **incorreto**.

- B) "Mais uma vez, a China, foi a responsável por colocar a energia fotovoltaica no papel de estrela conforme mostra o relatório “Renováveis 2017 – Análise e Previsões para 2022”."

ERRADA. A vírgula antes e depois de "a China" separa o sujeito ("a China") de seu predicado ("foi a responsável"), o que está **errado**, segundo a norma-padrão.

- C) "A China mais uma vez foi a responsável, por colocar a energia fotovoltaica no papel de estrela, conforme mostra o relatório “Renováveis 2017 – Análise e Previsões para 2022”."

ERRADA. A vírgula após "a responsável" separa o nome do complemento nominal "por colocar a energia fotovoltaica", o que está **errado**.

- D) "A China, foi a responsável, mais uma vez, por colocar a energia fotovoltaica no papel de estrela, conforme mostra o relatório “Renováveis 2017 – Análise e Previsões para 2022”."

ERRADA. A vírgula após "A China" separa indevidamente o sujeito ("A China") do predicado ("foi a responsável"), o que está **incorreto**, de acordo com a norma-padrão.

- E) "A China, mais uma vez, foi a responsável por colocar a energia fotovoltaica no papel de estrela, conforme mostra o relatório “Renováveis 2017 – Análise e Previsões para 2022”."

CERTA. A pontuação está correta e em conformidade com a norma-padrão. O adjunto adverbial "mais uma vez" está adequadamente isolado por vírgulas, e não há separação **errada** entre o sujeito ("A China") e o predicado ("foi a responsável"). A vírgula antes de "conforme" é facultativa, mas adequada, neste contexto, para destacar a oração explicativa.

Gabarito: E.

8. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Considerando o texto em sua totalidade, assinale a alternativa que interpreta o último parágrafo adequadamente e está em conformidade com a norma-padrão de regência.

- A) O papel duvidoso do Brasil em produção de álcool combustível faz com que o país prefira investir, no futuro, em energia solar fotovoltaica do que em biocombustíveis.
- B) Todos concordam da liderança do Brasil na produção de álcool combustível, mas o país, no futuro, quer estar apto em produzir energia solar fotovoltaica.
- C) Apesar de o Brasil ser líder em álcool combustível, não se tem certeza que poderá destacar-se no futuro, que é solar, na geração de energia solar fotovoltaica.
- D) O Brasil é líder incontestemente em álcool combustível, mas, como o futuro é solar, o país tem de aspirar ao papel de grande gerador de energia solar fotovoltaica.
- E) O Brasil chegou na liderança de álcool combustível e, por isso, anseia para o futuro o posto de maior gerador mundial de energia solar fotovoltaica.

Comentário:

Questão que cobra tanto interpretação quanto aplicação da norma-padrão de regência.

Analisemos as opções:

- A) "O papel duvidoso do Brasil em produção de álcool combustível faz com que o país prefira investir, no futuro, em energia solar fotovoltaica do que em biocombustíveis."

ERRADA. O texto não sugere que o papel do Brasil na produção de álcool combustível é "duvidoso". Pelo contrário, ele reconhece a liderança do país nesse setor. Além disso, não há menção de preferência por energia solar em detrimento dos biocombustíveis; o texto sugere que ambas as fontes podem coexistir.

- B) "Todos concordam da liderança do Brasil na produção de álcool combustível, mas o país, no futuro, quer estar apto em produzir energia solar fotovoltaica."

ERRADA. O texto afirma a liderança incontestemente do Brasil em álcool combustível, mas não sugere que essa posição seja consensual ("todos concordam"). Também não indica que o Brasil "quer estar apto" a produzir energia solar, mas sim que deve aspirar a um papel relevante nesse setor.

- C) "Apesar de o Brasil ser líder em álcool combustível, não se tem certeza que poderá destacar-se no futuro, que é solar, na geração de energia solar fotovoltaica."

ERRADA. O texto não expressa dúvidas sobre o destaque futuro do Brasil, mas aponta que o país ainda precisa investir mais na energia solar para se tornar relevante. A ideia central do último parágrafo é de aspiração, não de incerteza.

D) "O Brasil é líder incontestado em álcool combustível, mas, como o futuro é solar, o país tem de aspirar ao papel de grande gerador de energia solar fotovoltaica."

CERTA. O texto reconhece a liderança do Brasil em álcool combustível e destaca que o país deve buscar um papel relevante na geração de energia solar fotovoltaica, já que o futuro energético aponta para essa matriz. A interpretação está alinhada com o conteúdo do último parágrafo.

E) "O Brasil chegou na liderança de álcool combustível e, por isso, anseia para o futuro o posto de maior gerador mundial de energia solar fotovoltaica."

ERRADA. O texto não sugere que o Brasil "anseia" ser o maior gerador mundial de energia solar, mas que deve aspirar a um papel importante no setor. A expressão usada ("o futuro é solar") aponta para uma necessidade estratégica, não para um desejo explícito.

Gabarito: D.

9. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Assinale a alternativa em que a concordância está de acordo com a norma-padrão.

- A) 40% da capacidade renovável em 2016 está com a China, e os maiores índices provêm da energia solar.
- B) Existirá demandas para o etanol e o biodiesel, embora o noticiário se concentre na voga dos veículos elétricos.
- C) Como mostra os dados, a China e o Brasil, quanto aos investimentos em energia solar, possui distintos perfis de investimento.
- D) O potencial das usinas hidrelétricas e eólicas mostram o Brasil com uma das matrizes de geração mais limpas.
- E) Notam-se que, no Brasil, no que respeita à energia solar fotovoltaica, algumas centrais de grande pujança começa a se instalar.

Comentário:

Questão que cobra o uso da norma-padrão de regência.

Analisemos as opções:

A) "40% da capacidade renovável em 2016 está com a China, e os maiores índices provêm da energia solar."

CERTA. A concordância está correta nesta alternativa. O sujeito "40% da capacidade renovável" exige que o verbo esteja no singular ("está"), pois a concordância ocorre com o núcleo "capacidade", que está no singular. Além disso, o verbo "provêm" está corretamente no plural para concordar com o sujeito "índices", que também está no plural.

B) "Existirá demandas para o etanol e o biodiesel, embora o noticiário se concentre na voga dos veículos elétricos."

ERRADA. O verbo "existirá" está no singular, mas o sujeito "demandas" está no plural. A forma correta seria "Existirão demandas". No caso de "existir", a concordância deve ser feita com o sujeito, que é plural neste contexto.

C) "Como mostra os dados, a China e o Brasil, quanto aos investimentos em energia solar, possui distintos perfis de investimento."

ERRADA. O verbo "mostra" deveria estar no plural ("mostram"), pois o sujeito "os dados" está no plural. Além disso, o verbo "possui" deveria estar no plural ("possuem") para concordar com o sujeito composto "a China e o Brasil".

D) "O potencial das usinas hidrelétricas e eólicas mostram o Brasil com uma das matrizes de geração mais limpas."

ERRADA. O verbo "mostram" deveria estar no singular ("mostra"), pois o núcleo do sujeito é "potencial", que está no singular. O termo "das usinas hidrelétricas e eólicas" é um adjunto adnominal e não interfere na concordância verbal.

E) "Notam-se que, no Brasil, no que respeita à energia solar fotovoltaica, algumas centrais de grande pujança começa a se instalar."

ERRADA. O verbo "Notam-se" está correto na forma reflexiva e concorda com o sujeito "algumas centrais". Contudo, o verbo "começa" deveria estar no plural ("começam") para concordar com "algumas centrais", que está no plural.

Gabarito: A.

10. (VUNESP / TCE-SP / 2017)

_____ que a geração solar foi a que mais cresceu entre as energias renováveis. Embora _____ muito nesse tipo de energia, não _____ que todos os países têm a mesma preocupação com a questão.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas da frase devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- A) Se vê ... se tenha investido ... pode-se dizer
- B) Vê-se ... tenha investido-se ... se pode dizer
- C) Vê-se ... se tenha investido ... se pode dizer

- D) Se vê ... tenha-se investido ... pode-se dizer
- E) Vê-se ... tenha investido-se ... pode dizer-se

Comentário:

Questão que cobra a aplicação da norma-padrão de regência.

Analisemos as opções:

A primeira lacuna deve ser preenchida com "**Vê-se**", pois não se inicia frase com pronome oblíquo átono. A segunda lacuna requer "**se tenha investido**", uma vez que a conjunção subordinativa "**embora**" atrai o pronome e obriga o uso da próclise. Na terceira lacuna, o correto é "**se pode dizer**", porque a palavra negativa "**não**" já presente no texto atrai o pronome, exigindo a próclise. Assim, a alternativa **C** é a única que atende plenamente às regras de colocação pronominal.

- A) "Se vê ... se tenha investido ... pode-se dizer"

ERRADA. A primeira lacuna ("**Se vê**") está incorreta, pois não se inicia frase com pronome oblíquo. O correto seria "**Vê-se**". Na segunda lacuna, "**se tenha investido**" está correta, pois a conjunção subordinativa "**embora**" atrai o pronome. A terceira lacuna ("**pode-se dizer**") está incorreta, pois a palavra negativa "**não**" exige a próclise ("**se pode dizer**").

- B) "Vê-se ... tenha investido-se ... se pode dizer"

ERRADA. A primeira lacuna ("**Vê-se**") está correta, respeitando a regra de início de frase. Na segunda lacuna, "**tenha investido-se**" está incorreta, pois em tempos compostos (verbo auxiliar + particípio), o pronome não pode ser posicionado após o particípio. O correto seria "**se tenha investido**", devido à atração da palavra "**embora**". A terceira lacuna ("**se pode dizer**") está correta, mas o erro na segunda lacuna invalida a alternativa.

- C) "Vê-se ... se tenha investido ... se pode dizer"

CERTA. A primeira lacuna ("**Vê-se**") está correta, pois não se inicia frase com pronome oblíquo átono. Na segunda lacuna, "**se tenha investido**" está correta, pois a conjunção subordinativa "**embora**" atrai o pronome, obrigando a próclise. Na terceira lacuna, "**se pode dizer**" está correta, pois a palavra negativa "**não**" exige a próclise.

- D) "Se vê ... tenha-se investido ... pode-se dizer"

ERRADA. A primeira lacuna ("**Se vê**") está incorreta, pois não se inicia frase com pronome oblíquo. O correto seria "**Vê-se**". Na segunda lacuna, "**tenha-se investido**" está errada, pois a conjunção subordinativa "**embora**" atrai o pronome, exigindo a próclise ("**se tenha investido**"). Na terceira lacuna, "**pode-se dizer**" está incorreta, pois a palavra negativa "**não**" exige a próclise ("**se pode dizer**").

E) "Vê-se ... tenha investido-se ... pode dizer-se"

ERRADA. A primeira lacuna ("Vê-se") está correta. Na segunda lacuna, "**tenha investido-se**" está incorreta, pois em tempos compostos o pronome não pode ser posicionado após o particípio. O correto seria "**se tenha investido**". Na terceira lacuna, "**pode dizer-se**" está incorreta, pois a palavra negativa "**não**" exige a próclise ("**se pode dizer**").

Gabarito: C.

11. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Leia a charge.



No plano da linguagem verbal, o efeito de humor da charge decorre

- A) da imprecisão do diálogo das personagens, razão pela qual não se entende o sentido de "raso".
- B) da aproximação de sentido presente nas falas das personagens, com os termos "chato", "plana" e "raso".
- C) da forma respeitosa como as personagens se tratam, o que se comprova com o adjetivo "raso".
- D) do contraste de sentido na fala das personagens, nas quais os adjetivos "chato" e "plana" se opõem.
- E) da fala confusa da personagem, quando utiliza o adjetivo "plana" para referir-se à Terra.

Comentário:

No plano da linguagem verbal, o efeito de humor da charge decorre da escolha e da interação das palavras utilizadas pelas personagens. A alternativa correta é a **Letra B**, pois o humor se constrói a partir da aproximação de sentidos entre os termos “chato” (no sentido de tedioso ou plano), “plana” (associado à forma geométrica da Terra, na visão da personagem) e “raso” (referente ao raciocínio do interlocutor). Essa relação cria um jogo semântico entre os significados das palavras, gerando o efeito cômico.

A) Imprecisão do diálogo das personagens, razão pela qual não se entende o sentido de “raso”.

ERRADO. Não há imprecisão no diálogo, e o sentido de “raso” é claro no contexto: refere-se à superficialidade do raciocínio da personagem que afirma que a Terra é plana.

B) Aproximação de sentido presente nas falas das personagens, com os termos “chato”, “plana” e “raso”.

CERTO. Os termos criam uma relação semântica que provoca humor, ao conectar ideias como falta de profundidade (raso), monotonia (chato) e forma geométrica (plana).

C) Forma respeitosa como as personagens se tratam, o que se comprova com o adjetivo “raso”.

ERRADO. Não há tom de respeito no diálogo; “raso” é usado de forma irônica para criticar a superficialidade do argumento da personagem.

D) Contraste de sentido na fala das personagens, nas quais os adjetivos “chato” e “plana” se opõem.

ERRADO. Não há oposição entre “chato” e “plana”; ao contrário, ambos contribuem para o jogo semântico que sustenta o humor.

E) Fala confusa da personagem, quando utiliza o adjetivo “plana” para referir-se à Terra.

ERRADO. A fala não é confusa; “plana” é usada propositalmente para expressar uma visão equivocada e sustentada no humor da tirinha.

Gabarito: B.

Leia o texto para responder às questões de números 12 e 13.

Sempre se imaginou que o uso exagerado de smartphones e tablets, com o corpo curvado e a atenção sugada pela tela, pudesse fazer _____ para o corpo. Estudos recentes constatam: faz sim. Uma das pesquisas revela um malefício surpreendente: o _____ eletrônico acelera o surgimento de rugas no pescoço. Criou-se até um termo, tech neck (neck é pescoço, em inglês), para designar os _____ que resultam da postura equivocada. Um trabalho coordenado pela Universidade Chung-Ang, da Coreia do Sul, mostrou que mulheres a partir dos 29 anos apresentaram vincos na região do pescoço – enquanto o natural seria depois do 40. O ponto em comum entre as pessoas investigadas: o _____ uso dos eletrônicos.

(Taís Botelho. Erga a cabeça! Veja, 16.08.2017. Adaptado)

12. (VUNESP / TCE-SP / 2017) De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- A) mau ... vício ... prejuízos ... mal
- B) mal ... vicio ... prejuízos ... mal
- C) mau ... vício ... prejuízos ... mau
- D) mau ... vicio ... prejuízos ... mal
- E) mal ... vício ... prejuízos ... mau

Comentário:

As lacunas do texto devem ser preenchidas respeitando as regras de emprego de "mal" e "mau" e as regras de acentuação das palavras "vício" e "prejuízos". Vejamos cada caso:

Primeira lacuna: "pudesse fazer _____ para o corpo"

O termo correto é **mal**, que é o antônimo de "bem". O contexto refere-se a algo prejudicial para o corpo, e, portanto, utiliza-se "mal" (substantivo).

Segunda lacuna: "o _____ eletrônico acelera o surgimento de rugas no pescoço"

O termo adequado é **vício**, que significa "hábito prejudicial ou dependência". A palavra **vício** é uma **paroxítona terminada em ditongo** (ví-cio) e, segundo a regra de acentuação, todas as paroxítonas terminadas em ditongo são acentuadas.

Terceira lacuna: "para designar os _____ que resultam da postura equivocada"

O termo correto é **prejuízos**, que indica "danos" ou "consequências negativas". A palavra **prejuízos** apresenta um **hiato entre as vogais "i" e "o"**. Segundo as regras de acentuação, as vogais "i" e "u" recebem acento quando formam um hiato e aparecem sozinhas na sílaba ou acompanhadas de "s". Assim, o correto é **pre-ju-í-zos**.

Quarta lacuna: "o _____ uso dos eletrônicos"

O termo correto é **mau**, que é o antônimo de "bom". Como o texto qualifica o uso como prejudicial, utiliza-se "mau" (adjetivo).

A) mau ... vício ... prejuizos ... mal

ERRADA. O primeiro "mau" está incorreto, pois deveria ser "mal", que é o oposto de "bem". A grafia de "prejuizos" está incorreta, pois faltou o acento no "i" que forma hiato. O último "mal" está incorreto, pois o termo correto é "mau", que é o antônimo de "bom".

B) mal ... vicio ... prejuizos ... mal

ERRADA. As palavras **vicio** e **prejuizos** estão incorretas, pois faltam os acentos obrigatórios (paroxítona terminada em ditongo e hiato, respectivamente). O último "mal" está incorreto, pois o termo correto é "mau", que é o antônimo de "bom".

C) mau ... vício ... prejuízos ... mau

ERRADA. O primeiro "mau" está incorreto, pois deveria ser "mal", que é o oposto de "bem".

D) mau ... vicio ... prejuizos ... mal

ERRADA. O primeiro "mau" está incorreto, pois deveria ser "mal", que é o oposto de "bem". As palavras **vicio** e **prejuizos** estão incorretas, pois faltam os acentos obrigatórios (paroxítona terminada em ditongo e hiato, respectivamente). O último "mal" está incorreto, pois o termo correto é "mau", que é o antônimo de "bom".

E) mal ... vício ... prejuízos ... mau

CERTA. Todas as lacunas estão preenchidas corretamente.

Gabarito: E.

13. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Assinale a alternativa em que a preposição em destaque forma expressão cujo sentido é de modo.

- A) ... **com** o corpo curvado e a atenção sugada pela tela...
- B) O ponto em comum **entre** as pessoas investigadas...
- C) ... apresentaram vincos **na** região do pescoço...
- D) ... que resultam **da** postura equivocada.
- E) Um trabalho coordenado **pela** Universidade Chung--Ang...

Comentário:

Questão que cobra semântica.

Analisemos as opções:

- A) "com o corpo curvado e a atenção sugada pela tela"

CERTA. A preposição "**com**" indica o modo como o corpo está posicionado (curvado) durante o uso dos dispositivos, caracterizando a postura da pessoa. Esse termo confere a ideia de **modo**, descrevendo como ocorre a interação com os aparelhos.

- B) "O ponto em comum entre as pessoas investigadas"

ERRADA. A preposição "**entre**" indica uma relação de inclusão ou localização, mostrando a conexão ou semelhança entre os indivíduos mencionados. Não apresenta sentido de modo, mas de relação.

- C) "apresentaram vincos na região do pescoço"

ERRADA. A preposição "**na**" confere o sentido de **lugar**, indicando a localização dos vincos mencionados (no pescoço). Não há relação com o sentido de modo.

- D) "que resultam da postura equivocada"

ERRADA. A preposição "**da**" indica **origem ou causa**, associando os prejuízos ao uso inadequado dos dispositivos. O termo não carrega o sentido de modo, mas de procedência.

- E) "Um trabalho coordenado pela Universidade Chung-Ang"

ERRADA. A preposição "**pela**" expressa o **agente da passiva**, ou seja, quem realizou a ação de coordenar o trabalho. Nesse contexto, ela não indica modo, mas quem foi o responsável pela ação.

Gabarito: A.

Leia o texto para responder às questões de números 14 a 19.

A vontade do falecido

Alguns dias depois, deu-se o evento. Seu Irineu pisou no prego e esvaziou. Apanhou um resfriado, do resfriado passou à pneumonia, da pneumonia passou ao estado de coma e do estado de coma não passou mais. Levou pau e foi reprovado. Um médico do SAMDU*, muito a contragosto, compareceu ao local e deu o atestado de óbito.

Tudo que era parente com razoáveis esperanças de herança foi velar o morto.

Tomou-se conhecimento de uma carta que estava cuidadosamente colocada dentro do cofre, sobre o dinheiro deixado por seu Irineu. E na carta o velho dizia: “Quero ser enterrado junto com a quantia existente nesse cofre, que é tudo o que eu possuo e que foi ganho com o suor do meu rosto, sem a ajuda de parente vagabundo nenhum”. E, por baixo, a assinatura com firma reconhecida para não haver dúvida: Irineu de Carvalho Pinto Boaventura.

Para quê! Nunca se chorou tanto num velório, sem se ligar pro morto. A parentada chorava às pampas, mas não apareceu ninguém com peito para desrespeitar a vontade do falecido.

Foi quase na hora do corpo sair. Desde o momento em que se tomou conhecimento do que a carta dizia, que Altamirando imaginava um jeito de passar o morto para trás. Era muita sopa deixar aquele dinheiro ali pro velho gastar com minhoca. Pensou, pensou e, na hora que iam fechar o caixão, ele deu o grito de “pera aí”. Tirou os sessenta milhões de dentro do caixão, fez um cheque da mesma importância, jogou lá dentro e disse “fecha”.

– Se ele precisar, mais tarde desconta o cheque no Banco.

SAMDU – Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência, já extinto. (Stanislaw Ponte Preta. Dois amigos e um chato, 1986. Adaptado)

14. (VUNESP / TCE-SP / 2017) O texto relata a situação ocorrida no velório do velho Irineu, enfatizando que

- A) cabia a Altamirando resgatar o dinheiro do morto para dividir com os familiares, considerando que o sentimento de perda deles era genuíno.

- B) acontecia com o morto aquilo que ele desejava em vida, a saber, ser enterrado com algum dinheiro e poder ajudar os familiares necessitados.
- C) era provável que algum parente do morto ousasse desobedecer ao seu desejo, porém foi Altamirando que o fez, magoado por ser chamado de vagabundo.
- D) havia, por parte dos parentes, mais interesse econômico do que afetivo, o que se confirma na passagem final, com a atitude de Altamirando.
- E) ocorria uma forte compaixão da família pelo morto, o que muitos relacionaram ao fato de haver uma grande quantia em dinheiro no cofre.

Comentário:

Questão de interpretação textual.

Julguemos as opções:

- A) "cabia a Altamirando resgatar o dinheiro do morto para dividir com os familiares, considerando que o sentimento de perda deles era genuíno."

ERRADA. O texto não sugere que Altamirando tinha a intenção de resgatar o dinheiro para dividi-lo com os familiares, tampouco indica que o sentimento dos parentes era genuíno. Pelo contrário, o texto ressalta o interesse financeiro, e não a dor da perda.

- B) "acontecia com o morto aquilo que ele desejava em vida, a saber, ser enterrado com algum dinheiro e poder ajudar os familiares necessitados."

ERRADA. Embora o velho Irineu tenha manifestado seu desejo de ser enterrado com o dinheiro, esse desejo não visava ajudar os familiares, mas sim garantir que o dinheiro não fosse aproveitado por eles, pois os considerava "vagabundos". Além disso, esse desejo foi desrespeitado.

- C) "era provável que algum parente do morto ousasse desobedecer ao seu desejo, porém foi Altamirando que o fez, magoado por ser chamado de vagabundo."

ERRADA. Embora Altamirando tenha desobedecido ao desejo de Irineu, o texto não sugere que ele agiu por mágoa, mas sim por interesse no dinheiro, ao buscar uma solução que lhe permitisse reter os recursos financeiros.

D) "havia, por parte dos parentes, mais interesse econômico do que afetivo, o que se confirma na passagem final, com a atitude de Altamirando."

CERTA. O texto evidencia que o interesse econômico predominava sobre o afetivo, como mostrado pelo choro fingido dos parentes no velório e pela ação final de Altamirando, que retira o dinheiro do caixão e coloca um cheque em seu lugar.

E) "ocorria uma forte compaixão da família pelo morto, o que muitos relacionaram ao fato de haver uma grande quantia em dinheiro no cofre."

ERRADA. A família não demonstra compaixão genuína pelo morto. O texto enfatiza que o choro no velório era motivado pelo dinheiro deixado por Irineu, e não por afeto ou pesar pela perda.

Gabarito: D.

15. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Nas passagens "Um médico do SAMDU, muito a contragosto, compareceu ao local..." (1º parágrafo) e "A parentada chorava às pampas..." (4º parágrafo), as expressões em destaque opõem-se, quanto ao sentido, respectivamente, a:

- A) com esmero; intensamente.
- B) com alegria; metodicamente.
- C) com satisfação; comedidamente.
- D) com ojeriza; placidamente.
- E) com desdém; ocasionalmente.

Comentário:

Questão que cobra o tema da semântica.

Consideremos as opções:

- A) "com esmero; intensamente."

ERRADA. A expressão "muito a contragosto" não é oposta a "com esmero", mas sim a "com satisfação". Já "chorava às pampas" indica algo exagerado e intenso, o que não se opõe diretamente a "intensamente", mas sim a "comedidamente".

B) "com alegria; metodicamente."

ERRADA. "Muito a contragosto" não se refere a um estado de alegria, mas sim a algo feito sem vontade ou satisfação. Além disso, "chorava às pampas" não tem relação de oposição com "metodicamente", já que o choro é descrito como exagerado, e "metodicamente" sugere ordem ou precisão, não intensidade.

C) "com satisfação; comedidamente."

CERTA. A expressão "muito a contragosto" opõe-se diretamente a "com satisfação", pois indica que o médico estava descontente em comparecer ao local. Já "chorava às pampas", que sugere um choro exagerado e abundante, opõe-se a "comedidamente", que indica moderação.

D) "com ojeriza; placidamente."

ERRADA. "Muito a contragosto" não significa "com ojeriza" (aversão extrema), mas algo feito sem vontade. "Placidamente" (calmamente) também não se opõe diretamente a "chorava às pampas", pois o foco está na intensidade e não na ausência de calma.

E) "com desdém; ocasionalmente."

ERRADA. "Muito a contragosto" não equivale a "com desdém", já que o desdém implica desprezo ativo, e a expressão usada no texto sugere apenas falta de vontade. Da mesma forma, "ocasionalmente" não é o oposto adequado para "chorava às pampas", pois o choro descrito no texto é exagerado e contínuo, não ocasional.

Gabarito: C.

16. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Assinale a alternativa em que os termos estão empregados em sentido próprio.

- A) ... pro velho gastar com minhoca.
- B) Tirou os sessenta milhões de dentro do caixão...
- C) Seu Irineu pisou no prego e esvaziou.
- D) ... um jeito de passar o morto para trás.
- E) Era muita sopa deixar aquele dinheiro ali...

Comentário:

Questão que cobra o tema da semântica.

Vejam nossas opções:

A) "... pro velho gastar com minhoca."

ERRADA. O termo "gastar com minhoca" está sendo utilizado em sentido figurado, referindo-se ao fato de que o dinheiro seria desperdiçado ou inutilizado caso fosse enterrado com o falecido.

B) "Tirou os sessenta milhões de dentro do caixão..."

CERTA. Os termos "tirou" e "de dentro do caixão" estão empregados em seu sentido literal, referindo-se à ação concreta de retirar o dinheiro fisicamente do caixão.

C) "Seu Irineu pisou no prego e esvaziou."

ERRADA. A expressão "pisou no prego e esvaziou" é utilizada em sentido figurado, significando que o Sr. Irineu morreu, com uma conotação humorística.

D) "... um jeito de passar o morto para trás."

ERRADA. A expressão "passar o morto para trás" está sendo utilizada em sentido figurado, significando enganar o falecido ou desrespeitar sua vontade, no caso, de ser enterrado com o dinheiro.

E) "Era muita sopa deixar aquele dinheiro ali..."

ERRADA. A expressão "muita sopa" é usada em sentido figurado, referindo-se a algo muito fácil ou vantajoso, no caso, aproveitar o dinheiro deixado pelo falecido.

Gabarito: B.

17. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Assinale a alternativa em que, se o termo em destaque for flexionado no plural, o verbo da oração também deverá ir para o plural.

A) Tomou-se conhecimento de uma **carta**...

B) ... para não haver **dúvida**...

C) Apanhou um **resfriado**...

D) ... e deu o **atestado** de óbito.

E) Alguns dias depois, deu-se o **evento**.

Comentário:

Questão que cobra o tema flexão verbal.

Julguemos as opções:

A) "Tomou-se conhecimento de uma carta..."

No plural: "Tomou-se conhecimento de cartas..."

ERRADA. O verbo "tomou-se" continua no singular, pois se trata de uma construção com sujeito indeterminado. Mesmo com "cartas" no plural, o verbo permanece inalterado.

B) "... para não haver dúvida..."

No plural: "... para não haver dúvidas..."

ERRADA. O verbo "haver", no sentido de existir, é impessoal e permanece no singular mesmo quando o termo "dúvida" é flexionado para o plural.

C) "Apanhou um resfriado..."

No plural: "Apanhou resfriados..."

ERRADA. O verbo "apanhou" concorda com o sujeito oculto "ele". Mesmo que "resfriado" seja flexionado para o plural, o sujeito não muda, e o verbo continua no singular.

D) "... e deu o atestado de óbito."

No plural: "... e deu os atestados de óbito."

ERRADA. O verbo "deu" concorda com o sujeito oculto "ele". A flexão de "atestado" para o plural não afeta a concordância verbal, e o verbo permanece no singular.

E) "Alguns dias depois, deu-se o evento."

No plural: "Alguns dias depois, deram-se os eventos."

CERTA. O verbo "deu-se" concorda com o sujeito "evento". Quando "evento" é flexionado para o plural ("eventos"), o verbo também vai para o plural, tornando-se "deram-se".

Gabarito: E.

18. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Assinale a alternativa em que, na expressão destacada, o termo “o” está empregado como pronome demonstrativo.

- A) Apanhou um resfriado, do resfriado passou à pneumonia...
- B) ... em que se tomou conhecimento do que a carta dizia...
- C) ... uma carta [...] cuidadosamente colocada dentro do cofre...
- D) ... para desrespeitar a vontade do falecido.
- E) ... e que foi ganho com o suor do meu rosto.

Comentário:

O pronome demonstrativo "o" equivale a "aquilo" e, frequentemente, aparece em conjunto com o pronome relativo "que", formando a expressão "o que", que pode ser interpretada como "aquilo que". Esse uso é comum para retomar ideias, ações ou conceitos previamente mencionados ou subentendidos no contexto. Outra característica importante é que, ao ser precedido por preposições, como "de", "a" ou "para", o "o" mantém sua função de pronome demonstrativo.

- A) "Apanhou um resfriado, do resfriado passou à pneumonia..."

ERRADA. O termo "o", nesta expressão, não é pronome demonstrativo. Trata-se de uma preposição "de" unida ao artigo definido "o", que acompanha o substantivo "resfriado", indicando especificidade.

- B) "... em que se tomou conhecimento do que a carta dizia..."

CERTA. Aqui, o "o" funciona como pronome demonstrativo, equivalente a "aquilo", retomando o conteúdo mencionado no contexto. Assim, a expressão "do que a carta dizia" pode ser entendida como "daquilo que a carta dizia". Esse é o único caso em que "o" assume a função de pronome demonstrativo.

- C) "... uma carta [...] cuidadosamente colocada dentro do cofre..."

ERRADA. A expressão não contém o termo "o" desempenhando papel de pronome demonstrativo. O artigo definido "o" aqui está relacionado ao substantivo "cofre", apenas determinando o seu sentido.

- D) "... para desrespeitar a vontade do falecido."

ERRADA. Assim como na alternativa C, o termo "do" é formado pela preposição "de" unida ao artigo definido "o", que acompanha o substantivo "falecido". O "o" não é pronome demonstrativo.

E) "... e que foi ganho com o suor do meu rosto."

ERRADA. Na expressão destacada, "o" é um artigo definido que acompanha o substantivo "suor", indicando especificidade, e não desempenha a função de pronome demonstrativo.

Gabarito: B.

19. (VUNESP / TCE-SP / 2017) No enunciado do 4º parágrafo "Para quê! Nunca se chorou tanto num velório, sem se ligar pro morto. A parentada chorava às pampas, mas não apareceu ninguém com peito para desrespeitar a vontade do falecido.", as expressões destacadas reportam, correta e respectivamente, aos sentidos de

- A) coletivo e oposição.
- B) grupo seletivo e conclusão.
- C) dispersão e consequência.
- D) conjunto e adição.
- E) restrição e comparação.

Comentário:

No enunciado apresentado, as expressões destacadas "parentada" e "mas" possuem sentidos específicos dentro do contexto do texto:

A) "Coletivo e oposição"

CERTA. "Parentada" refere-se a um coletivo, ou seja, o conjunto de parentes reunidos no velório. Já a conjunção "mas" expressa oposição, ao introduzir um contraste entre o choro demonstrado pelos parentes e a ausência de coragem para desrespeitar a vontade do falecido.

B) "Grupo seletivo e conclusão"

ERRADA. "Parentada" não indica um grupo seletivo, mas sim uma reunião ampla e informal de parentes. Além disso, "mas" não exprime conclusão, mas sim contraste.

C) "Dispersão e consequência"

ERRADA. "Parentada" não sugere dispersão, mas união de parentes em um local. "Mas" também não indica consequência, e sim oposição.

D) "Conjunto e adição"

ERRADA. Embora "parentada" possa ser interpretada como um conjunto, a conjunção "mas" não expressa adição, mas oposição entre as ideias.

E) "Restrição e comparação"

ERRADA. "Parentada" não tem sentido de restrição, mas de coletivo. Além disso, "mas" não estabelece uma comparação direta, mas um contraste entre as atitudes dos personagens.

Gabarito: A.

20. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Leia a tira.



(Laerte. Piratas do Tietê. *Folha de S.Paulo*, 12.10.2017)

As frases do primeiro e do último quadrinho estão reescritas em conformidade com a norma-padrão em:

- A) Nós vamos ficando cansada, por que a idade chega. / De fazer planos que nos vamos cansando.
 B) Haja visto a idade, nós vamos ficando cansadas. / Nós vamos se cansando é de fazer planos.

- C) Nós vamos ficando cansadas, porquê a idade chega. / É de fazer planos que vamos se cansando.
- D) Nós vamos ficando cansadas porque a idade chega. / Nós vamos nos cansando de fazer planos.
- E) Haja vista o avanço da idade, nós vamos ficando cansadas. / Nós vamos se cansando de fazer planos.

Comentário:

Questão que trata da aplicação da norma-padrão.

Analisemos as alternativas:

- A) "Nós vamos ficando cansada, por que a idade chega. / De fazer planos que nos vamos cansando."

ERRADA. O adjetivo "cansada" deveria estar no plural, para concordar com o sujeito "nós", ficando "cansadas". Além disso, "por que", separado, está incorreto; o correto seria "porque", usado como conjunção explicativa. Também é necessário acento em "nós" e corrigir "nos vamos cansando" para "nós vamos nos cansando". Forma correta: "*Nós vamos ficando cansadas porque a idade chega. / É de fazer planos que nós vamos nos cansando.*"

- B) "Haja vista a idade, nós vamos ficando cansadas. / Nós vamos se cansando é de fazer planos."

ERRADA. A expressão "haja visto" está incorreta no contexto, pois o correto é "haja vista", que é uma locução invariável usada para introduzir explicações ou justificativas. Além disso, "se cansando" está incorreto; o sujeito "nós" exige a forma "nos cansando". Forma correta: "*Haja vista a idade, nós vamos ficando cansadas. / Nós vamos nos cansando é de fazer planos.*"

- C) "Nós vamos ficando cansadas, porquê a idade chega. / É de fazer planos que vamos se cansando."

ERRADA. "Porquê" com acento e junto é usado apenas como substantivo e está errado nesse contexto; o correto seria "porque". "Vamos se cansando" deveria ser "vamos nos cansando". Forma correta: "*Nós vamos ficando cansadas porque a idade chega. / É de fazer planos que vamos nos cansando.*"

- D) "Nós vamos ficando cansadas porque a idade chega. / Nós vamos nos cansando de fazer planos."

CERTA. A concordância verbal e nominal está correta: "nós vamos ficando cansadas" e "porque" como conjunção explicativa estão adequados. "Nos cansando" também está correto para o sujeito "nós".

- E) "Haja vista o avanço da idade, nós vamos ficando cansadas. / Nós vamos se cansando de fazer planos."

ERRADA. "Haja vista" está corretamente empregado como locução invariável, mas "se cansando" está incorreto e deveria ser "nos cansando".

Forma correta: "Haja vista o avanço da idade, nós vamos ficando cansadas. / Nós vamos nos cansando de fazer planos."

Gabarito: D.

RACIOCÍNIO LÓGICO

21. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Considere a sequência de números naturais 0, 5, 100, 10, 15, 90, 20, 25, 80, 30, ..., 10. A diferença entre os números que ocupam as 26ª e 22ª posições é um número que ocupa, nessa sequência, a posição

- A) 8ª.
- B) 9ª.
- C) 7ª.
- D) 6ª.
- E) 5ª.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre sequência de números.

Primeiramente, vamos perceber a lógica:

- ignorando-se o primeiro termo (0), temos, duas sequências:
 - uma que traz múltiplos de 5 (vamos chamar de A);
 - outra que inicia em 100 e vai diminuindo de 10 em 10, vale dizer, uma progressão aritmética (vamos chamar de B).

Então, temos algo assim:

- $(0, A, B, A, A, B, A, A, B, \dots) = (0, 5, 100, 10, 15, 90, 20, 25, 80, \dots)$

Você pode resolver rapidamente pensando assim: as posições múltiplas de 3 vão ser responsáveis pela sequência B. Como assim? Veja:

$(1^{\text{a}}, 2^{\text{a}}, 100, 4^{\text{a}}, 5^{\text{a}}, 90, \dots)$

Assim, na casa 24ª, teremos um número relativo à sequência B, concorda? O enunciado nos pede os números das posições 26 e 22. Ora, vejamos:

(22ª, 23ª, B, 25ª, 26ª)

Sabendo-se que as duas casas anteriores e as duas posteriores são relativas à sequência A, que trabalha com múltiplos de 5, basta fazermos o seguinte:

$(x, x+1q, B, x+2q, x+3q)$

A diferença entre a casa 26 e a 22 será: $(x+3q) - (x) \rightarrow 3q$, em que “q” é a razão 5. Logo, a diferença é o número 15, que corresponde à 5ª posição (lembre-se de que o 0 ocupa a posição 1, rsrs).

Por todo o exposto, o gabarito encontra-se na letra E.

Gabarito: E.

22. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Josué fez uma viagem em 3 horas e 20 minutos, e a cada hora percorria 45 km. Voltou, pelo mesmo percurso, com velocidade constante e gastando 20% a menos do tempo da viagem de ida. Na volta, a cada hora, Josué percorria

- A) 52,75 km.
- B) 56,25 km.
- C) 60,50 km.
- D) 58,00 km.
- E) 54,00 km.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre exercícios envolvendo velocidade, tempo e espaço.

Note que a cada hora, no trecho de ida, Josué percorria 45 km.

$$v_m = 45 \text{ km/h}$$

Como ele percorreu 3 horas e 20 min, precisamos converter 20 min em horas, para facilitar nossas contas:

$$\Delta t_{ida} = 3h20' \rightarrow 3h + \frac{1}{3}h \rightarrow \frac{10}{3}h$$

Agora, podemos descobrir o espaço percorrido:

$$\Delta S_{ida} = \Delta S_{volta} = 45 \cdot \frac{10}{3} = 150 \text{ km}$$

Na volta, Josué percorreu os mesmos 150 km, só que com 80% do tempo da ida (foi mais rápido em 20%). Então, vejamos:

$$\Delta t_{volta} = \frac{10}{3} \text{ h} \cdot 80\% \rightarrow \frac{8}{3} \text{ h}$$

Podemos, finalmente, achar a velocidade média na volta, que é o solicitado pela questão:

$$V_m = \frac{\Delta S_{volta}}{\Delta t_{volta}} = \frac{150 \text{ km}}{\frac{8}{3} \text{ h}} = 56,25 \text{ km/h} \rightarrow \textit{alternativa B}$$

Gabarito: B.

23. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Considerando os conjuntos A, B e C e suas intersecções, não existem elementos na intersecção dos 3 conjuntos. O número de elementos dos conjuntos A, B e C são respectivamente 35, 32 e 33. O total de elementos que pertencem a apenas um desses conjuntos é igual a 46.

O número total de elementos desses 3 conjuntos é

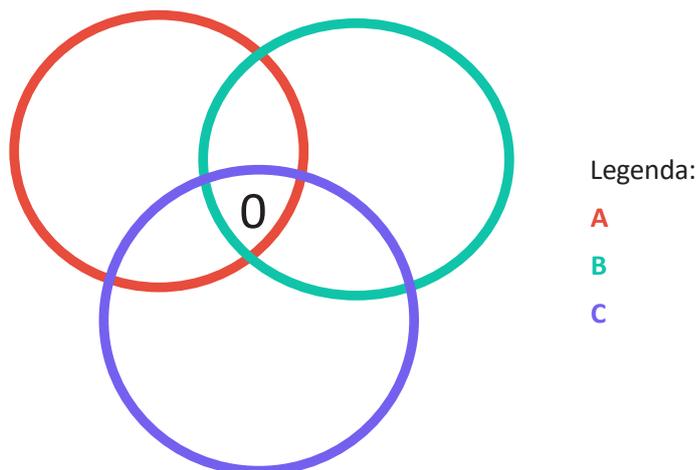
- A) 54.
- B) 87.
- C) 73.
- D) 59.
- E) 64.

Comentário:

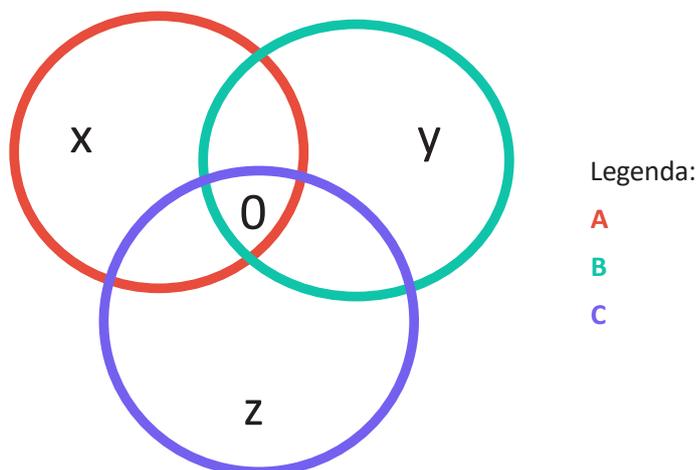
Trata-se de questão que versa sobre conjuntos.

Vamos montando conforme cada afirmação (recomendamos que faça assim na hora da prova, ok?):

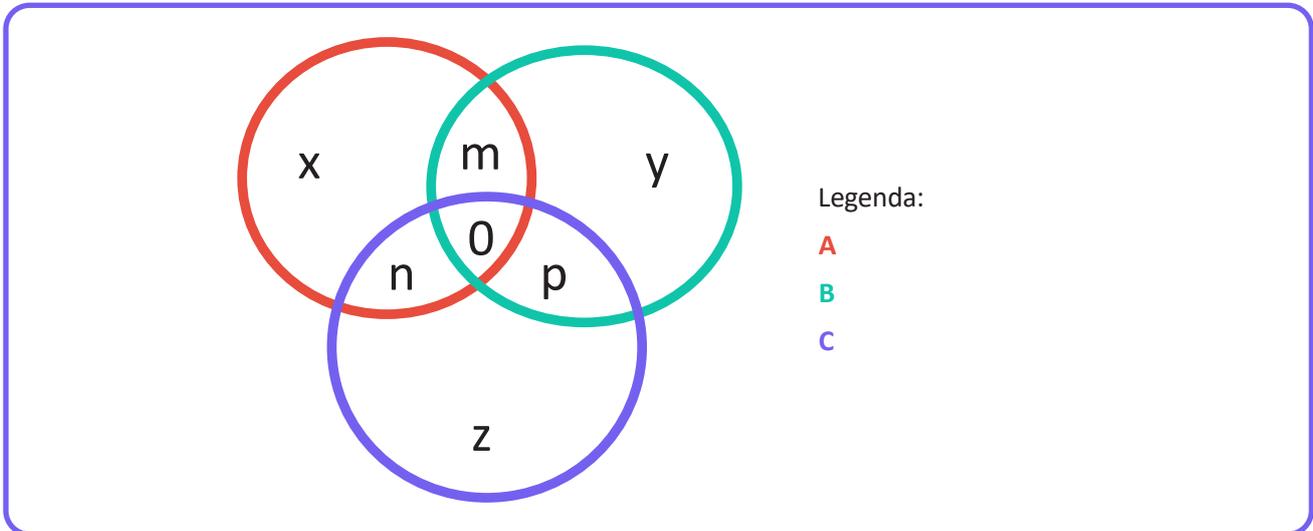
1ª afirmação: não existem elementos na intersecção dos 3 conjuntos.



2ª afirmação: o total de elementos que pertencem a apenas um desses conjuntos é igual a 46.



3ª afirmação: o número de elementos dos conjuntos A, B e C é, respectivamente, 35, 32 e 33.



Sistema:

i) $x + y + z = 46$

ii) $x + m + n = 35$

iii) $y + m + p = 32$

iv) $z + n + p = 33$

O que a questão deseja?

R: O número total de elementos dos 3 conjuntos. Em linguagem matemática:

$$x + y + z + m + n + p = ?$$

Vamos somar as linhas ii, iii e iv, acima:

ii) $x + m + n = 35$

iii) $y + m + p = 32$

iv) $z + n + p = 33$

$$x + y + z + 2m + 2n + 2p = 100$$

Mas, conforme linha i, $x+y+z = 46$. Logo,

$$46 + 2m + 2n + 2p = 100$$

$$2m + 2n + 2p = 100 - 46$$

$$2m + 2n + 2p = 54$$

Divide tudo por 2:

$$m + n + p = 27$$

Agora, basta respondermos à questão:

$$x + y + z + m + n + p = ?$$

$$46 + m + n + p = ?$$

$$46 + 27 = ?$$

$$46 + 27 \rightarrow 73$$

O gabarito é, então, a letra C.

Gabarito: C.

24. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Gabriel está no ponto A, e Felipe, no ponto B. Eles iniciam simultaneamente uma caminhada, e pelo mesmo percurso; Gabriel no sentido de A até B, e Felipe no sentido de B até A. Numa primeira etapa, Gabriel percorreu $\frac{1}{5}$ da distância entre A e B, e Felipe percorreu $\frac{1}{6}$ dessa mesma distância. Na segunda etapa, Gabriel percorreu o equivalente à quarta parte do que faltava a Felipe percorrer ao final da primeira etapa, e Felipe percorreu o equivalente à terça parte do que faltava a Gabriel percorrer ao final da primeira etapa. Sabe-se que, após a segunda etapa, a distância que os separa é de 6,65 km. Nessas condições, é correto afirmar que a distância total que separa os pontos A e B é, em quilômetros, igual a

- A) 40.
- B) 44.
- C) 43.
- D) 41.
- E) 42.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre função do primeiro grau.

Vamos por partes, caro aluno. A princípio, veja que Gabriel e Felipe estão caminhando sobre uma reta que liga os pontos A e B. No caso, eles estão indo no sentido contrário, vale dizer, Gabriel vai de A até B, e Felipe vai de B até A.

Supondo, de início, que a distância de A até B é x , temos:

$$\rightarrow \text{Gabriel percorreu } \frac{x}{5}$$

$$\rightarrow \text{Felipe percorreu } \frac{x}{6}$$

Essa foi a primeira etapa. Na segunda, o enunciado disse o seguinte:

\rightarrow Gabriel percorreu o equivalente à quarta parte do que faltava a Felipe percorrer ao final da primeira etapa. O que falta para Felipe percorrer? R: $\frac{5x}{6}$. Então, Gabriel percorreu a quarta parte desse valor:

$$\frac{1}{4} \cdot \frac{5x}{6} \rightarrow \frac{5x}{24}$$

\rightarrow Felipe percorreu o equivalente à terça parte do que faltava a Gabriel percorrer ao final da primeira etapa. O que falta para Gabriel percorrer: R: $\frac{4x}{5}$. Então, Felipe percorreu a terça parte desse valor:

$$\frac{1}{3} \cdot \frac{4x}{5} \rightarrow \frac{4x}{15}$$

Após a segunda etapa, o enunciado diz que a distância que os separa é de 6,65km. Vamos ver o quanto Gabriel e Felipe percorreram para, após isso, descobrir o valor de x .

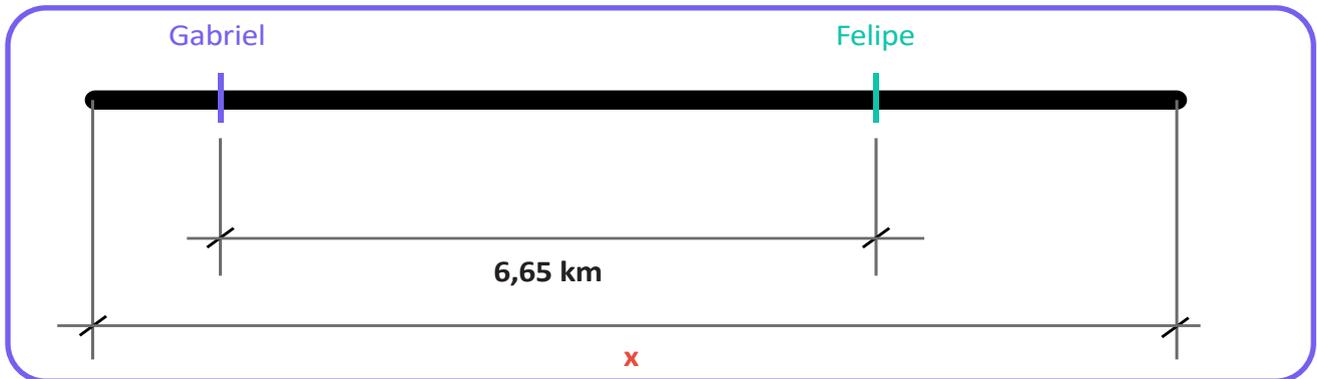
$$\rightarrow \text{Gabriel percorreu: } \frac{x}{5} + \frac{5x}{24} \rightarrow \frac{24x + 25x}{120} \rightarrow \frac{49x}{120}$$

$$\rightarrow \text{Felipe percorreu: } \frac{x}{6} + \frac{4x}{15} \rightarrow \frac{5x + 8x}{30} \rightarrow \frac{13x}{30}$$

Vamos multiplicar a fração de Felipe por 4, para facilitar as nossas contas.

$$\rightarrow \text{Felipe percorreu: } \frac{13x}{30} \cdot 4 \rightarrow \frac{52x}{120}$$

Esquemáticamente, temos o seguinte:



Observe-se, portanto, que a distância que Gabriel percorreu + a distância que Felipe percorreu + a distância que os separa (6,65 km) é equivalente a x , que é o que procuramos. Logo:

$$\text{Distância Gabriel} + 6,65 + \text{Distância Felipe} = x$$

$$\frac{49x}{120} + 6,65 + \frac{52x}{120} = x$$

$$49x + 798 + 52x = 120x$$

$$120x - 101x = 798$$

$$19x = 798$$

$$x = 42 \text{ km}$$

O gabarito é a letra E, portanto.

Gabarito: E.

25. (VUNESP / TCE-SP / 2017) O aumento na produção da empresa A, em 2015, foi de 20% em relação ao ano anterior, e, em 2016, foi de 30% em relação ao ano anterior. O aumento na produção da empresa B, em 2015, foi de 28% em relação ao ano anterior. Para que o aumento na produção da empresa B superasse em 4 pontos percentuais o aumento obtido pela empresa A, nesses dois anos, ao final de 2016, essa empresa B deveria apresentar, em relação ao ano anterior, um aumento de

- A) 25%.
- B) 27%.
- C) 22%.
- D) 21%.
- E) 24%.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre porcentagem.

Empresa A:

Produção 2014 $\rightarrow x$ unidades

Produção 2015 $\rightarrow x$ unidades $\cdot 1,20$ (20% a mais) $\rightarrow 1,2x$ unidades

Produção 2016 $1,2 \rightarrow x$ unidades $\cdot 1,30 \rightarrow 1,56x$ unidades

Empresa B:

Produção 2014 $\rightarrow y$ unidades

Produção 2015 $\rightarrow y$ unidades $\cdot 1,28 \rightarrow 1,28y$ unidades

Produção 2016 \rightarrow a produção final, em 2016, deve superar em 4% a produção final de A (1,56x)

Produção 2016 $\rightarrow (1,56 + 0,04)y$ unidades $\rightarrow 1,6y$ unidades

Em relação à produção de 2015, o aumento final em B foi de:

$$\frac{1,6y}{1,28y} - 1$$

$$1,25 - 1$$

$$0,25 \rightarrow 25\%$$

Gabarito: A.

26. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Considere verdadeiras as afirmações I, II, III, e falsa a afirmação IV.

I. Se acordo, então abro os olhos.

II. Se me levanto, então caminho.

III. Se não caminho, então fico em casa.

IV. Abro os olhos ou caminho.

A partir dessas afirmações, é verdade que

- A) acordo e não me levanto.
- B) não fico em casa ou me levanto.
- C) acordo ou fico em casa.
- D) não caminho e abro os olhos.
- E) não abro os olhos e acordo.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre lógica argumentativa.

(VERDADEIRA) I. Se acordo (p), então abro os olhos (q):

$$p \rightarrow q$$

(VERDADEIRA) II. Se me levanto (r), então caminho (s):

$$r \rightarrow s$$

(VERDADEIRA) III. Se não caminho ($\sim s$), então fico em casa (t):

$$\sim s \rightarrow t$$

(FALSA) IV. Abro os olhos (q) ou caminho (s):

$$q \vee s$$

Da tabela verdade, aprendemos que para a proposição IV ser falsa, tanto “ q ” como “ s ” devem ser falsos.

Logo,

$$q \rightarrow \text{falso}$$

$$s \rightarrow \text{falso}$$

Por decorrência lógica, podemos julgar as demais proposições:

(VERDADEIRA) I. Se acordo (p), então abro os olhos (q):

$$p \rightarrow q$$

Se “q” é F, “p” deve ser obrigatoriamente falso, conforme tabela verdade.

$$p \rightarrow \text{falso}$$

(VERDADEIRA) II. Se me levanto (r), então caminho (s):

$$r \rightarrow s$$

Se “s” é F, “r” deve ser obrigatoriamente falso, conforme tabela verdade.

$$r \rightarrow \text{falso}$$

(VERDADEIRA) III. Se não caminho ($\sim s$), então fico em casa (t):

$$\sim s \rightarrow t$$

Se “ $\sim s$ ” é V, então “t” deve ser obrigatoriamente verdadeiro.

$$t \rightarrow \text{verdadeiro}$$

Assim, podemos resumir da seguinte maneira:

$$p \rightarrow \text{falso}$$

$$q \rightarrow \text{falso}$$

$$r \rightarrow \text{falso}$$

$$s \rightarrow \text{falso}$$

$$t \rightarrow \text{verdadeiro}$$

Vamos às alternativas:

A) acordo e não me levanto.

ERRADO. $p \wedge \sim r$

Para que a proposição acima seja verdade, p e $\sim r$ devem ser verdadeiros. Mas vimos que p é falso. Logo, item falso:

$$\text{falso} \wedge \text{verdadeiro} = \text{falso}$$

B) não fico em casa ou me levanto.

ERRADO. $\sim t \vee r$

O único caso dessa proposição ser falsa é se $\sim t$ e r forem falsos; é exatamente o caso aqui:

$$\text{falso} \vee \text{falso} = \text{falso}$$

C) acordo ou fico em casa.

CERTO. $p \vee t$

O único caso dessa proposição ser falsa é se $\sim t$ e r forem falsos. No entanto, apesar de p ser falso, t é verdadeiro, portanto, proposição verdadeira.

falso \vee verdadeiro = verdadeiro \rightarrow nosso gabarito.

D) não caminho e abro os olhos.

ERRADO. $\sim s \wedge q$

Para que a proposição acima seja verdade, $\sim s$ e q devem ser verdadeiros. Mas q é falso. Logo, item falso.
verdadeiro \wedge falso = falso

E) não abro os olhos e acordo.

ERRADO. $\sim q \wedge p$

Para que a proposição acima seja verdade, $\sim q$ e p devem ser verdadeiros. Mas p é falso. Logo, item falso.
verdadeiro \wedge falso = falso

O gabarito é, portanto, a letra C.

Gabarito: C.

27. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Hoje a razão entre a minha idade e a idade do meu filho é e a soma de nossas idades é 120 anos. Já aconteceu de essa razão ser igual a 3, e, nessa ocasião, a idade de meu filho, em anos, era igual a

- A) 8.
- B) 14.
- C) 16.
- D) 12.
- E) 10.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre equações do primeiro grau.

Minha idade: x

Idade do meu filho: y

Afirmção do enunciado:

1ª Hoje, a razão entre a minha idade e a idade do meu filho é : $\frac{3}{2}$

$$\frac{x}{y} = \frac{3}{2} = 1,5$$

2ª Soma de nossas idades é 120 anos:

$$x + y = 120 \text{ anos}$$

Trabalhando com a primeira afirmação $\rightarrow x = 1,5y$

Trabalhando com a segunda afirmação $\rightarrow 1,5y + y = 120 \rightarrow 2,5y = 120 \rightarrow y = 48 \text{ anos}$, logo $x = 72 \text{ anos}$ (basta você multiplicar por 1,5).

A diferença de idade sempre será de : $72 - 48 = 24 \text{ anos}$

Por fim, vamos à terceira afirmação:

3ª Já aconteceu de essa razão ser igual a 3, e, nessa ocasião, a idade de meu filho, em anos, era igual a:

Vimos que a diferença sempre será de 24 anos, então:

$$x - y = 24$$

$$x = 3y \text{ (razão de 3)}$$

Manipulando:

$$3y - y = 24$$

$$2y = 24$$

$$y = 12 \text{ anos}$$

Gabarito: D.

28. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Considere verdadeiras as afirmações:

- Todos os administradores são especialistas em informática.
- Alguns especialistas em informática são atores.
- Samuel é administrador.

A partir dessas afirmações, é correto concluir que

- A) Samuel é administrador e ator.
- B) Samuel não é especialista em informática.
- C) Os atores que são especialistas em informática são administradores.
- D) Samuel é ator, mas não é especialista em informática.
- E) Samuel não é ator ou é especialista em informática.

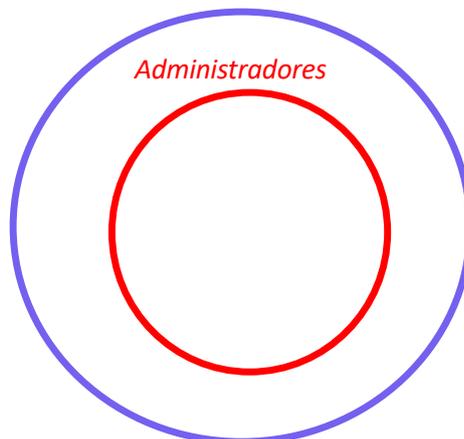
Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre diagramas lógicos.

O segredo aqui, caro aluno, é trabalhar com diagramas. Vamos ver:

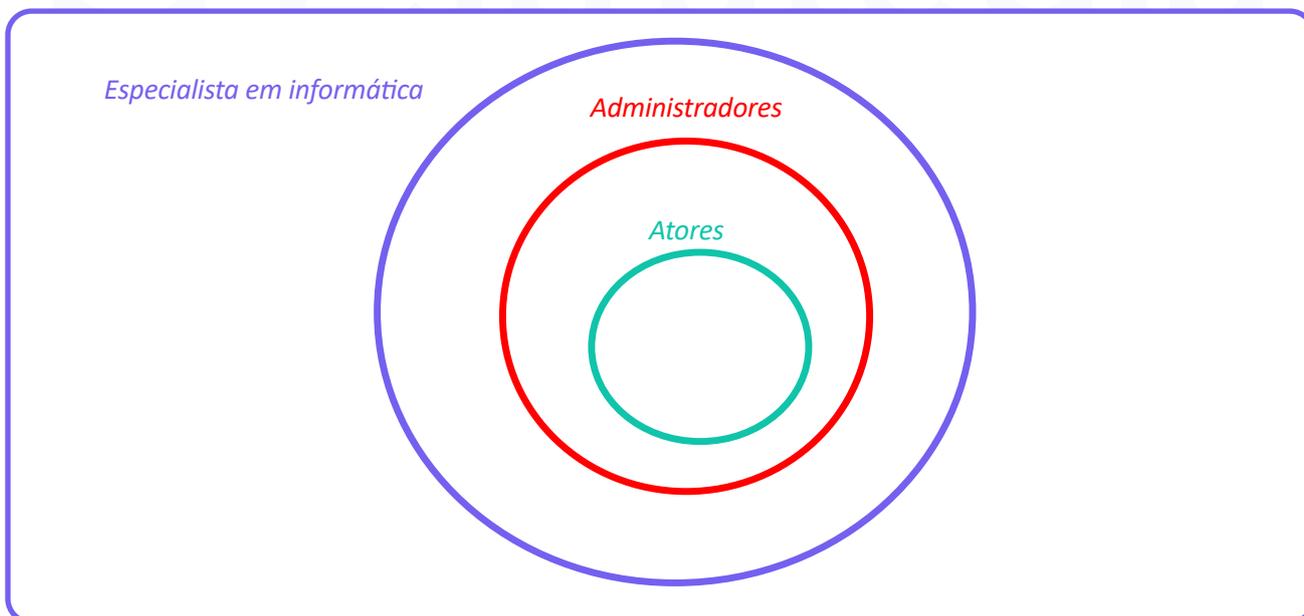
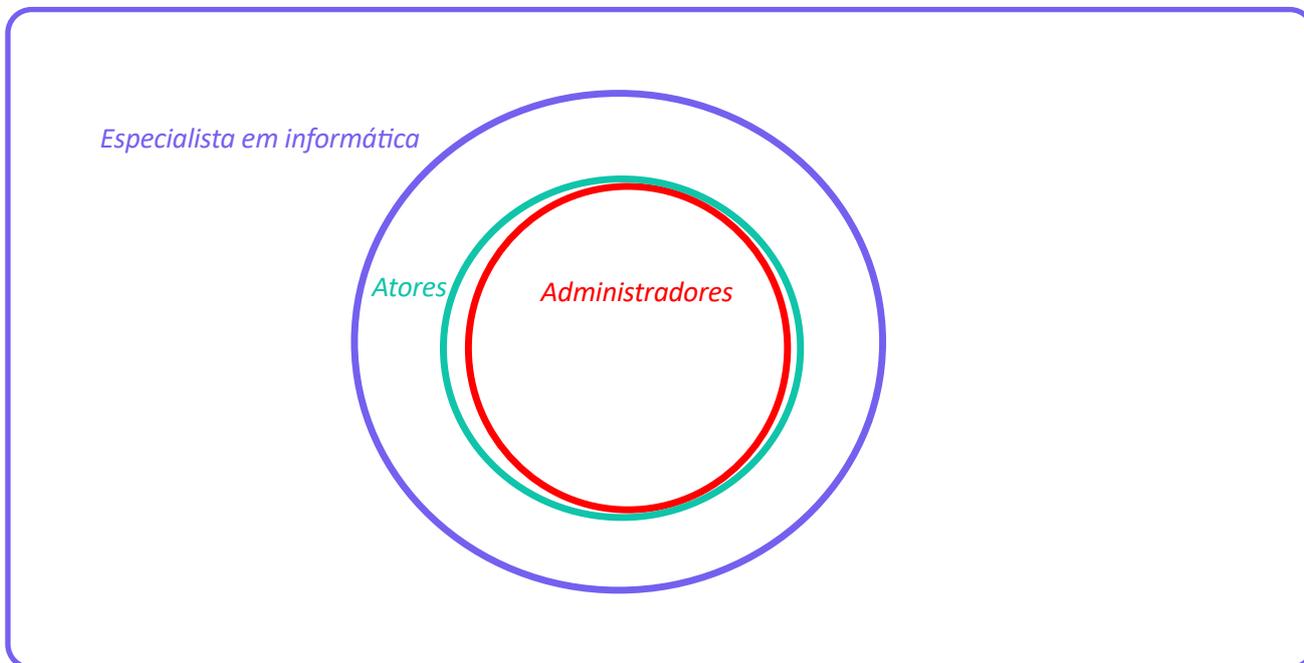
– Todos os administradores são especialistas em informática.

Especialista em informática

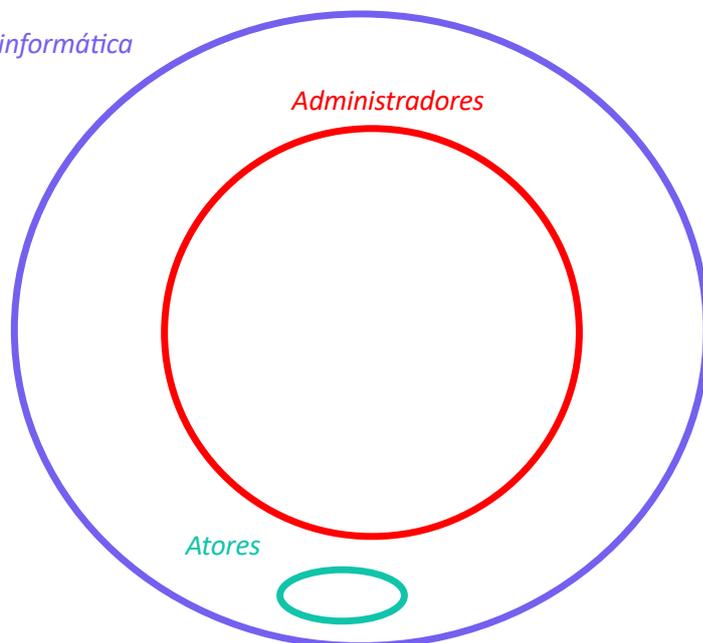


– Alguns especialistas em informática são atores.

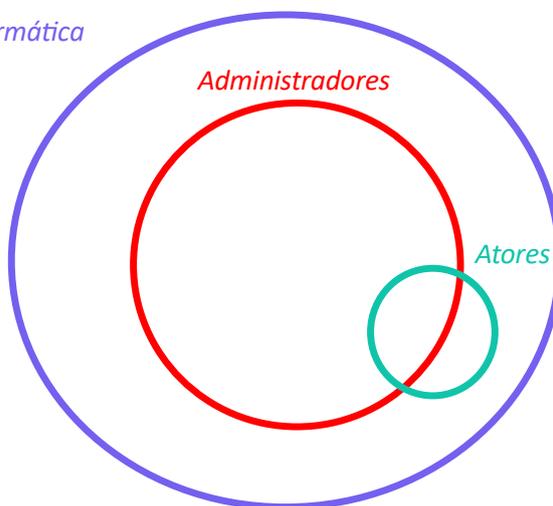
Casos possíveis:

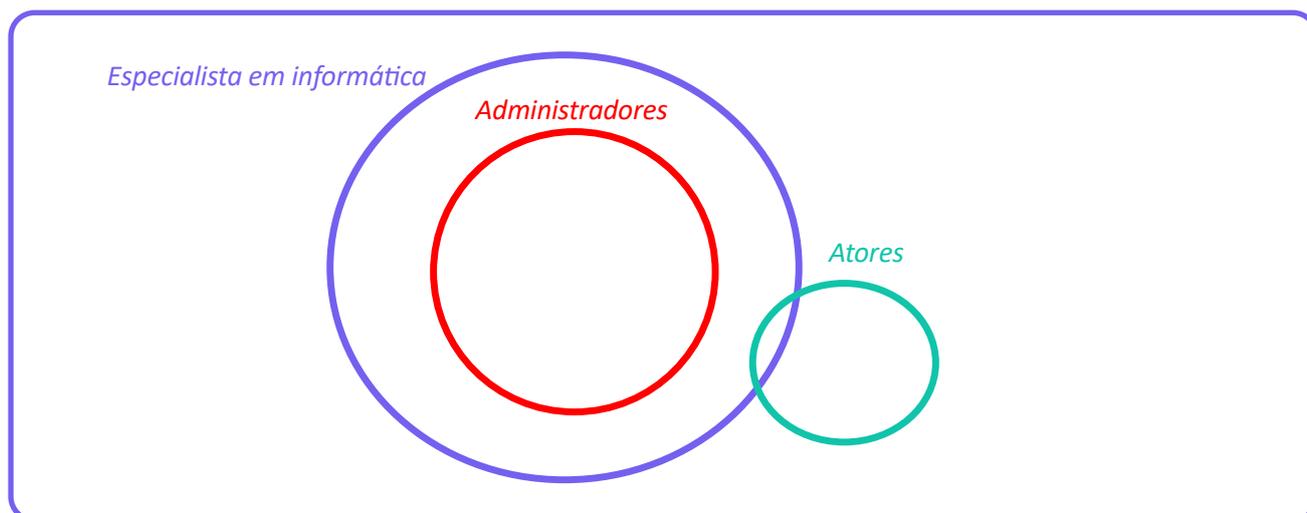
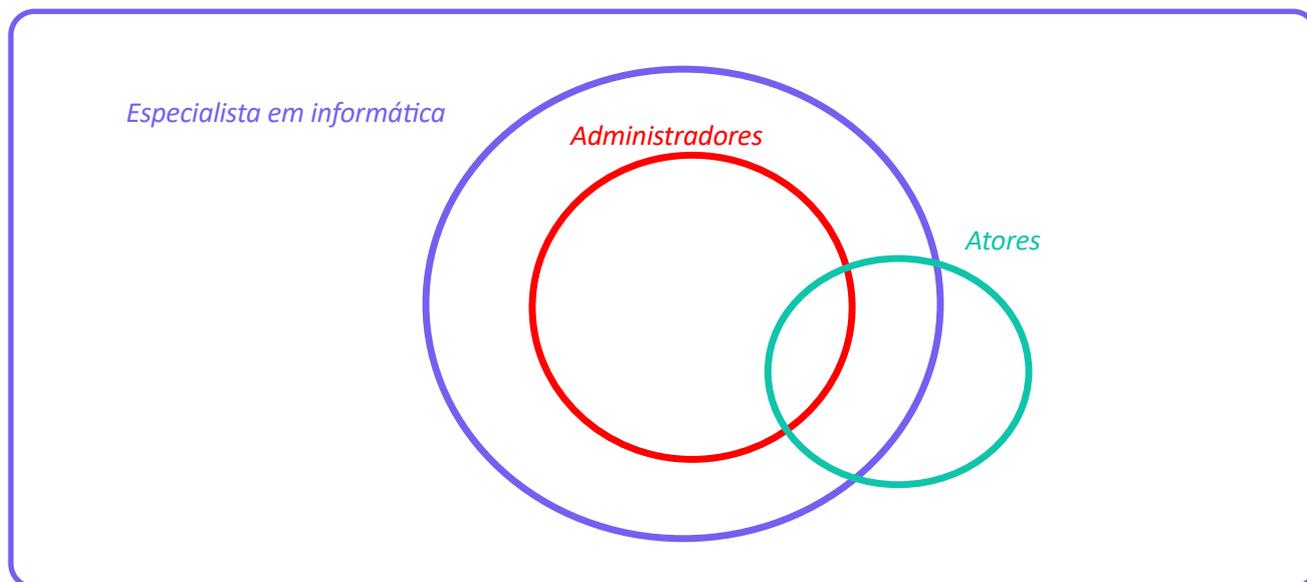


Especialista em informática



Especialista em informática





– Samuel é administrador.

Vamos aos itens:

A) Samuel é administrador e ator.

ERRADO. Samuel é administrador, conforme afirmado pela própria questão. No entanto, vimos que não é necessário que ele seja ator.

B) Samuel não é especialista em informática.

ERRADO. Como Samuel é administrador, ele é obrigatoriamente especialista em informática.

C) Os atores que são especialistas em informática são administradores.

ERRADO. Não necessariamente. Pode haver atores que sejam especialistas em informática, mas não sejam administradores.

D) Samuel é ator, mas não é especialista em informática.

ERRADO. Samuel é administrador, como pontuado pela questão. Isso significa que ele é obrigatoriamente especialista em informática, podendo ser, ou não, ator.

E) Samuel não é ator ou é especialista em informática.

CERTO. É o caso de uma disjunção (OU):
não é ator V especialista em informática

Conforme aprendemos na tabela verdade, basta que uma das afirmações seja verdadeira que o valor lógico da operação será verdadeiro.

No caso em apreço, por Samuel ser administrador, temos a certeza de que ele é especialista em informática, logo:

não é ator V (sempre verdadeiro) → verdadeiro.

A outra afirmativa, “não é ator”, pode ser verdade ou não, mas não influi na nossa resposta.

O gabarito é a letra E.

Gabarito: E.

29. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Uma afirmação que corresponda à negação lógica da afirmação “Pedro distribuiu amor e Pedro colheu felicidade” é:

- A) Se Pedro colheu felicidade, então Pedro distribuiu amor.
- B) Pedro não distribuiu amor ou Pedro não colheu felicidade.
- C) Pedro não distribuiu ódio e Pedro não colheu infelicidade.
- D) Pedro não distribuiu amor e Pedro não colheu felicidade.
- E) Pedro distribuiu ódio e Pedro colheu infelicidade.

Comentário:

Sejam as proposições simples:

a: "Pedro distribuiu amor."

f: "Pedro colheu felicidade."

A proposição original pode ser escrita pela conjunção \wedge f:

$a \wedge f$: "[Pedro distribuiu amor] e [Pedro colheu felicidade]."

Para realizar a negação de uma conjunção, usa-se a equivalência $\sim(p \wedge q) \rightarrow \sim p \vee \sim q$. Para aplicar essa equivalência, devemos seguir o seguinte procedimento:

Negam-se ambas as parcelas da conjunção;

Troca-se a conjunção (\wedge) pela disjunção inclusiva (\vee).

Em outras palavras, **negam-se as duas proposições e troca-se o "e" pelo "ou"**. Para o caso em questão, temos:

$$\sim(a \wedge f) \equiv \sim a \vee \sim f$$

Logo, a negação requerida pode ser descrita por:

$\sim a \vee \sim f$: "[Pedro **não** distribuiu amor] ou [Pedro **não** colheu felicidade]."

Gabarito: B.

30. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação equivalente à afirmação "Se comprei e paguei, então levei".

- A) Se não comprei e paguei, então não levei.
- B) Se levei, então comprei e paguei.
- C) Se comprei ou paguei, então não levei.
- D) Se comprei e não paguei, então não levei.
- E) Se não levei, então não paguei ou não comprei.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre equivalências lógicas.
Se comprei e paguei, então levei. Vamos escrever em linguagem lógica:

comprei: p

paguei: q

levei: r

$$p \wedge q \rightarrow r$$

Você não pode, em hipótese alguma, esquecer que expressões $p \rightarrow q$ admitem a seguinte equivalência:

$$\sim p \vee r$$

Então, no nosso caso, temos:

$$\sim p \vee \sim q \vee r$$

Vamos às alternativas:

A) Se não comprei e paguei, então não levei.

ERRADO. Escrevendo em linguagem lógica:

$$\sim p \wedge q \rightarrow \sim r$$

Não há equivalência lógica.

B) Se levei, então comprei e paguei.

ERRADO. Escrevendo em linguagem lógica:

$$r \rightarrow p \wedge q$$

Não há equivalência lógica.

C) Se comprei ou paguei, então não levei.

ERRADO. Escrevendo em linguagem lógica:

$$p \vee q \rightarrow \sim r$$

Não há equivalência.

D) Se comprei e não paguei, então não levei.

ERRADO. Escrevendo em linguagem lógica:

$$p \wedge \sim q \rightarrow \sim r$$

Não há equivalência lógica.

E) Se não levei, então não paguei ou não comprei.

CERTO. Escrevendo em linguagem lógica:

$$\sim r \rightarrow \sim q \vee \sim p$$

Vamos partir da equivalência que colocamos no começo da nossa resolução: $\sim p \vee \sim q \vee r$

Podemos manipulá-la da seguinte forma:

$r \vee \sim q \vee \sim p$ (a ordem aqui não altera o valor lógico).

Podemos transformar em condicional:

$\sim r \rightarrow \sim q \vee \sim p$ (é exatamente o que propugna o item, logo, nosso gabarito).

Gabarito: E.

INFORMÁTICA

31. (VUNESP / TCE-SP / 2017) A Lixeira do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, possui propriedades, sendo que algumas delas podem ser alteradas pelo usuário. Analise a tabela a seguir, com algumas possíveis propriedades associadas à Lixeira.

1	Tamanho máximo.
2	Esvaziar automaticamente a Lixeira a cada desligamento.
3	Não mover arquivos excluídos para a Lixeira.
4	Compactar arquivos da Lixeira quando ela estiver completamente cheia.
5	Exibir caixa de diálogo de confirmação de exclusão.

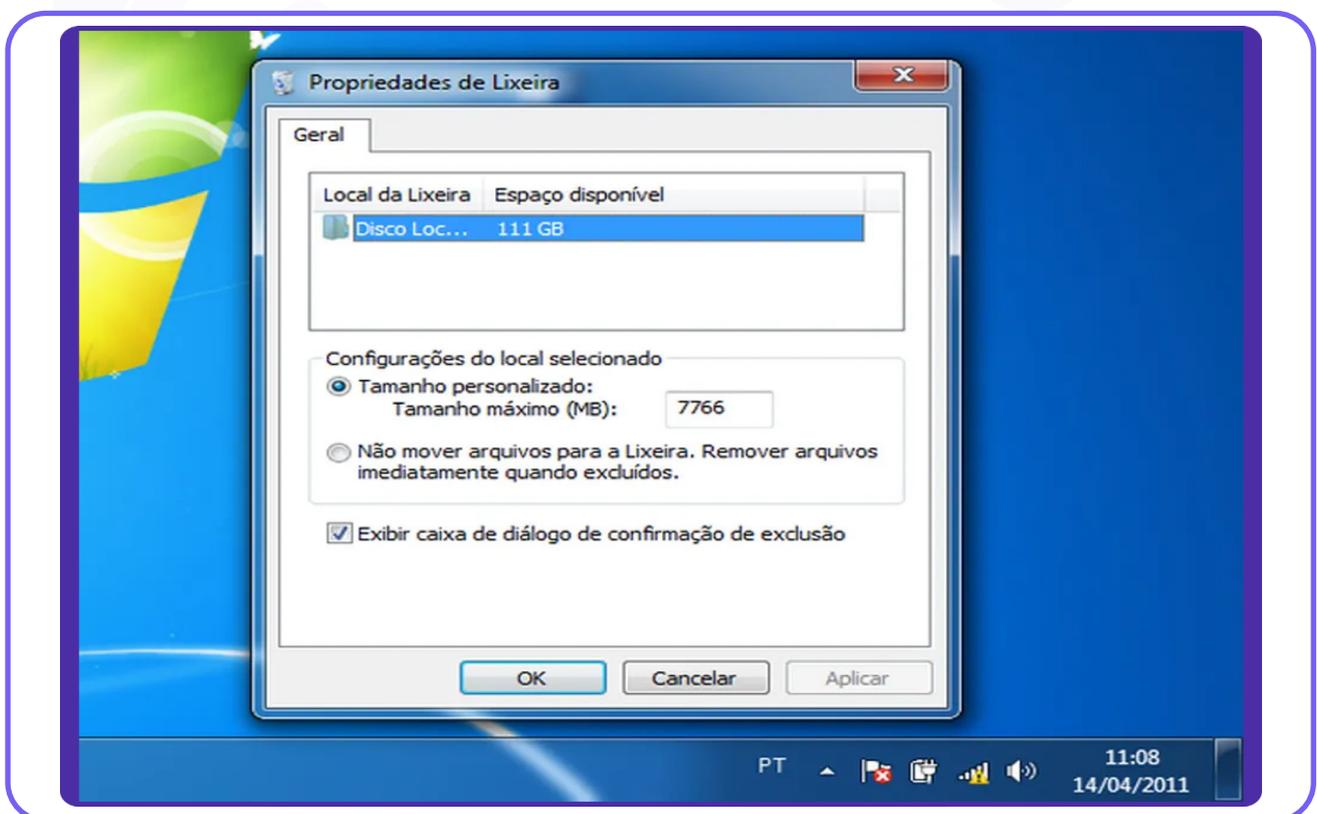
Caso o usuário selecione a Lixeira e clique com o botão direito do mouse sobre ela, selecionando Propriedades na lista de opções que surge na tela, ele poderá alterar, na janela de configurações que surge em seguida, as propriedades

- A) 1, 3 e 5, apenas.
- B) 2 e 3, apenas.
- C) 2, 4 e 5, apenas.
- D) 1 e 4, apenas.
- E) 1, 2, 3, 4 e 5.

Comentário:

Trata-se de questão de pura memorização das **propriedades da lixeira no Windows 7**, sendo uma questão que valoriza mais o candidato que tem uma familiaridade geral com o sistema, uma vez que memorizar as propriedades de várias partes do sistema possui uma relação de custo-benefício ruim, dada a baixa incidência de cada propriedade individualmente em provas.

Em todo caso, para resolver a questão, o candidato tinha que ter em mente as opções do seguinte menu das propriedades da lixeira:



Percebe-se que as opções existentes correspondem às opções constantes nas descrições 1, 3 e 5, de modo que o gabarito se encontra no item A.

Gabarito: A.

32. (VUNESP / TCE-SP / 2017) No MS-Windows 7, em sua configuração padrão, três usuários selecionaram, em instantes diferentes, o arquivo Teste.txt armazenado em uma pasta, e cada um executou a seguinte sequência de comandos:

Usuário 1: CTRL + C, CTRL + V **Usuário 2: CTRL + X, CTRL + V**

Usuário 3: CTRL + C, CTRL + V, CTRL + Z

Sobre essas ações, é correto afirmar que para o Usuário

- A) 3 surgiu uma caixa de diálogo com a mensagem contendo “Os nomes de arquivos de origem e de destino são iguais.” e o botão “Cancelar”.
- B) 2 foi gerado o arquivo Teste - Copia.txt no mesmo diretório.
- C) 1 surgiu uma caixa de diálogo com a mensagem contendo “Os nomes de arquivos de origem e de destino são iguais.” e os botões “Ignorar” e “Cancelar”.
- D) 3 foi gerado o arquivo Teste - Copia.txt no mesmo diretório, e, em seguida, essa cópia foi desfeita.
- E) 1 foi gerado o arquivo Teste (1).txt no mesmo diretório.

Comentário:

A questão exige conhecimento de alguns atalhos no contexto de arquivos do Windows 7, que seguem:

CTRL + C: copia um arquivo.

CTRL + V: cola um arquivo.

CTRL + X: recorta um arquivo.

CTRL + Z: desfaz a última ação.

Ademais, a questão também exige conhecimento do comportamento do sistema ao se tentar colar um arquivo onde seu original está. Em tal caso, o sistema cria uma cópia do arquivo com a seguinte nomenclatura: **[nome original] - Cópia.[extensão original].**

De posse de tais conhecimentos, é possível analisar a sequência de comandos para cada um dos usuários:

Usuário 1:

CTRL + C: o arquivo Teste.txt será copiado.

CTRL + V: será criada uma cópia do arquivo Teste.txt no mesmo diretório do original com o nome “Teste - Cópia.txt”.

Usuário 2:

CTRL + X: o arquivo Teste.txt será recortado.

CTRL + V: o arquivo recortado será colado no mesmo diretório, de modo que não será criada uma cópia.

Usuário 3:

CTRL + C: o arquivo Teste.txt será copiado.

CTRL + V: será criada uma cópia do arquivo Teste.txt no mesmo diretório do original com o nome “Teste - Cópia.txt”.

CTRL + Z: a cópia será desfeita.

Confrontando as descrições dos comportamentos com as propostas em cada um dos itens, percebe-se que o único que traz uma descrição correta da sequência de comandos é o item D.

Gabarito: D.

33. (VUNESP / TCE-SP / 2017) No MS-Word 2010, em sua configuração padrão em português, o recurso Pincel de Formatação permite, por exemplo, aplicar a aparência de um parágrafo selecionado a outro parágrafo. Para isso, devem-se seguir os passos abaixo:

(1)Selecionar o parágrafo que possui a formatação desejada;

(2)Clicar em Pincel de Formatação;

(3)Selecionar o novo parágrafo. Feito isso, o novo parágrafo irá receber automaticamente a formatação do parágrafo selecionado no passo (1).

Para que a formatação do parágrafo do passo (1), que possui a formatação desejada, possa ser aplicada a diversos outros parágrafos, clicando-se sucessivamente nesses outros parágrafos, sem a necessidade de se repetir a cada vez os passos (1) e (2), deve-se, no passo (2), clicar em Pincel de Formatação

- A) com a tecla Alt pressionada.
- B) duas vezes (duplo clique).
- C) e, a seguir, na tecla 2 numérica do teclado.
- D) com a tecla Shift pressionada.
- E) com a tecla Ctrl pressionada.

Comentário:

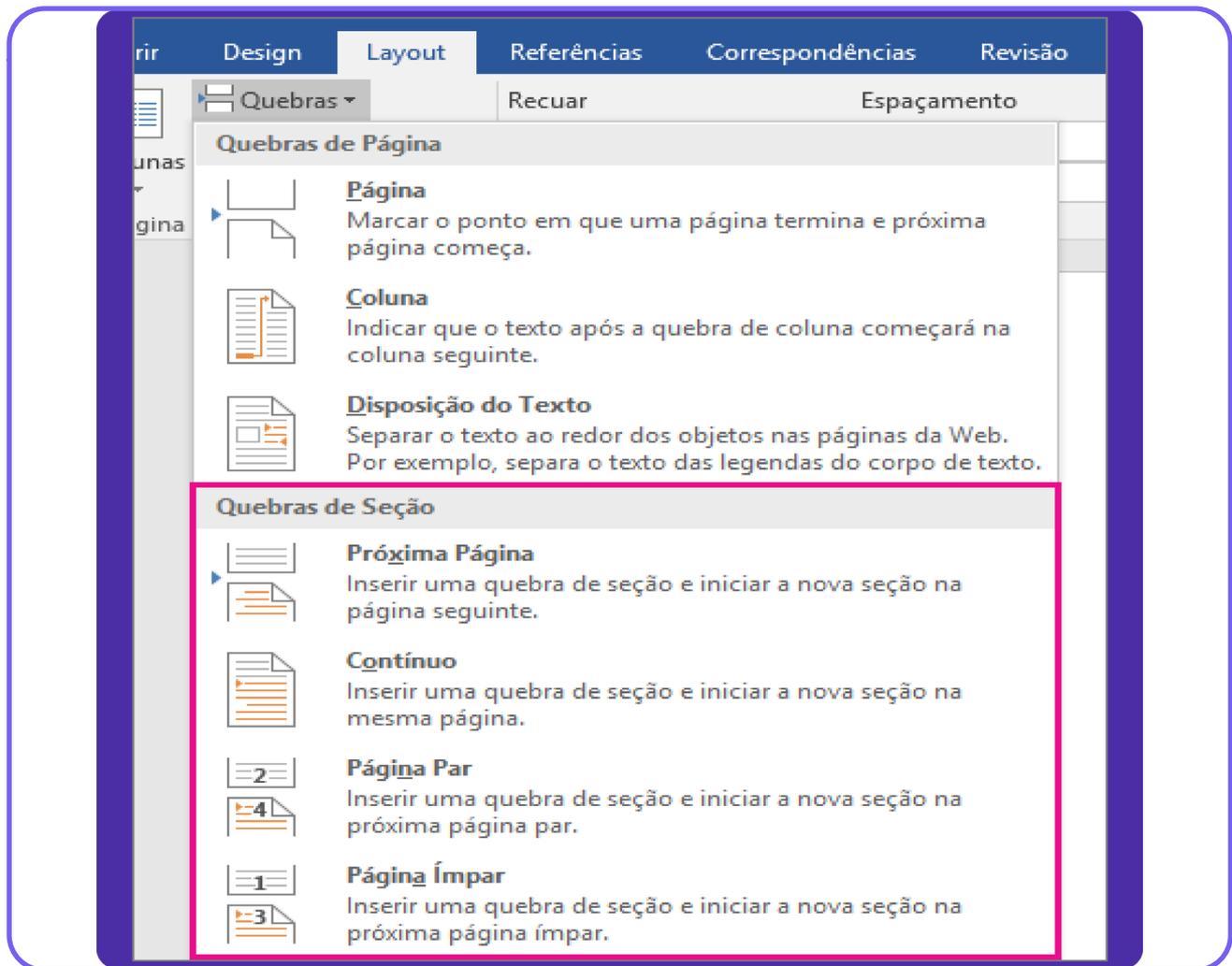
O **Pincel de Formatação**, conforme o descrito no enunciado, permite copiar e colar formatações de e para trechos de texto, sendo possível realizar tal operação manualmente ou por meio dos atalhos ALT + CTRL + C para copiar a formatação e ALT + CTRL + V para colar a formatação, considerando as configurações atuais do Word. O Pincel de Formatação também permite copiar e colar a formatação de imagens.

Para realizar a operação da questão sem ser necessário repetir os passos (1) e (2), deve-se clicar duas vezes no Pincel de Formatação, de modo que o gabarito se encontra no item B. Os outros itens trazem combinações de teclas não aplicáveis ao Pincel de Formatação.

Gabarito: B.

34. (VUNESP / TCE-SP / 2017) No MS-Word 2010, em sua configuração padrão em português, é possível inserir diversos tipos de quebras no texto. Por meio do botão Quebras, da guia Layout da Página, dois tipos de Quebras de Seção existentes são:

- A) Próxima Coluna e Página Par.
- B) Próxima Coluna e Próxima Tabela.
- C) Próxima Página e Contínuo.
- D) Próxima Tabela e Página Par.
- E) Próxima Página e Próxima Tabela.



No geral, as quebras de página e de seção servem para formatar e organizar o conteúdo do documento, conforme é possível perceber a partir das descrições dos tipos na imagem acima.

De posse de tais conhecimentos, torna-se possível analisar cada um dos itens da questão:

- A) “Próxima coluna” não é um dos tipos de quebra de seção, de modo que o item está errado.
- B) Nenhum dos nomes indicados existe como opção para quebra de seção, de modo que o item está errado.
- C) O item apresenta opções válidas de quebras de seção, sendo o gabarito da questão.
- D) “Próxima tabela” não é um dos tipos de quebra de seção, de modo que o item está errado.
- E) “Próxima tabela” não é um dos tipos de quebra de seção, de modo que o item está errado.

Gabarito: C.

35. (VUNESP / TCE-SP / 2017) No MS-Excel 2010 em português, na sua configuração padrão, foi digitada a seguinte tabela em uma planilha.,

	A	B	C
1	cachorro	10	5
2	gato	8	6
3	rato	20	0
4	cobra	1	

Caso seja inserida a fórmula

`=CONT.NÚM(A1:C4)`

na célula C6 dessa planilha, o resultado que aparecerá nessa mesma célula é:

- A) 7
- B) 6
- C) 4
- D) 11
- E) 8

Comentário:

A questão aborda uma das várias fórmulas existentes no Excel, cuja descrição segue abaixo::

CONT.NÚM(valor1, [valor2], ...)

A fórmula CONT.NÚM conta o número de células que contêm números em intervalos passados como argumentos. Cada argumento (valor1, valor2 etc) recebe uma célula ou, como é o caso na questão, um intervalo de células com a sintaxe [célula inicial]:[célula final].

Portanto, como o intervalo passado foi "A1:C4", a função contará a quantidade de números presentes nas seguintes células:

	A	B	C
1	cachorro	10	5
2	gato	8	6
3	rato	20	0
4	cobra	1	

No caso, o intervalo será representado por um quadrado, de modo que a primeira célula do argumento indica a célula do canto superior esquerdo, e a segunda célula do argumento indica a célula do canto inferior direito. Como há apenas 7 células com números no intervalo passado, o gabarito encontra-se no item A.

Gabarito: A.

36. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Analise a tabela a seguir, digitada em uma planilha do MS-Excel 2010, em português, na sua configuração padrão.

	A	B
1	9	8
2	7	7
3	4	2
4	1	1

Caso a fórmula

=SE(E(A1>B1;A2=B2;A3<B3;A4<>B4); MÁXIMO(A2:B3);MÍNIMO(A2:B4))

seja digitada na célula C6 dessa planilha, o resultado nela apresentado será:

- A) 7
- B) 8
- C) 9
- D) 2
- E) 1

Comentário:

A questão aborda 4 funções do Excel, sendo duas delas lógicas, cujas descrições seguem:

SE

Tal função recebe 3 argumentos, sendo o primeiro deles uma expressão lógica que resolve em verdadeiro ou falso e duas expressões a serem avaliadas e retornada para cada um dos dois casos. Se o argumento lógico for verdadeiro, a expressão do segundo argumento é retornada e, caso contrário, a expressão do terceiro argumento é retornada.

E

Tal função recebe uma série de expressões lógicas e retorna verdadeiro se todas as expressões forem verdadeiras.

Máximo

Tal função recebe uma sequência de números ou intervalos e retorna o maior número presente em todas as células processadas.

Mínimo

Tal função recebe uma sequência de números ou intervalos e retorna o menor número presente em todas as células processadas.

Para melhor análise da expressão completa da questão, convém reescrevê-la de maneira indentada:

=SE(

E(

A1>B1; -> Verdadeiro

A2=B2; -> Verdadeiro

A3<B3; -> Falso

A4<>B4 -> Falso

);

MÁXIMO(A2:B3);

MÍNIMO(A2:B4)

)

Como é possível observar, pelo menos uma das expressões da função E foi avaliada como falsa, de maneira que o resultado da função E em si também será falso. Assim, a função SE retornará o terceiro argumento, que é a função MÍNIMO(A2:B4), que avaliará o seguinte intervalo:

	A	B
1	9	8
2	7	7
3	4	2
4	1	1

No caso, o intervalo será representado por um quadrado, de modo que a primeira célula do argumento indica a célula do canto superior esquerdo e a segunda célula do argumento indica a célula do canto inferior direito. Como o menor número do intervalo é 1, o gabarito encontra-se no item E.

Gabarito: E.

37. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Um usuário da Internet deseja enviar várias fotos em formato JPG, que totalizam 30 MBytes de dados, pelo serviço de correio eletrônico (e-mail). Sabendo-se que a quantidade de dados pode ser uma limitação para o envio e a recepção do e-mail, a alternativa mais adequada para o envio das fotos com a qualidade da imagem original é

- A) juntar as fotos em um arquivo único e anexar à mensagem, pois essa ação reduz o tamanho do arquivo em cerca de 20%.
- B) armazenar as fotos em um repositório na Internet e enviar o hyperlink de acesso aos arquivos de fotos por e-mail.
- C) inserir as fotos juntamente ao texto da mensagem, uma vez que essa ação automaticamente reduz o tamanho das fotos.

- D) converter os arquivos de fotos individualmente em formato PDF e inserir os arquivos juntamente ao texto da mensagem.
- E) converter os arquivos de fotos em formato PDF, em um único arquivo, e anexar à mensagem.

Comentário:

A questão cobra conhecimentos de e-mail e de arquivos em geral, especialmente nos formatos JPG e PDF. Analisemos as opções dadas:

- A) A ação indicada no item não reduziria o tamanho do arquivo em cerca de 20%. Juntar todas as imagens em um só arquivo reduziria o tamanho total ao reduzir a quantidade de cabeçalhos de arquivos JPG, mas o ganho seria muito pequeno, uma vez que a maior parte dos dados se refere às informações dos pixels das imagens. Ademais, todas as imagens seriam exibidas em um só arquivo, algo que, provavelmente, não seria o desejado pelos usuários.
- B) A ação indicada no item atende apropriadamente ao desejado pelo enunciado da questão. Utilizar um hiperlink para as fotos em um repositório evitaria ter que utilizar o espaço reservado a arquivos anexos no email, uma vez que o hiperlink seria enviado como texto simples.
- C) Adicionar imagens juntamente ao texto da mensagem (*embedded images*) não reduz o tamanho das imagens, apenas o transfere para o email em si, que, ademais, a depender do provedor de email, transforma as imagens em anexos, consumindo o espaço disponível.
- D) Converter as imagens para PDF aumentaria o tamanho de cada foto individualmente, pois, além do espaço do arquivo de imagem em si, passaria também a haver o tamanho relativo ao cabeçalho de cada arquivo PDF.
- E) Converter todas as fotos em um único arquivo em PDF também aumentaria o tamanho total pelo mesmo motivo apresentado no comentário ao item D, todavia, o aumento seria menor, uma vez que haveria apenas um cabeçalho de arquivo PDF.

Gabarito: B.

38. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Os principais navegadores, como o Google Chrome, o Microsoft Edge e o Mozilla Firefox, apresentam o ícone de uma estrela próximo à extremidade direita da barra de pesquisa. Este ícone

- A) é utilizado para mostrar o histórico dos sites visitados.
- B) é utilizado para adicionar o site aos favoritos.
- C) indica que o acesso ao site é realizado de forma segura em https.
- D) indica que o site é seguro.
- E) indica que o site está entre os 10 mais acessados.

Comentário:

A questão cobra conhecimento de navegadores da Internet.

Consideremos as alternativas:

- A) **ERRADO**, o ícone para mostrar o histórico de sites visitados é um relógio;
- B) **CORRETO**, esse ícone realmente é utilizado para mostrar o histórico dos sites visitados;
- C) **ERRADO**, o ícone para mostrar que o site foi acessado de forma segura em https é um cadeado verde;
- D) **ERRADO**, o ícone para mostrar que o site foi acessado de forma segura em https é um cadeado verde;
- E) **ERRADO**, não existe ícone que execute essa função.

Gabarito: B.

39. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Utilizando um navegador de Internet e o site de pesquisa Google, um usuário deseja pesquisar por televisores com tela maior ou igual a 40 polegadas. Uma forma eficiente de realizar a pesquisa é utilizar os comandos de pesquisa avançada do Google, que, nesse caso, é por meio da inserção, na barra de pesquisa, de: televisão

- A) 40> polegadas
- B) 40 + polegadas
- C) >40 polegadas
- D) 40.. polegadas
- E) +40 polegadas

Comentário:

A questão cobra conhecimentos sobre pesquisas no buscador Google.

Para pesquisar dentro de um intervalo de números, utiliza-se o operador **ponto a ponto** (..). *Professor, não tem intervalo!* É verdade, então, basta não inserir o número posterior ao operador. Quando não se coloca um limite superior, a busca será feita para um valor maior que 40 polegadas. Logo, nosso gabarito é D.

Nenhum dos outros são operadores de busca válidos.

Gabarito: D.

40. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Ao navegar pela Internet, o usuário deve ter atualmente muito cuidado para não acessar sites falsos que têm o objetivo de prejudicá-lo de diversas formas. Uma forma de verificar se um site é falso é por meio do URL. Considerando os sites brasileiros, dentre os URL a seguir, identifique o que indica que o site pode ser falso.

- A) <https://banco.com.br>
- B) <http://www.banco.br>
- C) <https://www.banco.gq>
- D) (<http://banco.br>)
- E) (<http://banco.com>)

Comentário:

A questão exige conhecimento sobre domínios que podem ser identificados ou utilizados como brasileiros:
.com

Trata-se de domínio que pode ser utilizado por qualquer pessoa em qualquer parte do mundo, sendo válido para sites brasileiros.

.br

Trata-se de domínio para sites brasileiros.

.gq

Trata-se de domínio para sites da Guiné Equatorial.

Apesar de não haver impedimentos para o registro de um site falso com domínios utilizados no Brasil, a opção trazida no item C é a que mais causaria estranheza em um caso concreto para alguma organização brasileira, uma vez que se trata de domínio estrangeiro, sendo o gabarito da questão.

Gabarito: C.

ADMINISTRAÇÃO

41. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Se o administrador público praticar um ato administrativo anulável, o direito brasileiro estabelece que

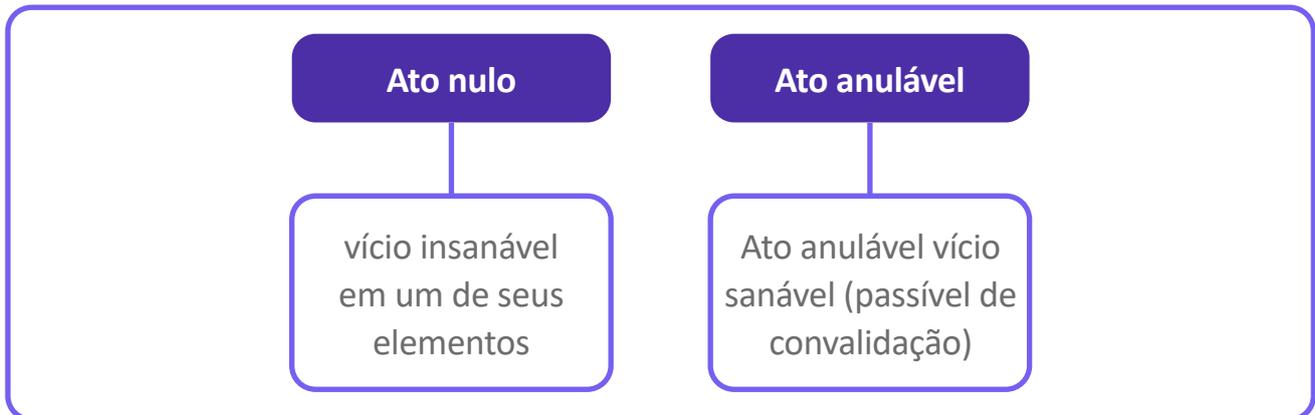
- A) o ato poderá ser convalidado pela própria Administração.
- B) o ato deverá ser objeto de conversão pelo Poder Judiciário.
- C) a Administração somente poderá invalidar o ato se houver pedido do interessado.
- D) a Administração deverá invalidar esse ato de ofício.
- E) o ato, se prejudicou terceiros, deve ser invalidado pelo Judiciário a pedido da Administração.

Comentário:

Os atos administrativos anuláveis são aqueles que possuem vícios sanáveis, ou seja, passíveis de convalidação. A opção que reflete esse entendimento é a letra A, nosso gabarito.

Quanto à letra E, destaco que a invalidação nem sempre é realizada pelo Poder Judiciário, podendo ser igualmente executada pela Administração.

Aproveito para relembrar a diferença entre “ato nulo” e “ato anulável”:



Gabarito: A.

42. (VUNESP / TCE-SP / 2017) A respeito do controle da Administração Pública, é correto afirmar que

- A) os atos administrativos discricionários sujeitam-se à apreciação do controle judicial, exceto quanto ao mérito, não podendo o juiz, portanto, apreciar os motivos que precedem a elaboração do ato.
- B) o controle político pode ser exercido a priori ou a posteriori, inclusive sob o aspecto da discricionariedade.
- C) uma das formas do controle externo, exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, em função do seu poder jurisdicional, é o julgamento das contas dos administradores.
- D) os atos políticos e os atos interna corporis dos três Poderes não se sujeitam ao controle externo ou judicial.
- E) o Tribunal de Contas, por meio de sua função fiscalizadora, pode aplicar sanções em casos de ilegalidades ou irregularidades de contas, exceto multas, que devem ser aplicadas pelo Judiciário.

Comentário:

A questão fala de controle da Administração Pública.

Vejam nossas alternativas, uma a uma:

- A) **A LETRA A ESTÁ INCORRETA.** Segundo a teoria dos motivos determinantes, a Administração se vincula aos motivos ensejadores da prática de um ato, seja ele vinculado ou discricionário. Assim sendo, o controle judicial poderá sim verificar os motivos que precedem a elaboração do ato.
- B) **A LETRA B ESTÁ CORRETA.** O controle político, quanto ao momento de exercício, pode se dar *a priori* (como a autorização legislativa para a nomeação de autoridades por parte do Executivo) ou *a posteriori* (como em uma auditoria realizada pelo tribunal de contas da união ou no julgamento das contas do chefe do Executivo). Além disso, o controle político, diferentemente do judicial, poderá adentrar aos aspectos de mérito da atuação administrativa.

- C) **A LETRA C ESTÁ INCORRETA**, na medida em que o **Tribunal de Contas não pertence ao Poder Judiciário e não exerce poder ou função jurisdicional. Ele é órgão de natureza administrativa.**
- D) **A LETRA D FOI DADA COMO INCORRETA.** **Atos políticos e atos *interna corporis*, em determinadas situações, estarão sujeitos a controle judicial.**

Os **atos políticos** (ou de governo), como regra geral, **não** se sujeitam a controle. No entanto, em caráter excepcional, admite-se o controle judicial dos **atos políticos**. Isso ocorrerá nos casos em que o ato político **prejudicar direitos individuais**, dada a inafastabilidade de jurisdição:

CF, art. 5º, XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário **lesão ou ameaça a direito**;

Pela mesma razão, admite-se o controle dos chamados atos *interna corporis*, consoante leciona Di Pietro a respeito:

Quanto aos **atos interna corporis** (Regimentos dos atos colegiados), em regra não são apreciados pelo Poder Judiciário, porque se limitam a estabelecer normas sobre o funcionamento interno dos órgãos; no entanto, se exorbitarem em seu conteúdo, ferindo direitos individuais e coletivos, poderão também ser apreciados pelo Poder Judiciário.

- E) **POR FIM, A LETRA E ESTÁ INCORRETA.** **O tribunal de contas pode aplicar multas a seus jurisdicionados, seguindo a atribuição contida no art. 71, inciso VIII, da CF:**

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: (...)

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

Gabarito: B.

43. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Assinale a alternativa correta a respeito dos contratos administrativos.

- A) A escolha da garantia contratual, quando houver várias modalidades possíveis, caberá à Administração Pública.
- B) Em face do princípio constitucional da impessoalidade, é vedada a celebração de contratos de natureza *intuitu personae*.
- C) Todas as cláusulas contratuais são fixadas unilateralmente pela Administração Pública contratante.
- D) A lei proíbe, expressamente, a presença de cláusulas contratuais leoninas e exorbitantes.
- E) Os contratos por prazo indeterminado devem ficar atrelados aos créditos orçamentários do respectivo ente contratante, devendo estes ser renovados anualmente.

Comentário:

Nossa questão aborda o tema contratos administrativos.

Comentemos as alternativas:

- A) caso a Administração decida pela exigência de garantia, caberá ao contratado (e não à Administração) escolher por uma das modalidades de garantia previstas na lei – **ERRADA;**
- B) os contratos administrativos, em regra, são contratos pessoais (*intuitu personae*), isto é, devem ser realizados pela pessoa que se obrigou perante à Administração. Isso significa, por exemplo, que somente em casos restritos os serviços podem ser subcontratados – **ERRADA;**
- C) os contratos administrativos são considerados contratos de adesão, uma vez que seus termos são todos estipulados pela Administração, cabendo ao contratado apenas concordar com os termos ali previstos – **CORRETA;**
- D) “cláusulas leoninas” são aquelas disposições contratuais inseridas unilateralmente por uma das partes que se aproveitam de uma situação desigual entre as partes (contratante e contratado). Essas cláusulas, em regra, são consideradas nulas. Contextualizado esse tema no direito administrativo, não podemos confundir as *cláusulas leoninas* com as *cláusulas exorbitantes*. Essas são inseridas no contrato administrativo também unilateralmente por força do regime jurídico administrativo e supremacia do interesse público, contudo, resguardam ao particular o equilíbrio econômico financeiro do contrato, não promovendo a nulidade do acordo – **ERRADA;**

- E) Na época da aplicação dessa prova, os contratos eram regidos pela Lei 8.666/1993, que vedava expressamente o contrato com prazo de vigência indeterminado (art. 57, §3º). Assim, essa alternativa foi considerada **ERRADA**. Hoje, há de se considerar o que diz a Nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei 14.133/21. Em seu Artigo 109, ela possibilita a realização de contratos por prazo indeterminado quando a Administração é usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio.

Gabarito: C.

44. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Segundo a Lei no 10.261/68, se um funcionário público for aposentado por invalidez e, posteriormente, ficar constatado, por meio de inspeção médica, que não mais subsistem as razões que determinaram a sua aposentadoria, tal funcionário

- A) será readmitido no serviço público, com direito à promoção automática, com todas as vantagens e direitos inerentes ao novo cargo.
- B) reingressará no serviço público por meio da reversão ex-officio, se não contar com mais de 58 anos de idade.
- C) deverá ser readaptado em cargo mais compatível com a sua capacidade, e não se acarretarão diminuição nem aumento de vencimento ou remuneração.
- D) será reintegrado ao serviço público no mesmo cargo que ocupava anteriormente, ou no cargo imediatamente superior, se aquele estiver ocupado.
- E) retornará ao serviço público, por reversão, como regra, no mesmo cargo.

Comentário:

A questão fala de algumas das modalidades de provimento e vacância no âmbito da Lei nº 10.261/68.

O caso narrado pela questão se amolda ao conceito de reversão, nos termos do art. 35 e parágrafos do referido diploma, a saber:

Artigo 35 - Reversão é o ato pelo qual o aposentado reingressa no serviço público a pedido ou ex-officio.

§ 1º - A reversão ex-officio será feita quando insubsistentes as razões que determinaram a aposentadoria por invalidez.

§ 2º - Não poderá reverter à atividade o aposentado que contar mais de 58 (cinquenta e oito) anos de idade.

§ 3º - No caso de reversão ex-offício, será permitido o reingresso além do limite previsto no parágrafo anterior.

§ 4º - A reversão só poderá efetivar-se quando, em inspeção médica, ficar comprovada a capacidade para o exercício do cargo. (...)

Artigo 36 - A reversão far-se-á no mesmo cargo.

Reparem que há duas alternativas que falam da reversão, B e E. Analisemos, pois, cada uma.

Primeiramente, registremos que há 2 formas de reversão, a pedido, dependendo da existência de vaga e da idade, como veremos em seguida, e ex-offício, que é compulsória, por interesse e a critério da Administração.

A alternativa B fala que “reingressará no serviço público por meio da reversão ex-offício, se não contar com mais de 58 anos de idade.”. Esse limite de 58 anos de idade para a reversão está previsto no §2º do art. 35, supra, todavia, reparem que ele só se aplica ao caso de reversão a pedido, pois, nos termos do §3º, “será permitido o reingresso além do limite previsto no parágrafo anterior.”, ou seja, além dos 58 anos.

Resta-nos, assim, a alternativa E, que fala apenas que “retornará ao serviço público, por reversão, como regra, no mesmo cargo”, o que harmoniza com todos os dispositivos colacionados acima.

Vejam os demais conceitos trazidos pelo enunciado para que você nunca mais fique em dúvida sobre eles:

- A)** Aposentadoria por invalidez: é resultado da constatação médica de que o “funcionário” está impossibilitado para o exercício do cargo, precedida de licença, nos termos do art. 191, §1º:

Artigo 191 - Ao funcionário que, por motivo de saúde, estiver impossibilitado para o exercício do cargo, será concedida licença até o máximo de 4 (quatro) anos, com vencimento ou remuneração. (NR) - "Caput" com redação dada pela Lei complementar nº 1.196, de 27/02/2013.

§ 1º - Findo o prazo, previsto neste artigo, o funcionário será submetido à inspeção médica e aposentado, desde que verificada a sua invalidez, permitindo-se o licenciamento além desse prazo, quando não se justificar a aposentadoria.

- B)** Readmissão: trata-se do reingresso no serviço público, sem direito a ressarcimento de prejuízos, no cargo anteriormente exercido pelo ex-funcionário ou, se transformado, no cargo resultante da transformação.

Vejamos:

Artigo 39 - Readmissão é o ato pelo qual o ex-funcionário, demitido ou exonerado, reingressa no serviço público, sem direito a ressarcimento de prejuízos, assegurada, apenas, a contagem de tempo de serviço em cargos anteriores, para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

§ 1º - A readmissão do ex-funcionário demitido será obrigatoriamente precedida de reexame do respectivo processo administrativo, em que fique demonstrado não haver inconveniente, para o serviço público, na decretação da medida.

§ 2º - Observado o disposto no parágrafo anterior, se a demissão tiver sido a bem do serviço público, a readmissão não poderá ser decretada antes de decorridos 5 (cinco) anos do ato demissório.

Artigo 40 - A readmissão será feita no cargo anteriormente exercido pelo ex-funcionário ou, se transformado, no cargo resultante da transformação.

- C) Readaptação: é a investidura em cargo mais compatível com a capacidade do funcionário e dependerá sempre de inspeção médica, sem diminuição nem aumento de vencimento ou remuneração.

Artigo 41 - Readaptação é a investidura em cargo mais compatível com a capacidade do funcionário e dependerá sempre de inspeção médica.

Artigo 42 - A readaptação não acarretará diminuição, nem aumento de vencimento ou remuneração e será feita mediante transferência.

- D) Reintegração: é o reingresso no serviço público, decorrente da decisão judicial passada em julgado, com ressarcimento de prejuízos, no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de transformação.

Artigo 30 - A reintegração é o reingresso no serviço público, decorrente da decisão judicial passada em julgado, com ressarcimento de prejuízos resultantes do afastamento.

Artigo 31 - A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado e, se este houver sido transformado, no cargo resultante.

Gabarito: E.

45. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Hércules das Dores deixou de prestar contas quando estava obrigado a fazê-lo, praticando conduta prevista na Lei de Improbidade Administrativa. Nessa hipótese, a Lei no 8.429/92 estabelece que Hércules

- A) ficará sujeito à pena de ressarcimento integral do dano, perda da função pública, se servidor público, e cassação dos seus direitos políticos.
- B) estará sujeito, dentre outras, à pena de ressarcimento integral do dano, se houver, e pode ser proibido de contratar com o poder público por 3 anos.
- C) ficará, se servidor público, sujeito à pena de perda da função pública, desde que tenha ocorrido prejuízo material aos cofres públicos em razão de sua conduta.
- D) não sofrerá penalidade dessa Lei, se não for servidor público, mas poderá sofrer sanções criminais e civis.
- E) sofrerá sanções da Lei, sendo servidor público ou não, desde que constatado, no caso, efetivo prejuízo aos cofres públicos.

Comentário:

A nossa questão trata da Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.249/1992.

Primeiramente, ressalte-se que a Lei nº 8.249/1992 foi substancialmente modificada pela Lei nº 14.230/2021.

À época do certame, a resposta seria a letra B, pois de acordo com o art. 11, VI, a conduta descrita atrai as penas previstas no art. 12, III, a saber:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: (...)

VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo; (...)

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009). (...)

III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos. – grifo nosso

A nova redação dada pela lei modificadora é a seguinte:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (...)

VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades; (...)

Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (...)

III - na hipótese do art. 11 desta Lei, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos; - grifo nosso

Das modificações realizadas pela Lei nº 14.230/2021, destaca-se a necessidade de que a ação ou a omissão tenha sido dolosa para que haja punição, ou seja, não se pune mais a conduta culposa.

Além disso, em relação ao caso específico, deixar de prestar contas, simplesmente, não é suficiente para se violar a norma, mas é necessário que tenha havido condições para a prestação e que a conduta tenha tido o dolo específico de ocultar irregularidades (inc. VI).

Por fim, as penas foram alteradas e, hoje, o que se tem no caso em tela é a multa de até 24 vezes a remuneração do agente e a proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por prazo não superior a 4 anos. Reparem que a perda da função e a suspensão dos direitos políticos foram excluídas e que o ressarcimento integral agora tem previsão no *caput* do art. 12.

Destaquemos os erros:

- A) ficará sujeito à pena de ressarcimento integral do dano, ~~perda da função pública, se servidor público, e cassação dos seus direitos políticos.~~

ERRADA, pelo exposto supra.

- B) estará sujeito, dentre outras, à pena de ressarcimento integral do dano, se houver, e pode ser proibido de contratar com o poder público ~~por 3 anos.~~

ERRADA, pelo exposto supra.

- C) ficará, se servidor público, sujeito à pena de ~~perda da função pública,~~ desde que tenha ocorrido prejuízo material aos cofres públicos em razão de sua conduta.

ERRADA, pelo exposto supra.

- D) ~~não sofrerá penalidade dessa Lei,~~ se não for servidor público, mas poderá sofrer sanções criminais e civis.

Assertiva errada, nos termos do art. 3º:

Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

- E) sofrerá sanções da Lei, sendo servidor público ou não, ~~desde que constatado, no caso, efetivo prejuízo aos cofres públicos.~~

Não depende do efetivo prejuízo:

Art. 11(...) § 4º Os atos de improbidade de que trata este artigo exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para serem passíveis de sancionamento e independem do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos.
(Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

Hoje, a questão não teria resposta. Está desatualizada!

Gabarito: B.

46. (VUNESP / TCE-SP / 2017 - Adaptada) Determinado órgão público pretende adquirir peças estrangeiras necessárias para a manutenção de seus equipamentos técnicos, que estão dentro do período de garantia técnica, mas não tem certeza se a aquisição deve ser feita por meio de licitação. Nessa situação, portanto, tendo em vista o disposto na Lei no 14.133/21, é correto afirmar que a compra pretendida

- A) pode ser por dispensa de licitação, se a compra for feita junto ao fornecedor original e se a exclusividade for indispensável para vigência da garantia.
- B) deve ser feita por meio de licitação, em virtude de se tratar de aquisição de peças de origem estrangeira.
- C) pode ser feita diretamente por inexigibilidade de licitação, em razão de se tratar de peças de origem estrangeira.
- D) poderia ser feita diretamente, por inexigibilidade de licitação, se fosse para aquisição de peças similares nacionais.
- E) deve ser feita com o fornecedor original, diretamente, por se tratar de hipótese de inexigibilidade de licitação.

Comentário:

A questão original foi baseada na Lei 8.666/1993, pois a prova é de 2017. Adaptamos para a Nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei 14.133/2021, para aproveitarmos em nosso estudo.

A questão aborda a dispensa de licitação para as **contratações acessórias para manutenção de garantia**, prevista na alínea “a”, do inciso IV, do art. 75 da Lei 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

IV - para contratação que tenha por objeto:

a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

Por fim, aproveito para lembrar que “dispensa de licitação” não se confunde com “inexigibilidade de licitação”, visto que esta é marcada pela inviabilidade de competição e aquela pela existência de uma autorização legal específica para se deixar de licitar.

Gabarito: A.

47. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Nos moldes do disposto na Lei Complementar Estadual nº 709/1993, em sua função de julgamento de contas, se o Tribunal de Contas constatar evidências de impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, de que não resulte dano ao erário, deverá julgar as contas

- A) regulares com ressalva.
- B) irregulares, com aplicação de multa.
- C) irregulares, com aplicação de advertência.
- D) ilíquidáveis.
- E) regulares.

Comentário:

A questão fala do julgamento de contas pelo TCE-SP.

Inicialmente, vejamos o que a LC nº 709/1993 diz do assunto:

Artigo 28 - A decisão em processo de tomada ou prestação de contas pode ser preliminar, final ou terminativa. (...)

§ 2º - Final é a decisão pela qual o Tribunal de Contas julga regulares, regulares com ressalvas ou irregulares as contas. (...)

Artigo 33 - As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, de que não resulte dano ao erário; e

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) infração à norma legal ou regulamentar;

c) dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque, desvio de bens ou valores públicos.

§ 1º - O Tribunal de Contas poderá julgar irregulares as contas, no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feitas em processo de tomada ou prestação de contas. – grifo nosso.

Reparem que os incisos do art. 33 definem os julgamentos regular, regular com ressalva e irregular. O caso narrado no enunciado se amolda ao inciso II do art. 33, que trata das contas julgadas regulares com ressalva, “quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, de que não resulte dano ao erário”.

Vejamos as demais:

B) irregulares, com aplicação de multa. – O julgamento como irregular se dá nas hipóteses do inc. III, art. 33 e a aplicação de multa é possível, mas o caso narrado é de regulares com ressalva.

C) irregulares, com aplicação de advertência. - Não há previsão na lei de aplicação de advertência.

D) iliquidáveis. – O caso de contas iliquidáveis culmina em decisão terminativa, trancamento das contas e arquivamento do processo. Iliquidáveis são as contas que, devido a caso fortuito ou de força maior, alheio à vontade do responsável, têm seu julgamento de mérito materialmente impossibilitado. Vejamos:

Art. 28 (...) § 3º - Terminativa é a decisão pela qual o Tribunal de Contas ordena o trancamento das contas que forem consideradas iliquidáveis, nos termos desta lei. (...)

Artigo 40 - As contas serão consideradas iliquidáveis quando caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento de mérito.

Artigo 41 - O Tribunal de Contas ordenará o trancamento das contas que forem consideradas iliquidáveis e conseqüente arquivamento do processo.

E) regulares. – O inc. I do art. 33, supra, define essa modalidade, que não responde a nossa questão.

Confirmado o gabarito na letra A.

Gabarito: A.

48. (VUNESP / TCE-SP / 2017) No tocante ao controle da despesa com pessoal, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) estabelece que se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso, dentre outros, o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada

- A) a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.
- B) a contratação de pessoal para preenchimento de cargos de livre nomeação e exoneração a serem lotados no Gabinete do Chefe do Poder Executivo.
- C) a contratação emergencial de profissionais e agentes das áreas da saúde e da assistência social.
- D) a lotação de cargos destinados a áreas estratégicas, previamente determinadas pela lei de cada ente federativo.
- E) a reposição de cargos vagos existentes no Ministério Público, Defensoria Pública e Procuradoria-Geral do Estado.

Comentário:

Nossa questão trata dos limites de gastos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Inicialmente, vejamos o que a Lei fala acerca do chamado limite prudencial, que é quando a despesa total com pessoal excede 95% do teto estipulado:

Art. 22. (...) Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6o do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias. – grifo nosso

Reparem que o inciso IV veda “provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título”, mas permite a “reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança”. Vejam que essa ressalva é justamente a letra A, nosso gabarito.

As demais trazem situações de gastos vedados pela norma no limite prudencial, portanto, estão erradas.

Gabarito: A.

49. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Nos termos do que dispõe a Lei Estadual nº 10.177/1998, que trata do Processo Administrativo no Âmbito da Administração Pública Estadual, na hipótese de processo administrativo na esfera da Administração Direta, os recursos dirigidos ao Governador do Estado serão, previamente, submetidos, para parecer,

- A) ao titular da Secretaria de Estado onde tramita o respectivo processo.
- B) ao Chefe de Gabinete do Governador.
- C) à Corregedoria-Geral da Administração.
- D) à Secretaria de Governo.
- E) à Procuradoria-Geral do Estado.

Comentário:

A questão trata da Lei nº 10.177/1998, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

Para responder à nossa questão, basta conhecer o conteúdo do art. 48 da referida norma:

Artigo 48 - Os recursos dirigidos ao Governador do Estado serão, previamente, submetidos à Procuradoria Geral do Estado ou ao órgão de consultoria jurídica da entidade descentralizada, para parecer, a ser apresentado no prazo máximo de 20 (vinte) dias. – grifo nosso

Pelo exposto, os recursos dirigidos ao Governador do Estado serão previamente submetidos para parecer à Procuradoria-Geral do Estado, logo, nosso gabarito é a letra E.

Gabarito: E.

50. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Considerando o contido nas Súmulas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, assinale a alternativa que contempla uma exigência legalmente permitida em procedimento licitatório, conforme o entendimento do Tribunal.

- A) Fixação de data única para realização de visita técnica.
- B) Comprovação de quitação de anuidade junto a entidades de classe como condição de participação.
- C) Comprovação de filiação a Sindicato ou a Associação de Classe, como condição de participação.
- D) Capital social mínimo na forma integralizada, como condição de demonstração da capacitação econômico-financeira.
- E) Apresentação de certidão negativa de protesto como documento habilitatório.

Comentário:

Nossa questão fala da jurisprudência do TCE-SP em matéria de licitação.

Nossa questão exige o conhecimento da Súmula nº 48 do TCE-SP:

SÚMULA Nº 48 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de capital social mínimo na forma integralizada, como condição de demonstração da capacitação econômico-financeira.

Vejam que a letra D reflete o teor da súmula e é o nosso gabarito: o TCE-SP entende que em procedimento licitatório, é possível a exigência de capital social mínimo na forma integralizada, como condição de demonstração da capacitação econômico-financeira.

Aliás, todas as demais alternativas são oriundas das súmulas, portanto, não deixem de as ler antes da prova. Vejamos:

- A) *Fixação de data única para realização de visita técnica.* – conduta vedada, conforme Súm. 39:

SÚMULA Nº 39 - Em procedimento licitatório, é vedada a fixação de data única para realização de visita técnica.

- B) *Comprovação de quitação de anuidade junto a entidades de classe como condição de participação.* – conduta vedada, conforme Súm. 28:

SÚMULA Nº 28 - Em procedimento licitatório, é vedada a exigência de comprovação de quitação de anuidade junto a entidades de classe como condição de participação.

- C) *Comprovação de filiação a Sindicato ou a Associação de Classe, como condição de participação.* – conduta vedada, conforme Súm. 18:

SÚMULA Nº 18 - Em procedimento licitatório, é vedada a exigência de comprovação de filiação a Sindicato ou a Associação de Classe, como condição de participação.

- E) *Apresentação de certidão negativa de protesto como documento habilitatório.* - conduta vedada, conforme Súm. 29:

SÚMULA Nº 29 - Em procedimento licitatório, é vedada a exigência de certidão negativa de protesto como documento habilitatório.

Gabarito: D

51. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Considere uma situação hipotética em que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo decida promover concurso público, em nível estadual, para o provimento de vagas ao cargo de Diretor de Escola do Quadro de Magistério fixando, como um dos requisitos de ingresso, que os candidatos não podem ter idade superior a 35 anos. Nesse caso, em observância ao disposto na Constituição do Estado de São Paulo, é correto afirmar que a fixação de idade máxima no edital se afigurará

- A) constitucional, ainda que não exista lei respaldando a limitação, pois é permitido à Administração Pública, de acordo com os interesses públicos, estabelecer idade mínima e máxima para os concursos.
- B) inconstitucional, pois é vedada a estipulação de idade para ingresso por concurso público, salvo se imposta com observação ao limite constitucional de aposentadoria compulsória.
- C) constitucional, ainda que não exista lei respaldando a limitação, uma vez que a fixação da idade limite de 35 anos se justifica em função da natureza das atribuições do cargo, sendo considerada razoável.
- D) inconstitucional, já que apenas se permite a imposição de limite máximo de idade para aqueles que tenham atingido 60 anos de idade.
- E) inconstitucional, uma vez que o limite máximo de idade para ingresso por concurso público é de 55 anos.

Comentário:

A questão aborda concurso público, à luz da Constituição do Estado de SP.

A fixação de idade máxima no edital seria, claramente, inconstitucional, por afronta direta ao art. 115, XXVII, da Constituição do Estado de São Paulo, a saber:

XXVII - é vedada a estipulação de limite de idade para ingresso por concurso público na administração direta, empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, respeitando-se apenas o limite constitucional para aposentadoria compulsória.

Não há limite máximo de idade para ingresso por concurso público. Deve-se, no entanto, respeitar o limite constitucional para aposentadoria compulsória.

Gabarito: B

52. (VUNESP / TCE-SP / 2017) O Tribunal de Contas da União é órgão que auxilia o Congresso Nacional na fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União e das entidades da administração direta e indireta. Segundo a Constituição Federal, o Tribunal de Contas da União

- A) poderá aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, dentre outras cominações, multa que variará de 100 a 300 salários-mínimos.
- B) deverá encaminhar ao Congresso Nacional, semestral e anualmente, relatório de suas atividades.
- C) é composto por Ministros que devem possuir mais de 30 e menos de 65 anos de idade.
- D) tem competência para apreciar as contas prestadas semestralmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- E) é integrado por 9 Ministros e tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.

Comentário:

A questão fala das disposições constitucionais acerca do TCU.

Para responder corretamente, basta conhecer o disposto no art. 73 da CF:

Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96

Pelo exposto, nosso gabarito é a letra E, que reflete exatamente o conteúdo do dispositivo citado.

Destaquemos os erros das demais:

- A) *poderá aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, dentre outras cominações, multa que variará de 100 a 300 salários-mínimos.* – Errada. A multa será proporcional ao dano.

Art. 71(...) VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

- B) *deverá encaminhar ao Congresso Nacional, ~~semestral e anualmente~~, relatório de suas atividades.* – Errado. A frequência é trimestral e anual.

Art. 71(...) § 4º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

- C) *é composto por Ministros que devem possuir mais de 30 e menos de 65 anos de idade.* – Errado. A idade é mais de 35 e menos de 70.

Art. 73 (...) § 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade;

- D) *tem competência para apreciar as contas prestadas ~~semestralmente~~ pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.* – Errada. O certo é anualmente.

Art. 71 (...) I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

Gabarito: E.

53. (VUNESP / TCE-SP / 2017) É correto afirmar, sobre a garantia constitucional de habeas data:

- A) o requerimento será apresentado ao órgão ou entidade depositária do registro ou banco de dados e será deferido ou indeferido no prazo de 24 horas.
- B) contra atos de Ministro de Estado, a competência originária para julgamento será do Supremo Tribunal Federal.
- C) o pedido de habeas data poderá ser renovado somente se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- D) no caso de sentença concessiva de habeas data, o recurso cabível será o de apelação, que terá os efeitos suspensivo e devolutivo.
- E) os processos de habeas data terão prioridade sobre todos os atos judiciais, inclusive mandado de segurança.

Comentário:

Nossa questão trata do *habeas data*.

Esse remédio constitucional, previsto no art. 5º, LXXII, CF/88, serve para obter ou retificar informações pessoais do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público:

Art. 5º (...) LXXII - conceder-se-á habeas data:

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

Para responder à questão, é necessário conhecer também o que diz a Lei 9.507/1997, que disciplina o rito processual do habeas data. Nesse sentido, acerca da possibilidade de renovação do pedido:

Art. 18. O pedido de habeas data poderá ser renovado se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito

Com isso, já podemos identificar nosso gabarito na alternativa C. Faz sentido permitir a renovação do pedido apenas no caso de a decisão denegatória não ter apreciado o mérito do pleito, pois, caso tenha apreciado

e decidido desfavoravelmente ao impetrante, o caso terá sido “resolvido”.

Vejamos os erros das demais:

- A) *o requerimento será apresentado ao órgão ou entidade depositária do registro ou banco de dados e será deferido ou indeferido no prazo de 24 horas.* - Errada, nos termos do art. 2º da Lei 9.507/1997. O prazo é 48h:

Art. 2º O requerimento será apresentado ao órgão ou entidade depositária do registro ou banco de dados e será deferido ou indeferido no prazo de quarenta e oito horas

- B) *contra atos de Ministro de Estado, a competência originária para julgamento será do Supremo Tribunal Federal.* - Errada, pois a CF diz que a competência é do STJ:

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal

- C) *no caso de sentença concessiva de habeas data, o recurso cabível será o de apelação, que terá os efeitos suspensivo e devolutivo.* – Errada, pois a Lei 9.507/1997 diz que o efeito será apenas devolutivo:

Art. 15. Da sentença que conceder ou negar o habeas data cabe apelação.

Parágrafo único. Quando a sentença conceder o habeas data, o recurso terá efeito meramente devolutivo

E) os processos de habeas data terão prioridade sobre todos os atos judiciais, ~~inclusive mandado de segurança~~.
– Errada, pois a Lei 9.507/1997 diz que terão prioridade sobre todos os atos judiciais, exceto *habeas corpus* e mandado de segurança:

Art. 19. Os processos de habeas data terão prioridade sobre todos os atos judiciais, exceto habeas-corpus e mandado de segurança. Na instância superior, deverão ser levados a julgamento na primeira sessão que se seguir à data em que, feita a distribuição, forem conclusos ao relator'

Gabarito: C.

54. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Caso o Estado X decida intervir no Município Y, segundo os ditames da Constituição Federal, é correto afirmar que a intervenção poderá ocorrer se

- A) o município Y não tiver aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do esporte e cultura.
- B) o município Y não tiver aplicado receita mínima na consecução e desenvolvimento de políticas urbanas e agrárias.
- C) o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
- D) o município Y deixar de pagar, sem motivo de força maior, por 1 ano consecutivo, a dívida fundada.
- E) for necessário que o Estado X ponha fim a grave comprometimento da ordem pública.

Comentário:

O tema da questão é intervenção federativa.

A intervenção dos Estados ou da União em municípios é medida excepcional, cabível apenas em determinados casos, nos termos da CF. Vejamos:

Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:

I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;

II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;

III – não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

Reparem que a alternativa C é a literalidade do inc. IV, supra, e corresponde ao gabarito. Assim, uma das hipóteses de intervenção no município é se o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

Destaquemos os erros das demais:

- A) *o município Y não tiver aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do esporte e cultura.* – O correto seria “ensino e nas ações e serviços públicos de saúde”.
- B) *o município Y não tiver aplicado receita mínima na consecução e desenvolvimento de políticas urbanas e agrárias.* – O correto seria “ensino e nas ações e serviços públicos de saúde”.
- D) *o município Y deixar de pagar, sem motivo de força maior, por 1 ano consecutivo, a dívida fundada.* – o prazo é 2 anos.
- E) *for necessário que o Estado X ponha fim a grave comprometimento da ordem pública.* – essa é uma hipótese de intervenção da União nos Estados e DF, prevista no art. 34, CF, ou seja, é uma pegadinha! Cuidado! Vejamos:

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

(...)

III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;

Gabarito: C.

55. (VUNESP / TCE-SP / 2017 Sob a ótica da proteção e da disciplina atual da Constituição Federal a respeito do direito à educação, assinale a alternativa correta.

- A) O ensino é livre à iniciativa privada, mediante o cumprimento das normas gerais da educação nacional e a autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.
- B) Os Estados e o Distrito Federal atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil.
- C) A União deverá aplicar, anualmente, nunca menos de quinze, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, de forma independente, seus sistemas de ensino.
- E) Os Municípios atuarão, prioritariamente, no ensino médio e fundamental.

Comentário:

O tema da questão é o direito à educação em sede constitucional.

Analisemos alternativa por alternativa, com base na CF/88:

- A) O ensino é livre à iniciativa privada, mediante o cumprimento das normas gerais da educação nacional e a autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.

CORRETA. É a literalidade do art. 209, CF:

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

- B) Os Estados e o Distrito Federal atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil.

ERRADA. A CF estabelece no art. 211 e seus dispositivos que os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

Art. 211 (...) § 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

- C) A União deverá aplicar, anualmente, nunca menos de ~~quinze~~, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

ERRADA. Atenção aos percentuais: o correto é “nunca menos de 18” para a União:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

- D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, de forma ~~independente~~, seus sistemas de ensino.

Mesmo pela lógica, daria para acertar essa. Claro que a atuação colaborativa é preferível à independente.

Vejamos o que diz o art. 211, CF:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

- E) Os Municípios atuarão, prioritariamente, no ~~ensino médio~~ e fundamental.

Errada. O foco municipal é no ensino fundamental e na educação infantil:

Art. 211 (...) § 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

Gabarito: A.

56. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Ao dispor sobre a Organização Político-Administrativa do Estado, a Constituição Federal reservou determinadas competências materiais e legislativas à União, aos Estados Membros, ao Distrito Federal e aos Municípios. A respeito das competências, é correto afirmar:

- A) os Municípios podem explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.
- B) em se tratando de competência legislativa concorrente, a União poderá estabelecer normas gerais e específicas.

- C) é competência privativa dos Estados fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- D) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual.
- E) é competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre serviço postal.

Comentário:

O assunto da questão é competências dos entes federativos.

Vejam os cada uma das alternativas:

- A) os ~~Municípios~~ podem explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.

ERRADA. Nos termos do art. 25, §2º, CF, essa competência é dos Estados:

§ 2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

- B) em se tratando de competência legislativa concorrente, a União poderá estabelecer normas gerais e específicas.

ERRADA. À União cabem as normas gerais. Vejam o art. 24, §1º, CF:

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

- C) é competência privativa dos ~~Estados~~ fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

ERRADA. Trata-se de competência da União, conforme art. 23, VIII, CF:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...)

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

- D) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual.

CORRETA. É o que dispõe o art. 24, XI, CF:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...)

XI - procedimentos em matéria processual;

Cuidado! Legislar sobre direito processual é competência privativa da União! O caso aqui é de procedimentos em matéria processual, de competência concorrente! Vejamos:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; - grifei

- E) é competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre serviço postal.

ERRADA. Típico exemplo de competência da União:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: (...)

V - serviço postal;

Gabarito: D.

57. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Suponha que o Supremo Tribunal Federal, de ofício, mediante a decisão de 2/3 de seus membros, após o julgamento de um caso de grande repercussão, tenha aprovado súmula vinculante. Nessa hipótese, é correto afirmar que a edição da Súmula Vinculante

- A) respeitou todos os requisitos estabelecidos pela Constituição Federal para a sua edição, devendo, portanto, ser observada, obrigatoriamente, desde a sua publicação na imprensa oficial pelos demais órgãos do Poder Judiciário e pela administração pública direta e indireta.
- B) desrespeitou a Constituição Federal, pois a edição da Súmula Vinculante exige reiteradas decisões sobre a matéria constitucional aventada, o que não foi cumprido ao se decidir em apenas 1 caso.

- C) desrespeitou a Constituição Federal, uma vez que o quórum exigido pela Constituição é de aprovação unânime por todos os membros do Supremo Tribunal Federal.
- D) respeitou os requisitos estabelecidos pela Constituição Federal, contudo somente será dotada de efeito vinculante para o Poder Judiciário, e não para a Administração Pública, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes.
- E) desrespeitou a Constituição Federal, pois o Supremo Tribunal Federal não poderia agir de ofício, mas apenas por provocação.

Comentário:

Nossa questão fala de Súmula Vinculante.

Inicialmente, vejamos o que diz a CF/88 acerca do tema:

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso. - grifei

Observem que a iniciativa do STF de editar a súmula poderá ser de ofício ou por provocação, o que já elimina a alternativa E.

Ademais, o quórum de aprovação da súmula é de 2/3 da STF, o que elimina a alternativa C.

Na sequência, o *caput* do art. 103-A fala que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, a súmula terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal; isso torna a alternativa D errada.

Restaram as alternativas A e B. Vejamos:

A) respeitou todos os requisitos estabelecidos pela Constituição Federal para a sua edição, devendo, portanto, ser observada, obrigatoriamente, desde a sua publicação na imprensa oficial pelos demais órgãos do Poder Judiciário e pela administração pública direta e indireta.

Essa alternativa diz que todos os requisitos foram preenchidos, porém, em nenhum momento o enunciado fala do ponto central gerador de uma súmula vinculante, qual seja, as reiteradas decisões sobre matéria constitucional. Nesse sentido, podemos eliminar essa alternativa.

B) desrespeitou a Constituição Federal, pois a edição da Súmula Vinculante exige reiteradas decisões sobre a matéria constitucional aventada, o que não foi cumprido ao se decidir em apenas 1 caso.

Esta alternativa é o nosso gabarito. No entanto, a redação do enunciado poderia ser melhor, pois dizer “após o julgamento de um caso de grande repercussão” não elimina a possibilidade de que possa ter havido reiteradas decisões sobre a mesma matéria constitucional antes do grande caso, de maneira que o STF tenha, então, decidido editar a súmula. Claro que não se pode extrapolar o conteúdo do enunciado, mas nesse caso, a banca poderia ter sido mais minuciosa. De todo modo, mesmo que por eliminação, essa seria a melhor alternativa a se marcar.

Gabarito: B.

58. (VUNESP/TCE-SP/2017) Assinale a alternativa correta com relação à ação direta de inconstitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro.

- A)** É possível deferir medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, desde que pela decisão de 2/3 dos membros do Tribunal, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado, que deverão pronunciar-se no prazo de cinco dias.
- B)** Qualquer partido político, independentemente de possuir representação no Congresso Nacional, possui legitimidade ativa para propositura de ação direta, em função do ofício exercido no resguardo da ordem democrática.

- C) Após a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, somente se admite a sua desistência até o despacho inicial do Relator.
- D) A ação direta de inconstitucionalidade poderá ser proposta por entidade de classe de âmbito municipal, desde que demonstrada a repercussão nacional da matéria.
- E) A decisão que declara a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta não pode ser objeto de ação rescisória.

Comentário:

O tema da questão é ADI.

A questão cobra conhecimentos da CF e da Lei nº 9.868/1999, que dispõe sobre o processo e o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Façamos a análise de cada assertiva:

- A) É possível deferir medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, desde que pela decisão de ~~2/3~~ dos membros do Tribunal, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado, que deverão pronunciar-se no prazo de cinco dias.

ERRADA, pois o quórum de aprovação é maioria absoluta, conforme art. 10 da Lei nº 9.868/1999:

Art. 10. Salvo no período de recesso, a medida cautelar na ação direta será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal, observado o disposto no art. 22, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou ato normativo impugnado, que deverão pronunciar-se no prazo de cinco dias

- B) Qualquer partido político, ~~independentemente de possuir~~ representação no Congresso Nacional, possui legitimidade ativa para propositura de ação direta, em função do ofício exercido no resguardo da ordem democrática.

ERRADA, pois é necessário que o partido político possua representação no CN, nos termos da CF:

Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: (...)

VIII - partido político com representação no Congresso Nacional

- C) Após a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, ~~somente se admite a sua desistência até o despacho inicial do Relator.~~

ERRADA. Simples: proposta a ADI, não se admitirá desistência, conforme o art. 5º da Lei nº 9.868/99:

Art. 5º Proposta a ação direta, não se admitirá desistência

- D) A ação direta de inconstitucionalidade poderá ser proposta por entidade de classe de âmbito ~~municipal~~, desde que demonstrada a repercussão nacional da matéria.

ERRADA. A entidade de classe deve ser de âmbito nacional, conforme a CF:

Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: (...)

IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional

- E) A decisão que declara a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta não pode ser objeto de ação rescisória.

CORRETA. É o nosso gabarito. A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade é irrecorrível, salvo embargos declaratórios, e não pode ser objeto de rescisória. Vejamos o que diz a Lei nº 9.868/1999:

Art. 26. A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória

Gabarito: E.

59. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Ao tratar sobre os servidores públicos civis, a Constituição do Estado de São Paulo apregoa que

- A) é vedada, para qualquer caso, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria a servidores públicos efetivos.
- B) os requisitos de tempo e idade de contribuição previstos regularmente para aposentadoria voluntária serão reduzidos em 10 anos para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
- C) fica assegurado ao servidor público efetivo, eleito para ocupar cargo em sindicato de categoria, o direito de se afastar das funções, durante o tempo de duração do mandato, recebendo seus vencimentos e vantagens, na forma da lei.
- D) o servidor, com mais de cinco anos de efetivo exercício, que tenha exercido ou venha a exercer cargo ou função que lhe proporcione remuneração superior à do cargo de que seja titular, ou função para a qual foi admitido, incorporará 1/3 dessa diferença, por ano, até o limite de 2/3.
- E) os servidores públicos efetivos serão aposentados por invalidez compulsória aos setenta anos de idade, com provimentos integrais.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre a Constituição do Estado de São Paulo (CE/SP).

- A) é vedada, ~~para qualquer caso~~, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria a servidores públicos efetivos.

ERRADO. Vejamos o que diz a CE/SP:

Artigo 126 (...)

§ 4º - É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios no regime próprio previsto no "caput", **ressalvados, nos termos definidos em lei complementar, os casos de aposentadoria de servidores:** (...)

Então, a vedação não é para qualquer caso.

- B) os requisitos de tempo e idade de contribuição previstos regularmente para aposentadoria voluntária serão reduzidos em **10 anos** para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

ERRADO. Em verdade, a redução é de 5 anos.

Artigo 126 (...)

§ 5º - Os ocupantes do cargo de professor terão a idade mínima reduzida em 5 (cinco) anos em relação àquelas previstas no item 3 do § 1º, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou no médio, nos termos fixados em lei complementar.

- C) fica assegurado ao servidor público efetivo, eleito para ocupar cargo em sindicato de categoria, o direito de se afastar das funções, durante o tempo de duração do mandato, recebendo seus vencimentos e vantagens, na forma da lei.

CERTO. Perfeito, conforme § 1º, art. 125, da CE/SP.

Artigo 125 - O exercício do mandato eletivo por servidor público far-se-á com observância do artigo 38 da Constituição Federal.

§1º - Fica assegurado ao servidor público, eleito para ocupar cargo em sindicato de categoria, o direito de afastar-se de suas funções, durante o tempo em que durar o mandato, recebendo seus vencimentos e vantagens, nos termos da lei.

§2º - O tempo de mandato eletivo será computado para fins de aposentadoria especial.

- D) o servidor, com mais de cinco anos de efetivo exercício, que tenha exercido ou venha a exercer cargo ou função que lhe proporcione remuneração superior à do cargo de que seja titular, ou função para a qual foi admitido, incorporará **1/3 dessa diferença, por ano, até o limite de 2/3.**

ERRADO. À época da prova, a redação do art. 133 era a seguinte:

Artigo 133 - O servidor, com mais de cinco anos de efetivo exercício, que tenha exercido ou venha a exercer cargo ou função que lhe proporcione remuneração superior à do cargo de que seja titular, ou função para a qual foi admitido, incorporará **um décimo dessa diferença, por ano, até o limite de dez.** [destacou-se]

Ressalta-se que, atualmente, esse dispositivo foi revogado.

Artigo 133 - Revogado

Artigo 133 revogado pela Emenda Constitucional nº 49, de 06/03/2020, assegurada a concessão das incorporações que, na data da promulgação da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019 tenham cumprido os requisitos temporais e normativos previstos na legislação então vigente.

E) os servidores públicos efetivos serão aposentados por **invalidez compulsória** aos setenta anos de idade, com provimentos **integrais**.

ERRADO. Não existe aposentadoria por “invalidez compulsória”. O examinador brincou com os conceitos de aposentadoria por invalidez permanente e aposentadoria compulsória (que se dá aos 75 anos, e não mais aos 70). Por fim, a aposentadoria não é com proventos integrais. Artigo 126 - O Regime Próprio de Previdência Social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Estado de São Paulo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 1º - Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados:

1 - por **incapacidade permanente** para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatório realizar avaliações periódicas para verificar a continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma da lei;

2 - **compulsoriamente**, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal;

3 - **voluntariamente**, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar.

§ 2º - Os **proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do artigo 201 da Constituição Federal ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social**, quanto aos servidores abrangidos pelos §§ 14, 15 e 16. [destacou-se]

A letra C está correta. Trata-se de direito do servidor público estadual previsto, nos mesmos termos, pelo art. 125, §1º, da Constituição do Estado de São Paulo.

O gabarito é, portanto, a letra C.

Gabarito: C

60. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Assinale a alternativa correta sobre o mandado de segurança.

- A) É possível a renovação do pedido no mandado de segurança, desde que dentro do prazo decadencial, ainda que a decisão denegatória tenha apreciado o mérito, pois presume-se a ilegalidade do ato.
- B) A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
- C) O ingresso de litisconsorte ativo não será admitido após o despacho da petição inicial.
- D) O mandado de segurança coletivo induz litispendência para as ações individuais.
- E) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

Comentário:

O tema da questão é mandado de segurança.

A questão cobra conhecimentos da Lei nº 12.016/09 (Lei do Mandado de Segurança), remédio constitucional tão relevante para concursos.

Analisemos as opções:

- A) É possível a renovação do pedido no mandado de segurança, desde que dentro do prazo decadencial, ~~ainda que a decisão denegatória tenha apreciado o mérito, pois presume-se a ilegalidade do ato.~~

ERRADA. O §6º do art. 6º da Lei nº 12.016/2009 exige que a decisão denegatória não tenha apreciado o mérito do mandado para que possa ser renovado. Vejamos:

Art. 6º (...) § 6º O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito³

- B) A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, ~~impedirá~~ que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.

ERRADA. Se não decidir o mérito, não há impedimento, conforme a Lei nº 12.016/2009:

Art. 19. A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, não impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais

- C) O ingresso de litisconsorte ativo não será admitido após o despacho da petição inicial.

CORRETA. É a literalidade do art. 10, §2º da Lei nº 12.016/2009:

Art. 10. (...) § 2º O ingresso de litisconsorte ativo não será admitido após o despacho da petição inicial

- D) O mandado de segurança coletivo ~~induz~~ litispendência para as ações individuais.

ERRADA. O §1º do art. 22 da Lei nº 12.016/2009 define que o MS coletivo não induz à litispendência para as ações individuais. Leiamos o dispositivo:

Art. 22. (...) § 1º O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva

E) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

ERRADO. É que essas entidades atuam no setor privado e isso causaria desequilíbrio, portanto, não cabe MS contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público, nos termos do §2º do art. 1º da Lei 12.016/2009:

Art. 1º (...) § 2º Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público

Gabarito: C.

61. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Um Tribunal de Contas (TC) de um estado da região Nordeste do Brasil realizou um concurso público em 2015 para preencher 36 vagas do cargo de analista de controle. Considerando as limitações de um certame baseado em provas objetivas para aferir a vocação e habilidades profissionais dos candidatos, o responsável pela área de recursos humanos do TC propôs a aplicação de instrumentos de gestão de pessoas entre a posse e o exercício dos aprovados, objetivando uma alocação estratégica dos novos funcionários da organização.

Assinale a alternativa que descreve uma prática condizente com esse objetivo.

- A) Efetuar um mapeamento de competências dos novos funcionários com o uso de técnicas adequadas que permitam caracterizar os conhecimentos, habilidades e atitudes/valores de cada um deles.
- B) Realizar uma capacitação na Escola de Contas sobre ética no serviço público para toda a nova turma de funcionários antes dos demais treinamentos operacionais, uma vez que muitos concurseiros não têm um ethos para o serviço público.
- C) Identificar os estilos de liderança dos novos funcionários a fim de agrupá-los em equipes de trabalho no TC que favoreçam bons resultados no período de estágio probatório.
- D) Reorientar a gestão de conhecimento no TC com base no perfil dos 36 novos profissionais, considerando o natural choque geracional entre novos e antigos funcionários.
- E) Conduzir uma pesquisa de clima organizacional com os 36 novos funcionários no primeiro mês de exercício profissional, aplicando técnicas de coaching para aqueles que apresentarem baixos níveis de motivação nessa fase inicial de ingresso.

Comentário:

O que pode auxiliar o gestor na tarefa de alocação dos novos servidores é um mapeamento das competências dos novos membros, de modo a alocá-los nos órgãos em que eles possam ser mais úteis. Nosso gabarito está, portanto, na letra A.

A letra E não faz sentido, pois uma pesquisa de clima não vai ajudar na alocação. O mesmo pode ser dito da gestão do conhecimento, letra D.

Já a letra B menciona um curso de ética, o que não facilitaria a alocação.

Finalmente, sobre a letra C, se os servidores ainda terão de ser integrados e socializados, não faz sentido identificar estilos de liderança dos mesmos.

Gabarito: A.

62. (VUNESP / TCE-SP / 2017) No site do TCE-SP, lê-se:

IEGM/TCE-SP: índice de efetividade da gestão municipal

O IEGM/TCE-SP é o índice de desempenho da Corte de Contas paulista, composto por 7 (sete) índices setoriais, consolidados em um único índice por meio de um modelo matemático que, com foco na análise da infraestrutura e dos processos dos entes municipais, busca avaliar a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas pelos seus gestores. A combinação das análises destes sete índices temáticos busca averiguar, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos dos municípios foram alcançados de forma efetiva e, com isso, oferecer elementos importantes para auxiliar e subsidiar a ação fiscalizatória.

(<http://iegm.tce.sp.gov.br/help.html>)

No IEGM/TCE-SP, um dos sete índices setoriais refere-se ao quesito fiscal, denominado i-Fiscal. Esse índice setorial mede o resultado da gestão fiscal dos municípios paulistas por meio da análise: da execução financeira e orçamentária, das decisões em relação à aplicação de recursos vinculados e da obediência aos limites estabelecidos pela LRF. Considerando esses itens do i-Fiscal como critérios para a mensuração do desempenho governamental, é correto afirmar que o i-Fiscal avalia

- A) a qualidade percebida das políticas públicas de gestão fiscal no município.
- B) a legalidade e a eficiência de processos orçamentários do município.

- C) o efeito da norma jurídica e o impacto fiscal dos projetos e das atividades municipais.
- D) a efetividade das finanças públicas municipais.
- E) a eficácia de programas governamentais da área-meio financeiro-orçamentária.

Comentário:

A resposta para essa assertiva está justamente no enunciado:

*“No IEGM/TCE-SP, um dos sete índices setoriais refere-se ao quesito fiscal, denominado i-Fiscal. Esse índice setorial mede o resultado da gestão fiscal dos municípios paulistas por meio da **análise: da execução financeira e orçamentária, das decisões em relação à aplicação de recursos vinculados e da obediência aos limites estabelecidos pela LRF.** Considerando esses itens do i-Fiscal como critérios para a mensuração do desempenho governamental, é correto afirmar que o i-Fiscal avalia”*

- **EFICIÊNCIA: insumos e esforços**
- **EFICÁCIA: resultados**
- **EFETIVIDADE: impactos**

Com isso, podemos entender que o I-fiscal analisa legalidade e eficiência dos processos do município:

B) a legalidade e a eficiência de processos orçamentários do município. CERTO. Além do enunciado, podemos entender que: legalidade → LRF, e eficiência → execução financeira e orçamentária.

Vamos analisar as demais alternativas:

- A) a qualidade percebida das políticas públicas de gestão fiscal no município. ERRADO.** Essa alternativa tem relação com a efetividade, portanto, errada.
- C) o efeito da norma jurídica e o impacto fiscal dos projetos e das atividades municipais. ERRADO.** O erro está em falar sobre o efeito da norma jurídica, quando na verdade, o I-Fiscal avalia a legalidade da LRF.
- D) a efetividade das finanças públicas municipais. ERRADO.** Conforme visto, não é efetividade, e sim eficiência.
- E) a eficácia de programas governamentais da área-meio financeiro-orçamentária. ERRADO.** A eficácia está relacionada com os resultados, ao objetivo. Não é essa a função do I-Fiscal.

Gabarito: B.

63. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Leia o trecho para responder à questão.

Fiscalização aponta que municípios descumprem

Lei de Resíduos Sólidos

“As prefeituras do Estado de São Paulo descumprem amplamente a legislação que regula o tratamento de resíduos sólidos, mantendo lixões a céu aberto e ignorando normas específicas para gestão dos rejeitos dos setores da construção civil, da saúde e agropecuária. O diagnóstico é

da quarta fiscalização ordenada do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em 2016, que verificou a situação de 163 municípios em setembro. A fiscalização observou 43 itens relacionados à Lei no 12.305 de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e demais regras do setor. Os dados gerais apontam que somente 51,54% dos municípios avaliados já implantaram um plano de gestão integrada dos resíduos sólidos e que 19,63% nem sequer iniciaram sua elaboração. (...)”.

(<https://www4.tce.sp.gov.br/6524-fiscalizacao-aponta-municipios-descumprem-lei-residuos-solidos>. Adaptado)

Considerando o desenvolvimento institucional da gestão pública municipal no Brasil, pode-se afirmar que a ausência de implantação (e de elaboração) do plano supramencionado tem relação, sobretudo, com

- A) a falta de motivação dos agentes políticos e a inexistência de um pluralismo institucional nos municípios voltado para o planejamento e a gestão pública.
- B) o imobilismo político de prefeitos e a insuficiência de qualificação técnica dos vereadores que restringem a mudança organizacional na gestão pública local, independentemente do tamanho dos municípios.
- C) as falhas de controle externo do Poder Executivo municipal pela Câmara de Vereadores e o desperdício ativo de recursos públicos ocasionado por discontinuidades administrativas.
- D) as lacunas na cultura organizacional da administração pública municipal e o desconhecimento de instrumentos gerenciais de gestão por processos nas prefeituras.
- E) a insuficiência de capacidade estatal administrativa, técnica e financeira das prefeituras, sobretudo nos municípios de pequeno porte.

Comentário:

A "ausência de implantação/elaboração" evidencia que as prefeituras paulistas enfrentam limitações na governança pública.

A falta dessa governança nas prefeituras, especialmente nos municípios de pequeno porte, reflete uma baixa capacidade administrativa, técnica e financeira para planejar, executar e fiscalizar políticas públicas essenciais:

- **Capacidade técnica:** Falta de profissionais qualificados para planejar e executar políticas públicas eficientes.
- **Capacidade financeira:** Baixa arrecadação municipal e dependência de repasses estaduais e federais.
- **Capacidade administrativa:** Estrutura burocrática precária que não suporta a implementação de políticas complexas.

Assim, a questão central não se limita à vontade política ou à cultura organizacional, mas sim a uma **estrutura fragilizada de governança pública**, incapaz de gerenciar os recursos disponíveis e articular esforços para atender às exigências legais.

Portanto, o gabarito correto está na letra E:

E) a insuficiência de capacidade estatal administrativa, técnica e financeira das prefeituras, sobretudo nos municípios de pequeno porte.

Gabarito: E.

64. (VUNESP / TCE-SP / 2017)

Em artigo de opinião publicado no Jornal Folha de São Paulo, em 9 de março de 2016, intitulado "Muito além dos Jardins do TCE ", o presidente – na ocasião – do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), conselheiro Dimas Ramalho, afirma:

“Equivoca-se quem considera nosso trabalho um mero imperativo burocrático de controle de orçamentos e licitações. Os serviços que prestamos representam uma análise precisa das políticas públicas, o que nos dá a honrosa missão de zelar pelos direitos mais fundamentais. Só avançaremos nesse sentido, porém, se formos além de critérios formais. (...). A evolução técnica que impulsionamos também precisa vir acompanhada do reconhecimento do TCE-SP como instituição acessível. Cabe a nós trabalhar para que o cidadão se sinta legitimado a ser o fiscal em última instância. Com esse propósito, o tribunal ampliará os canais da ouvidoria, simplificará a linguagem em suas ações de comunicação e continuará transmitindo suas sessões pela internet.”

Essa passagem desvela duas tendências da Nova Gestão Pública para a função de controle exercida pelos Tribunais de Contas (TCs) no Brasil, quais sejam:

- A) o crescimento da avaliação dos resultados das ações governamentais e a implantação de instituições participativas informais de controle externo extra institucional.
- B) a adoção da auditoria de gestão que analisa a conformidade dos atos da administração com a legislação e a complementação entre o controle interno e o externo.
- C) a emissão de pareceres extraformais sobre a adequação e regularidade da gestão pública e a transparência passiva e inteligibilidade para a população da fiscalização realizada pelos TCs.
- D) a institucionalização da auditoria operacional na fiscalização da gestão pública e o acercamento entre o controle externo dos TCs e o controle social levado a cabo pela sociedade civil.
- E) a mensuração do desempenho das políticas públicas e a responsabilização da sociedade civil pela desburocratização e melhoria dos processos de controle externo na gestão pública.

Comentário:

A questão de Administração Pública trata das tendências da Nova Gestão Pública.

Com o contexto do artigo de opinião, a resposta seria:

D) a institucionalização da auditoria operacional na fiscalização da gestão pública e o acercamento entre o controle externo dos TCs e o controle social levado a cabo pela sociedade civil.

O trecho do artigo destaca duas tendências importantes dos Tribunais de Contas no contexto da Nova Gestão Pública:

Auditoria Operacional: o texto menciona que os serviços prestados pelo TCE-SP vão além do controle formal e burocrático, focando na análise dos resultados das políticas públicas. Isso está diretamente relacionado à auditoria operacional, que avalia eficiência, eficácia e efetividade das ações governamentais.

Controle Social: o autor enfatiza a necessidade de o cidadão se sentir legitimado como fiscal final das ações públicas, ressaltando o papel do controle social na fiscalização e no acompanhamento das políticas públicas.

Vamos analisar as demais assertivas:

- A) o crescimento da avaliação dos resultados das ações governamentais e a implantação de instituições participativas informais de controle externo extrainstitucional. ERRADO.** O erro é dizer “informais”, quando na verdade são instituições participativas formais.
- B) a adoção da auditoria de gestão que analisa a conformidade dos atos da administração com a legislação e a complementação entre o controle interno e o externo. ERRADO.** Essa assertiva se relaciona com a auditoria de conformidade, e conforme visto, trata-se da institucionalização da auditoria operacional.
- C) a emissão de pareceres extraformais sobre a adequação e regularidade da gestão pública e a transparência passiva e inteligibilidade para a população da fiscalização realizada pelos TCs. ERRADO.** A transparência é ativa.
- E) a mensuração do desempenho das políticas públicas e a responsabilização da sociedade civil pela desburocratização e melhoria dos processos de controle externo na gestão pública. ERRADO.** Essa assertiva não tem muito nexos. Não existe essa responsabilização da sociedade para a desburocratização dos processos na gestão pública.

Gabarito: D.

65. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Leia o seguinte texto para responder à questão.

Escolas públicas de São Paulo usam teorias de Nobel para reduzir evasão

Lembretes curtos via SMS para os pais sobre a importância da frequência escolar. Essa medida simples e de baixo custo melhorou as notas e reduziu a repetência de crianças do 9º ano do ensino fundamental, na rede estadual de São Paulo.

Os alunos cujos responsáveis receberam mensagens tiveram um avanço nas notas de português e de matemática em uma prova oficial

(Saresp) equivalente a meio ano letivo de aprendizagem. A taxa de reprovação entre esses estudantes caiu: 3%. A potencial economia de recursos com a queda da repetência é de R\$ 12,4 para cada real investido.

O experimento, feito por um semestre em 2016, com a adoção do programa EduqMais no Estado, é um exemplo da potencial eficácia do que Richard Thaler, laureado com o Nobel de Economia, batizou de nudge, uma espécie de “empurrão” da política pública nos indivíduos na direção de ações benéficas para eles próprios e para a sociedade”.

(Érica Fraga e Ana Estela de Sousa Pinto. Folha de S.Paulo, 15.10.2017. Adaptado)

Assinale a alternativa que apresenta corretamente as fases da política pública mencionadas no texto.

- A) A fase de elaboração teve como base um fundamento científico do campo econômico reconhecido com o Prêmio Nobel, e a fase de resultados apresentou os benefícios sociais mensuráveis junto ao público-alvo, no caso, os estudantes.
- B) Trata-se da fase de formulação a partir de uma teoria reconhecida com o Prêmio Nobel, a qual foi implementada com os lembretes de SMS, avaliada e monitorada em relação aos custos, redução dos índices de reprovação e aumento das notas.
- C) A fase de definição de agenda de política pública contou com um embasamento científico do Prêmio Nobel Richard Thaler, e a fase de implementação e resultados trouxe indicadores objetivos e mensuráveis.
- D) O texto ilustrou três fases da política pública: a agenda, quando a Secretaria de Educação de São Paulo escolheu o uso do nudge; a proposição, ao implementar os SMS para os pais, e, finalmente, avaliação de impacto, no caso, a taxa de reprovação.
- E) Apresentaram-se três fases da política pública: a formação da agenda a partir do experimento nudge; a implementação com os lembretes de SMS e, finalmente, a mensuração sobre os impactos dessa política pública.

Comentário:

As políticas públicas são compostas por diversas fases, sequenciais e interdependentes. São elas:

Formação da Agenda:

- Identificação de problemas prioritários para o poder público.
- Avaliação de urgência, custo-benefício e viabilidade.
- Estudo do cenário local e necessidades específicas.

Formulação:

- Busca de soluções para os problemas identificados.
- Detalhamento das propostas.
- Consulta a especialistas e definição de alternativas viáveis.

Tomada de Decisão:

- Escolha da alternativa mais adequada.
- Definição de recursos financeiros, materiais e humanos.
- Estabelecimento de prazos para implementação.

Implementação:

- Colocação da política em prática.
- Execução das ações planejadas com os recursos alocados.

Avaliação:

- Análise dos resultados e impactos alcançados.
- Monitoramento dos indicadores de desempenho.
- Identificação de melhorias para ciclos futuros.

Conforme o texto, temos:

Formulação:

- A política foi baseada na teoria do *nudge* de Richard Thaler, um cientista premiado com o Nobel de Economia.
- A solução escolhida foi o envio de SMS para incentivar a frequência escolar.

Implementação:

- A ação foi colocada em prática com o envio efetivo das mensagens aos pais.

Avaliação:

- Os resultados foram monitorados e avaliados com indicadores claros: melhora no desempenho acadêmico, redução da taxa de reprovação e economia de recursos.

Dessa forma, o gabarito é:

B) Trata-se da fase de formulação a partir de uma teoria reconhecida com o Prêmio Nobel, a qual foi implementada com os lembretes de SMS, avaliada e monitorada em relação aos custos, redução dos índices de reprovação e aumento das notas.

Gabarito: B.

66. (VUNESP / TCE-SP / 2017) O Estado de São Paulo caracteriza-se pela ampla diversidade econômica, social, ambiental, cultural e política. Um executivo público, atualizado sobre a literatura de política pública e que busque otimizar os recursos destinados às políticas públicas, aos programas e aos projetos de desenvolvimento econômico e ambiental, em nível local, deve

- A) fomentar o empreendedorismo de base tecnológica e com alto potencial de escala econômica e ambiental, atendendo as demandas dos cidadãos em termos de empregabilidade, renda, produtos e serviços.
- B) gerar inovações incrementais e radicais que tenham como foco soluções tecnológicas de última geração com capacidade para expansão em larga escala local, regional e nacional.
- C) estimular a formação de consórcios intermunicipais e a articulação dos recursos públicos nos três níveis de governo, assim como parcerias entre governo, sociedade civil e empresas, valorizando as vocações e capacidades locais.
- D) utilizar recursos compartilhados, públicos e privados, assim como buscar empreendedores disruptivos e de base tecnológica, de tal forma a se conseguirem programas e projetos criativos de desenvolvimento econômico e ambiental.
- E) otimizar os recursos públicos e buscar recursos privados e da sociedade civil para inovar radicalmente os programas e projetos governamentais de desenvolvimento econômico e ambiental.

Comentário:

Uma forma de conceituar a política pública é por meio da verificação do ator político que a formula e implementa, ou seja, busca-se verificar quem é o “protagonista” no estabelecimento da política pública.

Nesse sentido, existem **2 abordagens**:

Abordagem Estatista (Estadocêntrica): para a abordagem estatista, a gestão das políticas públicas é algo estritamente relacionado aos **atores governamentais**. Sendo assim, o que irá determinar se uma política é considerada “pública”, é a **personalidade jurídica do “ator principal”** dessa política.

Em outras palavras, para a abordagem estatista, o **Estado** detém a **exclusividade (“monopólio”)** para fazer **políticas públicas**.

Abordagem Multicêntrica: a abordagem multicêntrica, por sua vez, entende que **organizações privadas, organizações não governamentais e organizações multilaterais, são**, juntamente com os atores governamentais, **protagonistas** na implantação e implementação de políticas públicas.

Ou seja, essa abordagem permite a existência de **diversos centros tomadores de decisão** dentro de um conjunto de regras previamente acordadas.

Dessa forma, a questão diz: “um executivo público atualizado sobre a literatura de política pública deve”:

C) estimular a formação de consórcios intermunicipais e a articulação dos recursos públicos nos três níveis de governo, assim como parcerias entre governo, sociedade civil e empresas, valorizando as vocações e capacidades locais.

Na **abordagem multicêntrica**, na prática, não só reconhece a **diversidade de atores** envolvidos na formulação e na implementação das políticas públicas, como também promove uma **gestão colaborativa** dos **recursos públicos**. Esse modelo permite que **recursos privados, da sociedade civil e de outros parceiros** complementem os recursos públicos, o que resulta em uma alocação mais **eficiente e eficaz** dos recursos disponíveis.

Vamos analisar as demais assertivas:

A) fomentar o empreendedorismo de base tecnológica e com alto potencial de escala econômica e ambiental, atendendo as demandas dos cidadãos em termos de empregabilidade, renda, produtos e serviços. ERRADO. Essa assertiva busca direcionar a política pública a um segmento específico ou ação.

B) gerar inovações incrementais e radicais que tenham como foco soluções tecnológicas de última geração com capacidade para expansão em larga escala local, regional e nacional. ERRADO. Essa assertiva também extrapola e limita a política a um ator somente.

D) utilizar recursos compartilhados, públicos e privados, assim como buscar empreendedores disruptivos e de base tecnológica, de tal forma a se conseguirem programas e projetos criativos de desenvolvimento econômico e ambiental. ERRADO. Essa assertiva está bem confusa. “Empreendedores disruptivos” não tem lógica alguma no contexto de otimização dos recursos destinados às políticas públicas.

E) otimizar os recursos públicos e buscar recursos privados e da sociedade civil para inovar radicalmente os programas e projetos governamentais de desenvolvimento econômico e ambiental. ERRADO. O erro dessa assertiva é abordar uma inovação radical, quando, na verdade, deve-se fomentar os programas e projetos governamentais.

Gabarito: C.

67. (VUNESP / TCE-SP / 2017) As organizações sociais, criadas em meio à Reforma da Gestão Pública ou Reforma Gerencial do Estado, na década de 1990, foram qualificadas como tal a partir de quais critérios e diretrizes?

- A) Foco na eficiência, eficácia e efetividade e, além disso, na transparência dos dados e informações das atividades realizadas para a população em geral.
- B) Ênfase na produtividade a partir de critérios quantitativos previamente acordados entre o poder público, os gestores da organização social e membros da sociedade civil.
- C) Foco no cidadão contribuinte, assim como nos resultados qualitativos, em prazos definidos no contrato de gestão entre o poder público e a organização social.
- D) Ênfase no atendimento do cidadão usuário, assim como nos resultados qualitativos e quantitativos e, finalmente, controle social de forma transparente.
- E) Foco nos resultados, para a população assistida, das atividades previstas no contrato de gestão, em prazos pactuados entre o poder público, a organização social e líderes da sociedade civil.

Comentário:

O Programa Nacional de Publicização (PNP), estabelecido pelo **Decreto nº 9.190 de 1º de novembro de 2017**, tem como objetivo a absorção de atividades realizadas por entidades ou órgãos da União pelas **organizações sociais** qualificadas, conforme a Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998.

Para a implementação do programa, as seguintes diretrizes devem ser observadas, segundo o Decreto:

Alinhamento estratégico: o PNP deve estar em consonância com os princípios e objetivos estratégicos da política pública correspondente, respeitando as especificidades de regulação de cada setor.

Foco no atendimento ao cidadão: as ações do programa devem priorizar o atendimento ao cliente-cidadão, garantindo a qualidade e a satisfação das necessidades da população.

Resultados mensuráveis: O programa deve assegurar **resultados qualitativos e quantitativos** dentro dos prazos pactuados, visando à eficiência e à efetividade das ações realizadas.

Controle social e transparência: é imprescindível que haja **controle social** das atividades, com a **transparência** necessária para que a sociedade acompanhe e fiscalize a execução das ações.

Dessa forma, as organizações sociais sobre as quais a questão pergunta têm gabarito na letra D, que diz:

D) Ênfase no atendimento do cidadão usuário, assim como nos resultados qualitativos e quantitativos e, finalmente, controle social de forma transparente.

Gabarito: D.

68. (VUNESP / TCE-SP / 2017)

Conforme a Lei no 9.790/1999, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP – deve ser uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tenha sido constituída e se encontre em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos. Além disso, no Estatuto da organização, deverão constar normas expressas que disponham sobre

- A) a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.
- B) a adoção de planejamento estratégico de gestão, na qual se estabelecem indicadores de desempenho, assim como a indicação de uma empresa de auditoria independente.
- C) a transferência, no caso de dissolução da entidade, do respectivo patrimônio líquido para organização privada cujo objeto seja congênere ao da OSCIP.
- D) a proibição da remuneração para os dirigentes da entidade que atuem na gestão executiva, exceção para aqueles que a ela prestam serviços específicos.
- E) o estabelecimento dos Conselhos Fiscal, Administrativo e de Ética de Gestão, de tal forma a conferir austeridade, assim como transparência nos resultados.

Comentário:

Segundo o **Art. 4º da Lei nº 9.790/1999**: exige que as **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)** sejam regidas por **estatutos** que estabeleçam, entre outros requisitos, a **observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência**. Vejamos:

Art. 4º Atendido o disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

Com isso, a letra A é basicamente uma cópia da Lei 9.790:

- A) a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

Vamos analisar as demais alternativas:

- B) a adoção de planejamento estratégico de gestão, na qual se estabelecem indicadores de desempenho, assim como a indicação de uma empresa de auditoria independente. ERRADO.** A lei não exige que as OSCIPs tenham a adoção de planejamento estratégico, e sim adoção de práticas de gestão administrativa. Ademais, também o artigo 4º menciona que a auditoria é realizada por auditores externos independentes.

II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;(...)

VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:(...)

c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;

- C) a transferência, no caso de dissolução da entidade, do respectivo patrimônio líquido para organização privada cujo objeto seja congênere ao da OSCIP. ERRADO.** Segundo o artigo 4º, em caso de dissolução, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada, e não a organização privada. Vejamos:

IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;

- D) a proibição da remuneração para os dirigentes da entidade que atuem na gestão executiva, exceção para aqueles que a ela prestam serviços específicos. ERRADO.** Segundo o art. 4º, VI:

VI - a possibilidade de se **instituir remuneração** para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;

- E) o estabelecimento dos Conselhos Fiscal, Administrativo e de Ética de Gestão, de tal forma a conferir austeridade, assim como transparência nos resultados. **ERRADO.** A lei no artigo 4º menciona apenas o estabelecimento de Conselho Fiscal ou órgão equivalente, nada mencionando sobre conselho administrativo ou de ética.

III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

Gabarito: A.

69. (VUNESP / TCE-SP / 2017) No que concerne ao esquema de classificação da receita pública, a amortização de empréstimos corresponde à

- A) transferência corrente.
B) receita de capital.
C) receita patrimonial.
D) operação de crédito.
E) receita de contribuições.

Comentário:

O gabarito é a alternativa B. A questão versa sobre a natureza da receita orçamentária. De acordo com o Art. 11 da Lei 4.320/1964, a receita pública é classificada em duas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Art. 11 - A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Interpretando os preceitos dessa Lei, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) destaca que a classificação da receita orçamentária por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, ou seja, do acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos. Além da categoria econômica, a classificação da receita orçamentária por natureza detalha as **origens** da receita pública, com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos. As origens detalhadas pela Lei 4.320/1964 e pelo MCASP são:

- No âmbito das Receitas Correntes:
 - Tributária;
 - Contribuição;
 - Patrimonial;
 - Agropecuária;
 - Industrial;
 - Serviços;
 - Outras receitas correntes;
 - Transferências correntes, provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes;

- No âmbito das Receitas de Capital:
 - Operações de crédito, provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas;
 - Alienações, provenientes da conversão, em espécie, de bens e direitos;
 - **Amortizações de empréstimos;**
 - Transferências de capital, recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital;
 - Outras receitas de capital;
 - Superávit do Orçamento Corrente.

Analisemos cada opção:

A) transferência corrente.

INCORRETO. As transferências correntes são uma espécie de receita corrente proveniente de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

C) receita patrimonial.

INCORRETO. Segundo o MCASP, a receita patrimonial é uma espécie de receita corrente que decorre da fruição e da exploração do patrimônio estatal, notadamente da utilização dos bens imobiliários, das permissões, das autorizações, das concessões, das licenças e da exploração de recursos naturais.

D) operação de crédito.

INCORRETO. As operações de crédito são uma espécie de receita de capital proveniente da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.

E) receita de contribuições.

INCORRETO. As receitas de contribuições são uma espécie de receita corrente, derivadas da soberania estatal, representando obrigações ao contribuinte provenientes da intervenção do Estado no domínio econômico, do custeio compulsório para entidades de interesse das categorias profissionais e econômicas, entre outras. Nos termos da Constituição Federal de 1988, posterior à Lei 4.320 de 1964, as Contribuições Especiais e os Empréstimos Compulsórios são espécies tributárias.

Gabarito: B.

70. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Acerca das despesas públicas, as dotações destinadas à aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização, são classificadas como

- A) investimentos.
- B) contribuições.
- C) subvenções sociais.
- D) subvenções econômicas.
- E) inversões financeiras.

Comentário:

O gabarito é a alternativa E. As despesas públicas destinadas à aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização são classificadas como inversões financeiras. Segundo o Art. 12 da Lei 4.320/1964, as despesas públicas são classificadas, quanto à categoria econômica, da seguinte forma:

Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio

Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Transferências de Capital

- **Despesas de Capital** que, segundo o MCASP, contribuem diretamente para a formação ou para a aquisição de um bem de capital; as despesas de capital são divididas em:
 - Investimentos;
 - dotações para o planejamento e para a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas;
 - programas especiais de trabalho;
 - aquisição de instalações, de equipamentos e de material permanente;
 - constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
 - Inversões Financeiras;
 - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;
 - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;
 - constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros;
 - Transferências de Capital;
 - dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, que derivam diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior;
 - dotações para amortização da dívida pública.
 - Despesas Correntes, que não contribuem, diretamente, para a formação ou para a aquisição de um bem de capital; essas despesas de natureza corrente são divididas em:
 - Despesas de Custeio, dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis;
 - Transferências Correntes, dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

Comentários sobre as demais alternativas:

A) investimentos.

INCORRETO. Uma das diferenças fundamentais entre os investimentos e as inversões financeiras é que aqueles inovam na quantidade de bens disponíveis e representam, em regra, gastos que promovem o implemento no Produto Interno Bruto, enquanto essas representam a permutação de recursos financeiros por bens de capital já existentes.

B) contribuições.

INCORRETO. As contribuições são uma espécie de transferência corrente que não contribuem para a formação de bens de capital e que não correspondem à contraprestação direta em bens ou serviços.

C) subvenções sociais.

INCORRETO. As subvenções são uma espécie de transferência corrente para cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas. Nas subvenções sociais, a despesa pública é destinada a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural sem finalidade lucrativa.

D) subvenções econômicas.

INCORRETO. As subvenções são uma espécie de transferência corrente para cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas. Nas subvenções econômicas, a despesa pública é destinada a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

Gabarito: E.

71. (VUNESP / TCE-SP / 2017) A fase da execução da despesa que consiste na verificação do direito adquirido do credor, tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, denomina-se

A) liquidação.

B) licitação.

C) habilitação.

D) empenho.

E) pagamento.

Comentário:

O gabarito é a alternativa A. O Art. 63 da Lei 4.320 de 1964 esclarece que a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor diante da Administração Pública.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Essa verificação deve ser realizada com base nos títulos e nos demais documentos comprobatórios do respectivo crédito.

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) divide o tratamento e a gestão das despesas públicas em duas grandes etapas:

- Planejamento, que trata dos procedimentos internos da própria administração pública, em relação aos dispêndios;
- Execução, que inclui procedimentos relacionados aos fornecedores de bens e prestadores de serviços, bem como a efetiva saída de numerários dos cofres públicos.

Conforme o MCASP, a etapa de execução da despesa orçamentária ocorre em três estágios, na forma prevista na Lei nº 4.320/1964:

- **Empenho**
 - Segundo o Art. 58 da Lei nº 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição;

Art. 58. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

- Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico;
- O empenho será formalizado mediante a emissão de um documento denominado “Nota de Empenho”, do qual deve constar:
 - o nome do credor;
 - a especificação do credor;
 - a importância da despesa;
 - os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária.

- **Liquidação**

- Conforme dispõe o Art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito e tem por objetivo apurar:
 - a origem e o objeto do que se deve pagar;
 - a importância exata a pagar;
 - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

- A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou por serviços prestados terá por base:
 - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;
 - a nota de empenho;
 - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

- **Pagamento**

- Consiste na entrega de numerário ao credor por meio de:
 - cheque nominativo;
 - ordens de pagamentos;

A Lei nº 4.320/1964, no Art. 64, define ordem de pagamento como sendo o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa liquidada seja paga. A ordem de pagamento só pode ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade;

- crédito em conta.

Art. 64. A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

- O pagamento só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa.

Comentários sobre as demais alternativas

B) licitação.

INCORRETO. O processo de licitação é o último estágio da etapa de planejamento das despesas públicas e compreende um conjunto de procedimentos administrativos que objetivam adquirir materiais, contratar obras e serviços, alienar ou ceder bens a terceiros, bem como fazer concessões de serviços públicos com as melhores condições para o Estado, observando os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e de outros que lhe são correlatos.

C) habilitação.

INCORRETO. A habilitação é, regra, um dos ritos do processo licitatório e não está no escopo do planejamento e da execução das despesas públicas.

D) empenho.

INCORRETO. Conforme o Art. 58 da Lei nº 4.320/1964, supra colacionado, o empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

E) pagamento.

INCORRETO. Nos termos do Art. 64 da Lei nº 4.320/1964, supra colacionado, o pagamento consiste na entrega de numerário ao credor, por intermédio dos meios de pagamento legalmente admitidos.

Gabarito: B.

72. (VUNESP / TCE-SP / 2017) A Lei da Responsabilidade Fiscal determina, em seu artigo 8º, que o cronograma de execução do desembolso seja estabelecido em até

- A) 90 dias da publicação do orçamento, e sua periodicidade fica a critério da autoridade ordenadora da despesa.
- B) 30 dias da publicação do orçamento e na periodicidade trimestral.
- C) 60 dias da publicação do orçamento e na periodicidade trimestral.
- D) 30 dias da publicação do orçamento e na periodicidade mensal.
- E) 60 dias da publicação do orçamento e na periodicidade mensal.

Comentário:

O gabarito é a alternativa D. O Art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) disciplina que “*até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso*”. Desse modo, o cronograma de execução do desembolso terá periodicidade mensal e será publicado por meio de decreto em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Segundo o MCASP, a programação orçamentária e financeira consiste na compatibilização do fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando ajustar a execução das despesas fixadas às novas projeções de resultados e de arrecadação.

Desse modo, se houver frustração da receita estimada no orçamento, deverá ser estabelecida a limitação de empenho e da movimentação financeira, com objetivo de atingir os resultados fiscais previstos na LDO e impedir a assunção de compromissos sem o devido respaldo financeiro, fato que acarretaria uma busca de socorro no mercado financeiro, algo que geralmente implica juros e demais encargos elevados.

Consoante o Art. 9 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):

se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

Quando a arrecadação da receita for restabelecida, as despesas devem ser executadas de forma proporcional. É o que estabelece o Art. 9, § 1º:

no caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Esse último dispositivo impede que os gestores públicos adotem uma postura temerária de gastar mais do que o que fora anteriormente contingenciado, para garantir a manutenção do seu fluxo pretendido de investimentos públicos. O restabelecimento da despesa deve ser proporcional ao restabelecimento da

arrecadação.

Comentários sobre as demais alternativas

A) 90 dias da publicação do orçamento, e sua periodicidade fica a critério da autoridade ordenadora da despesa.

Incorreto. Nos termos dos Art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o cronograma de execução do desembolso será publicado, por meio de decreto executivo, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual. Não se trata, portanto, de decisão discricionária do ordenador de despesas.

B) 30 dias da publicação do orçamento e na periodicidade trimestral.

Incorreto. Nos termos dos Art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o cronograma de execução do desembolso terá periodicidade mensal.

C) 60 dias da publicação do orçamento e na periodicidade trimestral.

Incorreto. Nos termos dos Art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o cronograma de execução do desembolso será publicado em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual e terá periodicidade mensal.

E) 60 dias da publicação do orçamento e na periodicidade mensal.

Incorreto. Nos termos dos Art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o cronograma de execução do desembolso será publicado, por meio de decreto executivo, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Gabarito: D.

73. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Sobre a retenção da contribuição previdenciária que a Administração Pública deve efetuar das pessoas jurídicas que contrata, de acordo com o disposto nos artigos 117 e 118 da Instrução Normativa nº 971/2009 e alterações posteriores, é correto afirmar que a referida retenção

- A) é cobrada aplicando-se a alíquota de 10% sobre o valor a ser pago à empresa contratada.
- B) não admite qualquer dedução de sua base de cálculo.
- C) pode ser compensada com contribuições previdenciárias devidas pela empresa contratada.
- D) aplica-se somente quando houver fornecimento de bens juntamente com a prestação de serviços.
- E) deve ser recolhida pela Administração Pública no próprio mês em que for efetuada.

Comentário:

O gabarito é a alternativa C. A questão é bastante específica e versa sobre a Instrução Normativa nº 971 de 2009 da Receita Federal (IN 971/2009), norma atualmente revogada. Nos preceitos dessa norma, é correto afirmar que a retenção da contribuição previdenciária, recolhida pela Administração Pública junto às pessoas jurídicas contratadas, poderá ser compensada com as contribuições devidas à Previdência Social ou podem, alternativamente, ser objeto de pedido de restituição por qualquer estabelecimento da empresa contratada, na forma da Instrução Normativa RFB nº 900, de 2008.

Segundo o Art. 112 da IN 971/2009, a empresa contratante de serviços prestados mediante cessão de mão de obra ou empreitada, inclusive em regime de trabalho temporário, a partir da competência fevereiro de 1999, deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços e recolher à Previdência Social a importância retida, em documento de arrecadação identificado com a denominação social e o CNPJ da empresa contratada, observados os demais dispositivos desta instrução normativa. Nos termos do Art. 113, esses valores retidos na forma do Art. 112, referentes à retenção de contribuições previdenciárias, poderão ser compensados com as contribuições devidas à Previdência Social ou ser objeto de pedido de restituição por qualquer estabelecimento da empresa contratada.

Art. 112. A empresa contratante de serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, inclusive em regime de trabalho temporário, a partir da competência fevereiro de 1999, deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços e recolher à Previdência Social a importância retida, em documento de arrecadação identificado com a denominação social e o CNPJ da empresa contratada, observado o disposto no art. 79 e no art. 145. (...)

Art. 113. O valor retido na forma do art. 112 poderá ser compensado, por qualquer estabelecimento da empresa contratada, com as contribuições devidas à Previdência Social ou ser objeto de pedido de restituição, na forma prevista em ato próprio da RFB, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Comentários sobre as demais alternativas:

A) é cobrada aplicando-se a alíquota de 10% sobre o valor a ser pago à empresa contratada.

INCORRETO. Segundo o Art. 112 da IN 971/2009, a alíquota da contribuição previdenciária é de 11% (onze por cento) sobre o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviço.

B) não admite qualquer dedução de sua base de cálculo.

INCORRETO. O Art. 58 da IN 971/2009 estabelece algumas deduções relativas à contribuição previdenciária. Desse modo, não integram a base de cálculo das contribuições:

- I. os benefícios da Previdência Social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade; as ajudas de custo e o adicional mensal percebidos pelo aeronauta, nos termos da Lei nº 5.929, de 30 de outubro de 1973;
- II. a parcela *in natura* recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976;
- III. a parcela *in natura* do auxílio-alimentação; (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1453, de 24 de fevereiro de 2014)
- IV. as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da CLT.

D) aplica-se somente quando houver fornecimento de bens juntamente com a prestação de serviços.

INCORRETO. Segundo o Art. 112 da IN 971/2009, a contribuição será cobrada das empresas prestadoras de serviços mediante cessão de mão de obra ou empreitada, inclusive em regime de trabalho temporário. Não haverá, em regra, fornecimento de bens juntamente com a mão de obra contratada.

E) deve ser recolhida pela Administração Pública no próprio mês em que for efetuada.

INCORRETO. Segundo o Art. 130, da IN 971/2009, o órgão ou a entidade integrante do Siafi deverá recolher os valores retidos com base na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, respeitando como data limite de pagamento o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços.

Art. 130. O órgão ou a entidade integrante do Siafi deverá recolher os valores retidos com base na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, respeitando como data limite de pagamento o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços, observado o disposto no art. 120.

Gabarito: C.

74. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Os restos a pagar

- A) não constituem necessariamente obrigações a pagar do ente público, a menos que já estejam liquidados.
- B) a serem pagos no exercício seguinte devem constar do orçamento relativo a esse exercício, constituindo, pois, despesas orçamentárias.
- C) processados são despesas empenhadas, não liquidadas e não pagas durante o exercício corrente.
- D) podem ser inscritos nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato do chefe do Poder Executivo, sem qualquer restrição.
- E) têm sua origem no fato de que as despesas públicas são registradas pelo regime de caixa, conforme dispõe a Lei no 4.320/1964.

Comentário:

O gabarito é a alternativa A. Considerando os fundamentos da Lei nº 4.320 de 1964 e as suas interpretações, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os restos a pagar não constituem, necessariamente, obrigações a pagar do ente público, a menos que já estejam liquidados.

Segundo o Art. 36 da Lei nº 4.320/1964, os restos a pagar são despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício, distinguindo-se:

- **as despesas já processadas**, ou seja, que já foram liquidadas;
- **as despesas ainda não processadas** que ainda não foram objeto de regular liquidação.

Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.

Essa diferenciação entre restos a pagar processados e não processados tem relação com a verificação do direito adquirido pelo contratado, no âmbito da liquidação. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) informa que a inscrição de despesa em restos a pagar não processados é realizada nos seguintes casos:

- **despesa em liquidação** - despesas com serviços devidamente prestados ou com materiais contratados que tenham sido entregues e que se encontrem, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor;
- **despesa a liquidar** - quando o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor ainda estiver vigente.

Todas as demais despesas empenhadas e não liquidadas devem, em regra, ser anuladas. Lembre-se de que a liquidação, conforme o Art. 63 da Lei nº 4.320/1964, consiste na verificação do direito adquirido pelo credor e tem por base os títulos e os demais documentos comprobatórios do respectivo crédito. Essa verificação tem por objetivo apurar:

- a origem e o objeto do que se deve pagar;
- a importância exata a pagar;
- a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou por serviços prestados terá por base:

- o contrato, o ajuste ou o acordo respectivo;
- a nota de empenho;
- os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Comentários sobre as demais alternativas

B) a serem pagos no exercício seguinte devem constar do orçamento relativo a esse exercício, constituindo, pois, despesas orçamentárias.

INCORRETO. Os restos a pagar são, na realidade, ingressos extraorçamentários. Segundo o parágrafo único do Art. 103 da Lei nº 4.320 de 1964, os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária do exercício anterior.

Parágrafo único. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

C) processados são despesas empenhadas, não liquidadas e não pagas durante o exercício corrente.

INCORRETO. Os restos a pagar processados são despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas durante o exercício corrente.

D) podem ser inscritos nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato do chefe do Poder Executivo, sem qualquer restrição.

INCORRETO. Segundo o Art. 42. da Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedado ao titular de Poder ou órgão independente, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

E) têm sua origem no fato de que as despesas públicas são registradas pelo regime de caixa, conforme dispõe a Lei nº 4.320/1964.

INCORRETO. Nos termos do Art. 35 da Lei nº 4.320/1964, os dispêndios públicos são registrados pelo regime de competência, pois as despesas são consideradas realizadas no momento do empenho.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nêle arrecadadas;

II - as despesas nêle legalmente empenhadas.

Gabarito: A.

75. (VUNESP / TCE-SP / 2017) A respeito das despesas de exercícios anteriores, é correto afirmar que

- A) são restos a pagar de despesas empenhadas em exercícios anteriores que sejam pagas no exercício corrente.
- B) podem decorrer de compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício financeiro, criados em virtude de lei.
- C) são despesas antecipadas, ou seja, são despesas que são pagas antes do final da vigência do contrato entre o parceiro privado e o ente público.
- D) decorrem do fato de que se pode alterar o orçamento de um exercício após o seu encerramento.
- E) não são despesas orçamentárias do exercício presente, por terem sido reconhecidas como despesas em exercícios anteriores.

Comentário:

O gabarito é a alternativa B. As despesas de exercícios anteriores podem decorrer, entre outras hipóteses, de compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício financeiro, criados em virtude de lei.

O Art. 22 do Decreto nº 93.872/1986 complementa as informações acerca das despesas de exercícios anteriores:

- As despesas que não se tenham processado na época própria são aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e tenha sido anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação;
- Os restos a pagar com prescrição interrompida cuja inscrição tenha sido cancelada, mas que ainda esteja vigente o direito do credor;
- Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

Art. 22 As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida, e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação destinada a atender despesas de exercícios anteriores, respeitada a categoria econômica própria

Lembre-se de que a diferença básica entre os restos a pagar e as despesas de exercícios anteriores é justamente a existência de prévio empenho:

- Nos restos a pagar, o empenho – ato administrativo emanado de autoridade competente que reconhece a obrigação – foi emitido e permanece válido; lembre-se de que, segundo o Art. 35 da Lei nº 4.320/1964, pertencem ao exercício as despesas nele empenhadas;

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nêle arrecadadas;

II - as despesas nêle legalmente empenhadas.

Já nas despesas de exercícios anteriores, o empenho não foi realizado em exercícios passados ou, caso tenha sido realizado, tornou-se insubsistente. Entre os exemplos de situações que são consideradas despesas de exercícios anteriores, nos termos do MCASP, destacam-se:

- Despesas de exercícios encerrados que não tenham sido processadas na época própria;
- Restos a Pagar com prescrição interrompida;
- Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício.

Comentários sobre as demais alternativas

A) são restos a pagar de despesas empenhadas em exercícios anteriores que sejam pagas no exercício corrente.

INCORRETO. Segundo o MCASP, os restos a pagar não se confundem com as despesas de exercícios anteriores, porquanto estas não possuem empenho válido enquanto aquelas já foram devidamente empenhadas em exercícios passados, restando-lhes cumprir apenas o estágio de pagamento no exercício corrente.

C) são despesas antecipadas, ou seja, são despesas que são pagas antes do final da vigência do contrato entre o parceiro privado e o ente público.

INCORRETO. As despesas antecipadas, quando legalmente admitidas, são consideradas como ativos, ou seja, direitos da Administração Pública diante dos credores das despesas antecipadas.

D) decorrem do fato de que se pode alterar o orçamento de um exercício após o seu encerramento.

INCORRETO. Conforme o princípio da anualidade, não se pode alterar o orçamento de um exercício após o seu encerramento.

E) não são despesas orçamentárias do exercício presente, por terem sido reconhecidas como despesas em exercícios anteriores.

INCORRETO. Lembre-se de que o Art. 35 da Lei nº 4.320 de 1964 considera que pertencem ao exercício as despesas nele legalmente empenhadas. Desse modo, as despesas de exercícios anteriores são despesas orçamentárias do exercício em curso, pois nele serão empenhadas.

Gabarito: B.

76. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Os suprimientos de fundos

- A)** podem ser outorgados a servidor em alcance e a responsável por dois adiantamentos.
- B)** não estão sujeitos à prestação de contas do agente que os receber, por se tratar normalmente de despesas de pequeno vulto.
- C)** podem ser utilizados para aquisição de material permanente.
- D)** não podem ser outorgados a servidor que seja responsável pela guarda ou utilização do material adquirido, salvo se não houver outro servidor na repartição.
- E)** podem ser concedidos sem emissão de empenho específico.

Comentário:

O gabarito é a alternativa D. Os suprimentos de fundos não podem ser outorgados a servidor que seja responsável pela guarda ou utilização do material adquirido, salvo se não houver outro servidor na repartição.

Segundo o Art. 68 da Lei nº 4.320/1964, o regime de adiantamento é aplicável aos casos expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho, para a realização de despesas que não se subordinam ao processo normal de aplicação. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) informa que o suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas.

Art. 68. O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Conforme o MCASP, o adiantamento constitui despesa orçamentária, ou seja, para conceder o recurso ao suprido, é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento. Apesar disso, não representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, não ocorre redução no patrimônio líquido.

Na liquidação da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo, há também a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado.

Segundo o MCASP, não se concederá suprimento de fundos:

- A responsável por dois suprimentos;
- A servidor que tenha a seu cargo a guarda ou utilização do material a adquirir, salvo quando não houver na repartição outro servidor;
- A servidor declarado em alcance, ou seja, aquele que não prestou contas no prazo regulamentar ou o que teve suas contas recusadas ou impugnadas em virtude de desvio, desfalque, falta ou má aplicação de dinheiro, bens ou valores.

Comentários sobre as demais alternativas

A) podem ser outorgados a servidor em alcance e a responsável por dois adiantamentos.

INCORRETO. Segundo o MCASP, não se concederá adiantamentos a servidor em alcance. Além disso, também não será concedido suprimento de fundos a servidor que já é responsável por dois suprimentos de fundos. A melhor interpretação aplicável a esse regramento indica que cada servidor pode ser responsável por, no máximo, dois adiantamentos simultâneos.

B) não estão sujeitos à prestação de contas do agente que os receber, por se tratar normalmente de despesas de pequeno vulto.

INCORRETO. Segundo o Art. 68 da Lei nº 4.320/1964, o regime de adiantamento está condicionado à prestação de contas do agente que receber os recursos.

C) podem ser utilizados para aquisição de material permanente.

INCORRETO. Em regra, os suprimentos de fundos são utilizados para atender a despesas eventuais, a despesas que devam ser feitas em caráter sigiloso e a despesas de pequeno vulto. Logo, a aquisição de material permanente não se enquadra em nenhuma das situações apresentadas pelo MCASP.

E) podem ser concedidos sem emissão de empenho específico.

INCORRETO. Toda e qualquer despesa pública deve ser, necessariamente, precedida de empenho. Nos termos do Art. 68, as despesas executadas no regime de adiantamento sempre serão precedidas de empenho na dotação própria.

Gabarito: D.

77. (VUNESP / TCE-SP / 2017) É classificada como uma receita de capital aquela que decorre

- A) de dividendos pagos por empresas nas quais o ente da federação tiver a maioria do capital social votante.
- B) da multa e de juros de mora cobrados sobre a Dívida Ativa do ente público.
- C) de cauções recebidas como garantia do cumprimento de contratos celebrados com o ente público.
- D) das contribuições de melhoria cobradas pelo ente público.
- E) da alienação de imóveis de propriedade do ente público.

Comentário:

O gabarito é a alternativa E. A receita decorre da alienação de bens imóveis de propriedade do ente público é classificada como uma receita de capital. A questão versa sobre a natureza da receita orçamentária. De acordo com o Art. 11 da Lei nº 4.320/1964, a receita pública é classificada em duas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Art. 11 - A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Interpretando os preceitos dessa Lei, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) destaca que a classificação da receita orçamentária por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, ou seja, do acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos. Além da categoria econômica, a classificação da receita orçamentária por natureza detalha as origens da receita pública, com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos. As origens detalhadas pela Lei nº 4.320/1964 e pelo MCASP são:

- No âmbito das Receitas Correntes:
 - Tributária;
 - Contribuição;
 - Patrimonial;
 - Agropecuária;
 - Industrial;
 - Serviços;
 - Outras receitas correntes;
 - Transferências correntes, provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- No âmbito das Receitas de Capital:
 - Operações de crédito, provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas;
 - **Alienações, provenientes da conversão, em espécie, de bens e direitos;**
 - Amortizações de empréstimos;
 - Transferências de capital, recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital;

- Outras receitas de capital;
- Superávit do Orçamento Corrente.

Comentários sobre as demais alternativas

A) de dividendos pagos por empresas nas quais o ente da federação tiver a maioria do capital social votante.

INCORRETO. Nos termos do MCASP, as receitas de dividendos pagos por empresas estatais controladas são receitas **correntes** patrimoniais.

B) da multa e de juros de mora cobrados sobre a Dívida Ativa do ente público.

INCORRETO. Nos termos do MCASP, as receitas da Dívida Ativa são receitas **correntes**, incluindo as receitas de multas e de juros de mora cobrados sobre o valor principal.

C) de cauções recebidas como garantia do cumprimento de contratos celebrados com o ente público.

INCORRETO. Nos termos da Lei nº 4.320 de 1964, as receitas de cauções recebidas como garantia do cumprimento de contratos celebrados com o ente público são ingressos **extraorçamentários**.

D) das contribuições de melhoria cobradas pelo ente público.

INCORRETO. Nos termos do MCASP, as receitas provenientes das contribuições de melhoria são de natureza corrente.

Gabarito: E.

78. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Em relação aos créditos orçamentários adicionais, é correto afirmar que

- A) uma das fontes de seu financiamento é o superávit financeiro, que consiste na diferença positiva entre o ativo permanente e o passivo permanente do balanço patrimonial do ente público no exercício anterior.
- B) é admitida a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa, desde que haja indicação dos recursos correspondentes para financiá-lo.
- C) os créditos especiais e extraordinários terão vigência unicamente no exercício financeiro em que se der a sua autorização, salvo se esta ocorrer nos últimos quatro meses desse exercício.
- D) o crédito suplementar destina-se a financiar despesas para as quais não haja previsão de recursos na dotação orçamentária específica e independe de prévia existência de recursos para suportá-lo.
- E) o crédito especial destina-se ao reforço de dotação orçamentária já existente e está condicionado à existência de excesso de arrecadação para financiá-lo.

Comentário:

Nossa questão trata de créditos orçamentários adicionais.

Analisemos alternativa por alternativa:

- A) **ERRADA.** Uma das fontes para financiamento dos créditos adicionais é o superávit financeiro, que consiste na diferença positiva entre o ativo **financeiro** e o passivo **financeiro** do balanço patrimonial do ente público no exercício anterior.
- B) **ERRADA.** É **vedada** a abertura de crédito suplementar ou especial **sem** prévia autorização legislativa e **sem** indicação dos recursos correspondentes para financiá-lo.
- C) **CORRETA.** Os créditos especiais e extraordinários não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, poderão vigor até o término do exercício financeiro subsequente.
- D) **ERRADA.** O crédito **especial** destina-se a financiar despesas para as quais não haja previsão de recursos na dotação orçamentária específica e **depende** de prévia existência de recursos para suportá-lo.
- E) **ERRADA.** O crédito **suplementar** destina-se ao reforço de dotação orçamentária já existente e está condicionado à existência de fontes de recursos para financiá-lo, **entre elas**, o excesso de arrecadação.

Gabarito: C.

79. (VUNESP / TCE-SP / 2017) As seguintes contas foram extraídas do Balanço Financeiro de um ente público encerrado em 31-12-20x1, em R\$:

• Receitas Orçamentárias	12.250.000,00
• Transferências Financeiras Concedidas	1.750.000,00
• Pagamentos de Restos a Pagar Processados	620.000,00
• Pagamentos de Restos a Pagar não Processados	350.000,00
• Despesas Orçamentárias	13.480.000,00
• Transferências Financeiras Recebidas	2.630.000,00
• Inscrição de Restos a Pagar Processados	670.000,00
• Inscrição de Restos a Pagar não Processados	230.000,00

Sabendo-se que o saldo do balanço financeiro no exercício anterior foi de R\$ 860.000,00 e que os únicos recebimentos e pagamentos extraorçamentários referem-se à inscrição e aos pagamentos de restos a pagar, o saldo do balanço financeiro do exercício será, em R\$:

- A) 510.000,00.
- B) 320.000,00.
- C) 440.000,00.
- D) 370.000,00.
- E) 490.000,00.

Comentário:

O gabarito é a alternativa C. Considerando as informações apresentadas no balanço financeiro, o resultado financeiro, saldo a ser transferido para o exercício seguinte, é de 440.000,00.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Balanço Financeiro evidencia, do seu lado esquerdo:

- As receitas orçamentárias;
- Os ingressos extraorçamentários;
- Os saldos de caixa do exercício anterior.

Do seu lado direito:

- As despesas orçamentárias;
- Os dispêndios extraorçamentários;
- Os saldos de caixa que se transferem para o início do exercício seguinte.

Organizando os ingressos e os dispêndios apresentados no enunciado da questão, temos a seguinte configuração:

Ingressos	Dispêndios
12.250.000,00	13.480.000,00
2.630.000,00	1.750.000,00
670.000,00	620.000,00
230.000,00	350.000,00
860.000,00	Resultado Financeiro (?)

Lembre-se de que os restos a pagar são inscritos nas receitas extraorçamentárias para compensar a sua inscrição como despesa orçamentária no exercício anterior. Desse modo, somando todos os ingressos e subtraindo pelo somatório dos dispêndios, temos que:

$$\text{Resultado Financeiro} = (12.250.000,00 + 2.630.000,00 + 670.000,00 + 230.000,00 + 860.000,00) - (13.480.000,00 + 1.750.000,00 + 620.000,00 + 350.000,00);$$

$$\text{Resultado Financeiro} = 16.640 - 16.200$$

Resultado Financeiro = 440.000,00 é justamente o saldo que equilibra o balanço financeiro:

Ingressos	Dispêndios
12.250.000,00	13.480.000,00
2.630.000,00	1.750.000,00
670.000,00	620.000,00
230.000,00	350.000,00
860.000,00	440.000,00
16.640	16.640

Comentários sobre as demais alternativas:

A) 510.000,00.

INCORRETO. O resultado financeiro, saldo a ser transferido para o exercício seguinte, é de 440.000,00.

B) 320.000,00.

INCORRETO. O resultado financeiro, saldo a ser transferido para o exercício seguinte, é de 440.000,00.

D) 370.000,00.

INCORRETO. O resultado financeiro, saldo a ser transferido para o exercício seguinte, é de 440.000,00.

E) 490.000,00.

INCORRETO. O resultado financeiro, saldo a ser transferido para o exercício seguinte, é de 440.000,00.

Gabarito: C.

80. (VUNESP / TCE-SP / 2017) Em relação ao Plano Plurianual (PPA), à Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), previstos para cada esfera de Governo pela Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- A) o projeto de lei das diretrizes orçamentárias será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- B) integrará o projeto da lei orçamentária anual um Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- C) as emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- D) o projeto de lei orçamentária anual poderá consignar dotação para investimento com execução superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual, desde que sua relevância ou interesse sejam demonstrados pelo chefe do Poder Executivo, com a indicação das receitas que o financiarão.
- E) o projeto de lei do Plano Plurianual deve vigor no mesmo prazo do mandato do Chefe do Poder Executivo, devendo ser encaminhado até fevereiro do primeiro ano do respectivo mandato, com prazo final de aprovação até o mês de abril do mesmo ano.

Comentário:

O gabarito é a alternativa C. As emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

Como a questão foi aplicada no ano de 2017, devemos considerar a redação da Constituição Federal vigente à época.

Até 2019, o percentual da receita corrente líquida dedicado às emendas individuais era de 1,2% da Receita Corrente Líquida.

Na redação atual da Constituição Federal, esse percentual é de 2%.

Segundo o Art. 166, § 3º da Constituição Federal, as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, ou aos projetos que o modifiquem, somente podem ser aprovadas caso:

- **Sejam compatíveis:**

- Com o Plano Plurianual;
- Com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

- **Indiquem os recursos necessários;**

- Admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa;
- Excluídas as despesas que incidam sobre:
 - Dotações para pessoal e seus encargos;
 - Serviços da dívida pública a pagar;
 - Transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e DF;

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida;
- c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou

III - sejam relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões; ou
- b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

Também serão aprovadas as emendas caso sejam relacionadas:

- Com a correção de erros ou omissões;
- Com os dispositivos do texto do projeto de lei.

Acerca das emendas parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, cuja execução é obrigatória, nos termos do orçamento impositivo, temos que:

• **Emendas individuais (Art. 166, § 9º)**

- Apresentadas por parlamentares, individualmente;
- Aprovadas no limite de 2% da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto;
- Metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 9º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

• **Emendas de bancada (Art. 166, § 11):**

- Apresentada por meio de bancadas de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal;
- Aprovadas no montante de até 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§ 11. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações oriundas de emendas individuais, em montante correspondente ao limite a que se refere o § 9º deste artigo, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165 desta Constituição, observado o disposto no § 9º-A deste artigo.

Comentários sobre as demais alternativas

A) o projeto de lei das diretrizes orçamentárias será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

INCORRETO. De acordo com o Art. 165, § 6º da Constituição Federal de 1988, o projeto de Lei Orçamentária Anual será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito das renúncias de arrecadação sobre as receitas e despesas. Como renúncia de arrecadação, entendem-se as isenções, as anistias, as remissões, os subsídios e os demais benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

B) integrará o projeto da lei orçamentária anual um Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

INCORRETO. Conforme o Art 4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

D) o projeto de lei orçamentária anual poderá consignar dotação para investimento com execução superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual, desde que sua relevância ou interesse sejam demonstrados pelo chefe do Poder Executivo, com a indicação das receitas que o financiarão.

INCORRETO. O Art 167, § 1º da Constituição Federal de 1988 expressamente estabelece que nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

E) o projeto de lei do Plano Plurianual deve vigor no mesmo prazo do mandato do Chefe do Poder Executivo, devendo ser encaminhado até fevereiro do primeiro ano do respectivo mandato, com prazo final de aprovação até o mês de abril do mesmo ano.

INCORRETO. Consoante o Art. 35, I, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, o projeto do plano plurianual, cuja duração é de quatro anos não coincidentes com o mandato do chefe do Poder Executivo, será encaminhado ao término do primeiro ano do mandato em curso e terá vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente. Esse projeto será encaminhado ao Poder Legislativo até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção do Presidente da República até o encerramento da sessão legislativa.

I - o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

Gabarito: C.

O que você achou deste e-book?

Sua opinião é muito importante para nós! Conte-nos como foi sua experiência de estudo com este e-book.

<https://forms.gle/2wX6PbeYVn6t2qnH8>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



Estratégia

Concursos

